



**Revista da
Academia
Mineira
de Letras**

ANO 88º – Volumes LVII – julho, agosto, setembro e
LVIII – outubro, novembro, dezembro de 2010

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
 Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
 CEP 30160-011 - Belo Horizonte-MG
 www.academiamineiradeletras.org.br
 atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Orlando Vaz	1° Secretário: Fábio Doyle
1° Vice-presidente: Francelino Pereira	2° Secretária: Elizabeth Rennó
2° Vice-presidente: Vaga	Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
Secretário Honorário: Oiliam José	1° Tesoureiro: José Henrique Santos
Secretário Geral: Aloísio Garcia	2° Tesoureiro: Bonifácio Andrada

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Aloísio Garcia
 Conselho Editorial: Aluísio Pimenta, Antenor Pimenta e Eduardo Almeida Reis.
 Revisão: Pedro Sérgio Lozar
 Digitação: Marília Moura Guilherme
 Capa: Liu Lopes
 Diagramação: IDM Composição e Arte Ltda.
 Impressão: Gráfica e Editora O Lutador
 Assessor de Imprensa: Petrônio Souza Gonçalves

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 88°
 Academia Mineira de Letras / v. LVII/LVIII
 Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2011.
 julho a dezembro de 2010.

Fundada em 1922
 1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras

ÍNDICE**APRESENTAÇÃO**

Aloísio T. Garcia7

UM SEMEADOR DO SABER

José Bento Teixeira de Salles.....9

DOM JOÃO RESENDE COSTA

Pe. José Carlos Brandi Aleixo13

A METAMORFOSE DE JOAQUIM NABUCO

Fábio Lucas37

CONSAGRAÇÃO DE LÊDO IVO

Danilo Gomes.....47

TRIBUTO A RACHEL DE QUEIROZ

Aloísio T. Garcia51

AS RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA

Angelo Oswaldo de Araújo Santos.....55

Perfil Acadêmico**NA PAZ DAS PALAVRAS, O ALIMENTO PARA A LIBERDADE DO ESPÍRITO**

Petrônio Souza Gonçalves.....63

PEDRO LESSA E OS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS

Fernando Correia Dias67

O VAQUEIRO-ESCRITOR NA LENTE DA ROLLEIFLEX	
<i>Ariosto da Silveira</i>	81
A VERVE DE MACHADO EM <i>DOM CASMURRO</i>	
<i>Gérson Cunha</i>	89
VIAGEM A OURO PRETO, DIAMANTINA...	
<i>Maria do Pilar</i>	95
AS ACADEMIAS REGIONAIS	
<i>Zanoni Neves</i>	101
YARA TUPYNAMBÁ, UMA ARTISTA E SUA SINA	
<i>Adair José</i>	107
REVOLUÇÃO DE 1930: A TOMADA DO 12º RI EM BELO HORIZONTE	
<i>Paulo Fernando Silveira</i>	115
O NASCIMENTO DA REPÚBLICA NO BRASIL	
<i>Maria de Lourdes Dias Reis</i>	125
REPÚBLICA MANHUASSU	
<i>Flávio Mateus dos Santos</i>	129
JOSÉ BENTO, NO BONDE DA VIDA	
<i>Carmen Schneider Guimarães</i>	133
A FORMAÇÃO OU A ENFORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO DIREITO	
<i>Felipe Martins Pinto</i>	139
O LIVRO E O TEMPO	
<i>Petrônio Souza Gonçalves</i>	145

INCONFIDÊNCIA MINEIRA	
<i>Yves G. F. Alves</i>	147
LITERATURA	
<i>Marco Aurélio Baggio</i>	161
Discurso Acadêmico	
MINEIRISMO CULTURAL E A MINEIRICE POLÍTICA	
<i>Afonso Arinos de Melo Franco</i>	165
PRESENÇA DA MASTOLOGIA NA HISTÓRIA DA ARTE	
<i>Jairo Carvalhais Câmara</i>	177
BASTA ABRIR A JANELA	
<i>Edméa Carvalho</i>	189
BLACK BIRD	
<i>Ismar Dias de Matos</i>	193
CONTRISTAÇÃO	
<i>Gérson Cunha</i>	197
CARTA SEM DESTINO	
<i>Milton Reis</i>	199
TROVAS	
<i>Milton Reis</i>	201
UM VOO	
<i>Yeda Prates Bernis</i>	203
ELE CHEGOU	
<i>Aloisio T. Garcia</i>	205

APRESENTAÇÃO

A Academia Mineira de Letras, alçada a um patamar de prestígio superior ao longo das comemorações dos seus primeiros cem anos de existência, prossegue na busca dos seus objetivos maiores, de defesa da língua pátria e o incentivo à cultura em suas diversas expressões e em particular à literatura.

Os valores morais e espirituais que sustentam nossa civilização são aqui também cultuados, sendo esta uma Casa que abriga intelectuais, homens de ciência, estadistas, educadores e trovadores, reconhecidos e admirados pelo seu saber, pela sua obra literária ou pela projeção que alcançaram no meio em que atuam.

Enlutada pela perda de dois de seus ilustres Presidentes, pranteados pela sociedade mineira e acreditados nacionalmente, pelo valor de suas obras ou de suas presenças marcantes na vida pública, a Academia vem apresentar este novo número da sua Revista, em momento em que nos preparamos para comemorar, em 2012, o centenário de nascimento do Presidente Perpétuo Vivaldi Moreira.

A *Revista* é representativa da diversidade e da pluralidade, tanto de temas, quanto de estilos, pois é fruto da criação literária de prosadores, poetas, ensaístas ou historiadores, cada um a seu modo, contribuindo para a circulação de uma revista de projeção nacional, voltada para a divulgação da cultura e da literatura, em um país carente de obras e do hábito da leitura.

Sempre altaneira, a Academia Mineira de Letras pertence ao povo e deve servi-lo, como instrumento de crescimento intelectual e espiritual do país. Pretende nesse rumo, engajar-se em novos projetos, como

concursos literários ou a catalogação e divulgação do universo de estátuas, bustos e esculturas que povoam a capital mineira, ampliando a memória iconográfica e curricular dos ilustres homenageados.

É missão a cumprir, desafios a superar, sem nunca esmorecer.

Aloisio T. Garcia
Secretário Geral

NOTA

O falecimento dos presidentes Murilo Badaró e Miguel Augusto Gonçalves de Souza, no ano passado, ocasionou alguns contratempos em nossa Academia, inclusive atraso na publicação da Revista, do que nos desculpamos perante os colaboradores e os leitores.

Para que não haja hiato, estamos considerando a presente edição como de todo o segundo semestre de 2010, englobando os dois trimestres, ou seja, os volumes LVII – julho, agosto, setembro, e LVIII – outubro, novembro, dezembro.

UM SEMEADOR DO SABER

*José Bento Teixeira de Salles**

A tradição da cultura humanística de Minas Gerais encontra suas raízes no esplendor da mineração no século XVIII e mais especificamente na formação intelectual plasmada nos seminários difundidos pelo nosso território. A mineração elevou o padrão econômico do povo, dando oportunidade de estudos superiores a boa parte da elite dirigente, em Portugal e outros países europeus.

Os seminários constituíram fontes de estudo e de saber, notabilizando-se principalmente pelo desenvolvimento da formação humanística, de que foram instrumento e matriz.

A Academia Mineira de Letras tem mantido, através dos anos, essa mesma tradição da linha cultural que estruturou nossa mentalidade e mesmo nosso comportamento. Fundada há cem anos, a entidade tem acolhido, através desse tempo, figuras representativas da cultura mineira, no que tem ela de mais nobre e respeitável.

Ainda recentemente, a morte nos arrebatou duas figuras exemplares dos quadros da entidade, os magníficos presidentes Murilo Badaró em 14 de junho de 2010 e seu sucessor, o acadêmico Miguel Augusto Gonçalves de Souza, falecido em 26 de outubro de 2010. Ambos foram expressivos exemplos dessa tradição, associando inteligência e saber para emoldurar a figura do homem ilustre na galeria dos presidentes da Casa de Alphonsus.

* Jornalista e escritor. Ocupa a cadeira nº 28 da Academia Mineira de Letras. Publicou doze livros.

Muito já se escreveu sobre o Presidente Murilo Badaró, sua atraente personalidade, sua marcante inteligência, sua versátil cultura.

É oportuno registrar que muito se aproximam os traços definidores das biografias dos dois dirigentes. Homens públicos ambos, tendo ocupado cargos de relevo na vida de Minas e do país, afastaram-se da atividade política quando perceberam e sentiram que o exercício da coisa pública deixava de ser uma convocação cívica para se transformar, pouco a pouco, em um jogo perigoso de demagogia e corrupção.

Miguel Augusto Gonçalves de Souza teve assinalada participação na vida empresarial do estado, ocupando a presidência de prestigiosas instituições, com destaque especial para Açominas, Associação Comercial de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento, Bemge, Ibs, Credireal e Fiat.

Não foi menos importante sua presença na vida pública de Minas Gerais. Como secretário da Fazenda (4.V.64 a 1º.VII.65), secretário de Governo (agosto de 65 a fevereiro de 66) e secretário interino do Interior e Justiça, reafirmou as qualidades do empresário, demonstrando incorruptível comportamento e lúcida visão dos temas propostos, além de comprovada habilidade no trato dos entendimentos políticos.

Para sua formação e temperamento, dedicou-se às atividades culturais, tornando-se presidente do Instituto Histórico e Geográfico e, posteriormente, da Academia Mineira de Letras.

Lamentavelmente, foi curto o período na presidência de nossa instituição: cerca de quatro meses apenas. Ainda assim, o respeitado mineiro pôde ratificar seus atributos de probidade, caráter e profunda cultura humanística.

Homem de letras, desde cedo se dedicou à publicação de importantes livros, principalmente de pesquisa histórica, em estudos que o credenciaram a integrar e presidir as duas instituições antes referidas.

Seus trabalhos literários revelam perseverante entrega ao exame e interpretação dos fatos da vida política do passado, acrescidos da seriedade e brilho de seu texto.

Aparente prolixidade no texto não representa demérito ao escritor cuidadoso e competente, mas antes reflete a sua preocupação em

documentar, com segurança, os fundamentos históricos de suas pesquisas e assertivas.

Assim devem ser entendidas as principais obras de sua rica bibliografia: *História de Itaúna* (sua terra natal), em dois volumes, tem 816 páginas; *Itaúna – 1765-2002 – Sua trajetória Política, Social, Religiosa, Econômica e Cultural*, com 639 páginas, *O descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil*, com 944 páginas.

Registra-se, a bem da verdade, que os volumes foram escritos em razão direta das exaustivas pesquisas do autor, que se desdobrou em penosos trabalhos, sobrenadando as águas traiçoeiras e nem sempre verazes da História. Pois aí está o seu mérito maior, estruturando seus estudos em verdadeiros arcabouços de verdade para fundamentar um texto seguro e preciso.

Sua contribuição à historiografia mineira tanto mais se exalta quando observamos que é ainda parcimoniosa a contribuição que neste sentido ocorre em nosso estado.

Seguindo a mesma trajetória de estudos históricos, Miguel Augusto Gonçalves de Souza publicou também o *Marquês de Queluz e sua época*, editado em 1986, no qual o ilustre escritor fixa aspectos sugestivos e pouco conhecidos da vida do eminente senador do Império.

A propósito, merece ser registrado que a busca minuciosa da antiga realidade mineira, por parte do competente acadêmico, foi sempre processada diretamente por ele, pois na época não havia ainda o moderno esquema de pesquisadores de plantão.

Fruto de sua atuação como advogado, o saudoso presidente da AML publicou ainda, em 1964, pela Editora dos Tribunais, São Paulo, o livro *Acidentes de Trabalho*, em dois volumes.

Deixou inédita outra obra, *31 de março e suas sequelas*, certamente um importante testemunho político de quem participou, como ele, dos acontecimentos que antecederam o movimento armado de 64.

Em toda a sua intensa e profícua vida de atividade cultural, Miguel Augusto Gonçalves de Souza encontrou sempre na fundação e funcionamento da Universidade de Itaúna um motivo de justo orgulho.

Ele parecia considerar que a iniciativa era o sublime coroamento de sua dadivosa existência. Plantando e difundindo o saber para a mocidade estudiosa de sua terra natal e arredores, ele soube assentar, na iniciativa, os pilares básicos que nortearam a sua própria existência, mesclando capacidade e obstinação em generoso exercício universitário, numa hora em que o sacerdócio do ensino tantas vezes cede lugar ao balcão de mercadorias.

Não seria exagero observar que na plenitude do funcionamento de sua Universidade de Itaúna, assim como na publicação de seus livros e na presidência da Academia Mineira de Letras, Miguel Augusto Gonçalves de Souza foi um verdadeiro semeador de cultura, deixando para Minas um exemplo de inteligência, saber, seriedade, dedicação e competência.



DOM JOÃO RESENDE COSTA¹

*Pe. José Carlos Brandi Aleixo**

I. Infância e Formação

Dom João Resende Costa nasceu aos 19 de outubro de 1910 em Borda da Mata, então parte do município e da diocese de Pouso Alegre, Minas Gerais².

Primogênito dos doze filhos de Francisco Marques da Costa Júnior e Mariana Resende, recebeu dos pais esmerada formação humana e religiosa. Simples e rica dos dons de Deus, a família se mudou – quando ele tinha 9 anos – para a cidade paulista de Cruzeiro, que colinda com Minas Gerais. Realizou seus primeiros estudos em Borda da Mata e Cruzeiro. Aos 14 anos, ingressou no Colégio São Joaquim, em Lorena, SP, fundado em 1890 e dirigido pelos beneméritos filhos de Dom Bosco. Um dos mais antigos educandários salesianos do Brasil, o Colégio tinha, na época, cerca de trezentos alunos internos e outros tantos externos. Nele permaneceu dois anos. Transferiu-se para o também salesiano Colégio São Manoel, em Lavrinhas. Nesta cidade paulista residiu durante

* Professor Emérito da Universidade de Brasília.

¹ Texto baseado na conferência proferida na Academia Mineira de Letras, em 21 de outubro de 2010. O autor agradece a colaboração: da Academia Mineira de Letras (Secretária Carmen Elizabeth Moura dos Santos e Bibliotecária Marília Moura Guilherme); do Padre Salesiano Décio Batista Teixeira (Diretor do Centro de Convenções Israel Pinheiro); do Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa (Pe. Geraldo Lisboa, Pe. Marcos de Lima e a Bibliotecária Érica Mello); Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte (Bibliotecária Maria Elizabeth Miranda e Arquivista Sônia Jovita de Sousa); da Inspetoria Salesiana de São Paulo (Pe. Mário Quilici).

² Em 1868, Borda da Mata integrava o município de Ouro Fino. Criado em 1832, o município de Pouso Alegre tornou-se bispado em 4 de agosto de 1900. O município de Borda da Mata emancipou-se de Pouso Alegre em 1923. BARBOSA, Valdemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, p. 57 (Borda da Mata), p. 229-230 (Ouro Fino), e p. 267-268 (Pouso Alegre).

mais de sete anos seguidos. Aos 28 de janeiro de 1927 ingressou no Noviciado dos Salesianos e o concluiu com sua primeira profissão religiosa aos 31 de janeiro de 1928³. Logo depois cursou Filosofia no já mencionado Colégio São Manoel. A próxima etapa de sua formação foi a de professor (Tirocínio) em Lavrinhas, de 1930 a 1932.

Entre 1932 e 1935 frequentou e concluiu o curso de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana⁴, em Roma. Nessa cidade, ordenou-se sacerdote na Igreja de Santo Inácio, aos 28 de julho de 1935. Em julho de 1937, na mesma Instituição, doutorou-se em Teologia Dogmática após a aprovação de sua tese *L' influsso di De Dominis nella dottrina de Martin de Barcos* [A Influência de De Dominis⁵ na Doutrina de Martin de Barcos]⁶. Em entrevista, declarou:

³ No Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte encontra-se uma correspondência de Dom João, de 21 de novembro de 1926, em que solicita ao Superior da Congregação Salesiana a aprovação de seu nome para ingressar, no ano seguinte, no santo noviciado. Ver também: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. "Arquidiocese de Belo Horizonte celebra 100 anos do nascimento de Dom João Costa". *Canção Nova Notícias*. Cachoeira Paulista, segunda-feira, 4 out. 2010. <Disponível em: <http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=278196>>. Acesso em: 4 mar. 2010. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. "Encontro resgata lembranças de Dom João Resende Costa". *Canal Aberto: Newsletter da Reitoria*. Belo Horizonte, n° 9 nov./dez. 2010. Disponível em: <http://www.pucminas.br/reitoria/newsletter/09/nota_04.html>. Acesso em: 4 mar. 2010.

⁴ Ela foi fundada por Santo Inácio de Loyola em 1551 com o nome de "Colégio Romano". Adotou a atual designação em 1584 em homenagem ao Papa Gregório XIII, seu grande benfeitor. Trata-se de um dos principais centros de estudos da Igreja Católica. No tempo de Dom João havia cerca de 2.500 alunos de todos os continentes.

⁵ Nascido na Croácia, Marco Antônio De Dominis (1566-1624) foi bispo de Senj e arcebispo de Split. Após aderir à Igreja Anglicana em 1616, retornou ao Catolicismo Romano, mas foi condenado "post mortem" como herege. Escreveu: *Scogli del Cristiano Naufragio*; *De Republica Ecclesiastica contra Primatum Papæ*; *Papatus Romanus*; *Sui reditus ex Angliis consilium* [1623]. Foi também um grande cientista.

⁶ Nascido na cidade francesa de Baiona, Martin de Barcos (1600-1678) estudou na Bélgica com Cornélio Jansen. Substituiu seu tio Jean Du Vergier de Huranne na Abadia Beneditina de São Ciro, em Berry. Ordenou-se sacerdote em 1647. Tornou-se importante teólogo da Escola Jansenista. Colaborou com Jean du Vergier no livro *Petrus Aurelius* e com Antoine Arnauld (1612-1694) no livro *Comunhão Frequente* (1643). São obras suas: *De l'autorité de Saint Pierre et de Saint Paul* (1645); *Éclaircissement sur quelques objections que l'on a formé contre la grandeur de l'Église de Rome* (1646); *Quae sit Sancti Augustini et doctrinae eius auctoritas in ecclesia?* (1650); *Exposition de la foy de l'Église romaine touchant la grace et la prédestination* (1696). Um exemplar de 72 páginas da tese, publicada em São Paulo, em 1937, doado gentilmente pelo autor, encontra-se na Biblioteca da PUC-MG.

Procurei, nesse estudo, mostrar como o autor Martin de Barcos foi influenciado por De Dominis. Um homem de valor que, depois, desligou-se da obediência ao Papa. A minha Tese foi provar a influência desse autor no pensamento de Martin de Barcos. Segundo ele, Pedro e Paulo tinham a mesma autoridade. Dessa forma contestava o primado de Pedro e dos papas, seus sucessores⁷.

II. Apostolado Sacerdotal

Após regressar ao Brasil, foi diretor de estudos no Instituto Teológico Pio XI⁸, de 1938 a 1940. De 1941 a 1943, em São Paulo, dirigiu o Liceu Coração de Jesus.⁹ De 1944 a 1948 foi diretor do Instituto Teológico Pio XI. De 1948 a 1952, em São Paulo, exerceu as funções de Superior Provincial dos Salesianos. Foi membro da Delegação Brasileira aos seguintes Congressos Interamericanos de Educação Católica em: Bogotá (1945, 1º Congresso); Buenos Aires (1946, 2º Congresso); Rio de Janeiro (1951, 4º Congresso); e Havana (1953, 5º Congresso, Presidente da Delegação Brasileira).

Em 1952, no XVII Capítulo Geral da Congregação Salesiana, foi eleito membro do Conselho Superior da Congregação. Residiu em Turim de 1952 a 1953. Chegou a Dom João, em 23 de fevereiro de 1953, a

⁷ ANTONIAZZI, Alberto (Org.); NEVES, Lucília de Almeida (Org.); PASSOS, Mauro (Org.). *As Veredas de João na Barca de Pedro*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002, p. 29. Este livro é da maior importância para conhecer a extraordinária vida e obra de Dom João Resende Costa.

⁸ Foi fundado na cidade de São Paulo em 7 de março de 1931 para proporcionar aos salesianos das seis províncias do Brasil o Curso de Teologia. Em 1936, transferiu-se do bairro de Santa Ana ao Alto da Lapa.

⁹ Em 1885, o Liceu foi fundado com o apoio de Dom Bosco e da Princesa Isabel do Brasil. Inicialmente era um Liceu de Artes, Ofícios e Comércio para os filhos de escravos libertos e de imigrantes italianos. Oferecia ensino gratuito em oficinas profissionalizantes. Posteriormente inaugurou-se o internato que acolhia também os filhos de cafeicultores. Em 1941 o Liceu contava, entre internos e externos, cerca de 2.500 estudantes.

notícia de sua designação para Bispo de Ilhéus, Bahia, quando percorrendo as casas salesianas do nordeste e do norte do Brasil como visitador extraordinário, voava de Barcelos a Manaus.

III. Apostolado Episcopal

Em 24 de maio de 1953 — festa de Pentecostes e de Nossa Senhora Auxiliadora — na Matriz do Liceu Coração de Jesus, então já paróquia, recebeu a ordenação episcopal pelas mãos do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta. Foram Co-sagrantes os antístites salesianos Dom Orlando Chaves (Bispo de Corumbá, MT) e Dom Antônio Campelo de Aragão (Bispo Auxiliar de Cuiabá). Dificilmente se poderia prever que o futuro aproximaria ainda mais as vidas de Dom João e de Dom Carlos Carmelo. A partir de 1957, Dom João viria a ser Arcebispo Coadjutor de Belo Horizonte, em cuja jurisdição se encontra Santuário dedicado a Nossa Senhora da Piedade, na cidade de Caeté¹⁰, muito querido por Dom Carlos Carmelo. Seria este também que, em 24 de maio de 1969, na Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem, imporia nele o Pálio Arquiepiscopal trazido de Roma por meio de um Procurador Salesiano. Outrossim, ambos viriam a ingressar na egrégia Academia Mineira de Letras: um em 1970 e outro em 1980.

¹⁰ Em Caeté encontra-se a Serra da Piedade. Desde jovem, Dom Carlos Carmelo foi devoto de Nossa Senhora da Piedade. Menos de um ano após sua ordenação sacerdotal em 29 de julho de 1917, assumiu a Capelania do Asilo São Luís da Serra da Piedade. Auxiliou Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro na fundação da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade. Foi Diretor do Santuário a Ela dedicado. Em 31 de julho de 1960, na presença do Governador Bias Fortes, do Cardeal Motta e de outros 23 prelados, realizou a Consagração de Minas Gerais à Nossa Senhora da Piedade (ANTONIAZZI, Alberto et al. *op. cit.*, p. 83 e 85). O Jubileu de Ouro da oficialização da Consagração de Nossa Senhora da Piedade como Padroeira de Minas Gerais e as comemorações do centésimo aniversário de nascimento de Dom João Resende Costa ocorreram harmoniosa e gloriosamente.

A – Diocese de Ilhéus

Na *Pastoral de Saudação aos seus diocesanos*, Dom João explica o seu Mote “In laudem gloriæ Dei” (“Para o louvor da glória de Deus”):

E ressoará por todo o território da nossa querida Diocese de Ilhéus, nas orações e nos cânticos de todos os fiéis, na fé viva, no fervor ardente de todos os corações e na vida exemplar, o louvor da glória de Deus. Para isso nos chamou o Senhor Jesus ao cristianismo: o louvor é a atitude das almas que se sentem felizes e querem agradecer [...] São João Bosco, na sua “ascética sorridente”, viveu sempre esse programa e o desfrutou em toda a sua largueza promovendo, no seu estilo de apostolado e no seu sistema educativo, os cânticos, a música, a inocente alegria como expressões de louvor a Deus [...] A Igreja aplaudiu maternalmente essa atitude colocando-a como objeto de nossa súplica na Secreta [Oração sobre as Oferendas] na missa litúrgica do santo: “ut in laudem gloriæ eius vivamus” — isto é, para que vivamos para o louvor de sua glória¹¹.

É gratificante recordar que a Máxima dos jesuítas “Ad maiorem Dei gloriam” e o Lema de Dom João são bem semelhantes. Cícero descreve “glória” como “clara cum laude notitia”, ou seja, “uma notícia distinguida com louvor”.¹²

Dom João percorreu toda a diocese de Ilhéus com os mais diversos meios de locomoção. Incentivou a Obra das vocações sacerdotais, ampliou o seminário diocesano e concluiu a construção da catedral. Em 1956, organizou e presidiu as comemorações do 4º Centenário da criação da Paróquia São Jorge dos Ilhéus, uma das mais antigas do país.

¹¹ COSTA, Dom João Resende. *Pastoral de Saudação aos seus Diocesanos* [de Ilhéus]. São Paulo: [s.n.], 1953, p. 20-21. A Diocese de Ilhéus foi criada a 20 de outubro de 1913 por Pio X, por desmembramento da Arquidiocese da Bahia.

¹² CICERO, Marcus Tullius. *De Inventione II*, 166. Em obras de exegese e de espiritualidade, há muitos estudos sobre o tema da glória divina. É muito citado o pensamento de Santo Irineu “homo (totaliter) vivens est gloria Dei” [“A Glória de Deus é o homem (totalmente) vivo”].

B – Arquidiocese de Belo Horizonte

Em 19 de julho de 1957, Dom João foi nomeado Arcebispo Coadjutor e Administrador Apostólico “Sede Plena” de Belo Horizonte. Sua posse ocorreu em 30 de novembro do mesmo ano. Após a criação das novas dioceses de Sete Lagoas, em 1955, e de Divinópolis, em 1958, por desmembramento, a área da Arquidiocese de Belo Horizonte passou a ser de 7.329 km². Após pouco mais de dez anos, em 15 de novembro de 1967, com o falecimento de Dom Antônio dos Santos Cabral, Dom João tornou-se o novo Arcebispo Metropolitano. Criou ele 52 paróquias, inaugurou 75 novos templos, aprovou 18 comunidades religiosas masculinas e 60 femininas, erigiu o Edifício Pio XII, concretizou juridicamente a Universidade Católica de Minas Gerais em 12 de dezembro de 1958, construiu seu edifício-sede e iniciou novas unidades. Conceituado Mestre e Pastor, foi membro do Conselho Curador da Fundação Hilton Rocha, assim como da Fundação Educacional Lucas Machado.

Em 1980 foi nomeado Administrador Apostólico “Sede Vacante” da Arquidiocese de Diamantina, Minas Gerais.

Na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi Secretário Nacional para o Apostolado dos Religiosos (1964-1968) e Secretário Regional do Leste 2 a partir de 1964. Participou das sessões do Concílio Vaticano II inaugurado pelo Papa João XXIII aos 11 de novembro de 1962 e concluído pelo Papa Paulo VI no dia 7 de dezembro de 1965. Em dezembro de 1964, na Índia, participou do 38º Congresso Eucarístico Internacional em Bombaim (Mumbai). No ano de 1968 foi membro do 39º Congresso Eucarístico Nacional em Bogotá e tomou parte ativa na II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Medellín na Colômbia. Em 1977 foi membro da 4ª Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos em Roma. Em 1975 e em 1980 foi a Roma para a tradicional visita “Ad Limina”¹³.

¹³ Cabe lembrar que, já no século II, São Policarpo, discípulo de São João Evangelista, consultou o Papa Aniceto, em Roma, sobre a festa da Páscoa. No século VI São Gregório Magno estabeleceu a visita quinquenal dos bispos a Roma, na qual venerariam os sepulcros de Pedro e Paulo e apresentariam um relatório sobre suas dioceses, em clima de íntima comunhão na fé e na missão.

Aos 2 de fevereiro de 1986 passou o pastoreio da Arquidiocese de Belo Horizonte ao até então seu bispo auxiliar Dom Serafim Fernandes de Araújo.

IV. Trabalhos

Dom João valeu-se dos modernos meios de comunicação social para o seu frutuoso apostolado. Estampado em Belo Horizonte, o folheto de 1985 *Jubileu de Ouro da Ordenação Sacerdotal* informa:

De segunda a sábado mantém um programa religioso na Rádio América, na Rádio Universidade e na Rádio Inconfidência [...]

Semanalmente escreve uma ‘Mensagem Pastoral’ dirigida aos seus diocesanos, publicada no *Arquidiocese em Notícias*, boletim da Arquidiocese, transcrita, normalmente, no *Estado de Minas* e em outros órgãos da imprensa.¹⁴

Assim, Dom João foi muito fiel à bela tradição do fundador dos salesianos, Dom Bosco, Batalhador da Boa Imprensa. A velha sabedoria clássica ensina que “verba volant, scripta manent” (as palavras voam e os escritos permanecem).

São exemplos de suas numerosas obras as seguintes Coletâneas:

1. a) *Palavras do caminho: mensagens pastorais semanais*. Apresentação de Dom Serafim Fernandes de Araújo, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte. Belo Horizonte, MG: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarç), Universidade Católica de Minas Gerais, 1978, 242 p.;

¹⁴ Ver também: ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. *Os Acadêmicos: Dom João Resende Costa*. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.academiamineiradeletras.org.br/domjoao.asp>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

1.b) *Palavras do caminho: mensagens pastorais semanais*. Nova edição comemorativa do centenário do nascimento de Dom João, com texto introdutório (Homenagem) da autoria de Dom Walmor Oliveira Azevedo. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 2010, 254 p.

2. *Na seara da palavra*. Apresentação do Padre Fausto Santa Catarina. Mooca, São Paulo, SP: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1980. 148 p.

3.a. *A Escuta da palavra*. Ano litúrgico B. Apresentação de Dom Serafim Fernandes de Araújo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1994, 155 p.¹⁵

3.b. *A Escuta da palavra*. Ano litúrgico C. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1994, 141 p.

3.c. *A Escuta da palavra*. Ano Litúrgico A. Apresentação de Dom João Resende Costa. Belo Horizonte, MG: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1995, 143 p.

Em 1946, o Padre João Resende Costa traduziu, do francês ao idioma de Camões, primorosa biografia de Dom Bosco escrita pelo salesiano francês Padre Agostinho Auffray. Em 1969, já Arcebispo de Belo Horizonte, Dom João preparou a quarta edição da mesma obra, com pequenos retoques¹⁶. Em 1950, ele escreveu a Apresentação do livro *Vida de Jesus*, de Giacomo Mezzacasa.¹⁷

¹⁵ Essas coletâneas e outras obras também estão na Bibliografia deste trabalho.

¹⁶ AUFRAY, A. [Agostinho] SDB. *Dom Bosco*. São Paulo: Ed. Dom Bosco, 1946 (1ª ed.) e 1969 (4ª ed., 475 p.).

¹⁷ MEZZACASA, Giacomo. *Vida de Jesus*. São Paulo: Editora Salesiana, 1950, 571 p.

V. Traços Literários e Humanísticos de Dom João

Em 1980, no início de seu Discurso de Posse na Academia Mineira de Letras, Dom João registrou que seus novos confrades amigos “descobriram que dou valor aos valores da literatura”. Mas logo acrescentou que o faz “apenas na medida em que me ajudam a cumprir mais dignamente a missão de levar aos homens a mensagem que vem do alto”¹⁸.

Enalteceu a poesia que:

[...] nasce da contemplação da beleza do mundo criado, onde a cada passo a gente parece descobrir a assinatura do Criador [...] Foram poetas Isaías, Jó, Daniel e os homens bíblicos que escreveram os Salmos e o Cântico dos Cânticos. Antes que Olavo Bilac falasse em “ouvir estrelas”, o profeta Baruque¹⁹ escutara dentro da noite misteriosa do cosmo a voz de Deus chamando as estrelas e elas respondendo: “aqui estamos”²⁰.

Com muita propriedade, citou autores de diferentes latitudes que nos ajudam a valorizar a vida humana e a divina. Escreveu Dom João: “O profissional de Deus não pode deixar de ter o coração aberto para o ritmo da esperança que o poeta instila na caminhada da história. Como disse o poeta das Antilhas, José Martí, ‘un granito de poesía sazona un siglo’”²¹.

Vários escritos de Dom João confirmam sua capacidade de pôr a esmerada expressão literária a serviço da fé. Comentando que a estrada do Pretório ao Calvário não tem sequer um quilômetro, disse: “mas se

¹⁸ COSTA, Dom João Resende. *No Limiar da Academia*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, [1980], p. 11. Em entrevista publicada em 2002, declarou Dom João: “Cultura vem da literatura e da história. Para mim, não há coisa mais importante que literatura e história”. ANTONIAZZI, Alberto (Org.); NEVES, Lucília de Almeida (Org.); PASSOS, Mauro (Org.). *As Veredas de João na Barca de Pedro*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002, p. 25.

¹⁹ Baruc III, 35.

²⁰ COSTA, Dom João Resende. *Idem, Ibidem*.

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 12. José Martí (1853-1895) foi eminente patriota e escritor cubano. José Olivio Jiménez, organizador, em 1995, da obra *Ensayos y Crónicas de José Martí*, de 357 p., cita esta frase: “un grano de poesía sazona un siglo”.

pensarmos no que significa essa caminhada para a humanidade, ela foi a maior de todas”.²² *Preserve o que é de todos* é o título de uma linda reflexão de quem vê crescer no mundo a consciência ecológica e contempla com olhos maravilhados de poeta agradecido a linda natureza de Deus²³.

No dia 30 de maio de 1994, inaugurou-se o belo auditório Vivaldi Moreira, anexo ao prédio da Academia Mineira de Letras. Ao começar a cerimônia, que contou com a presença de Altas Autoridades da República, disse o acadêmico Dom João:

No melhor estilo das tradições de nossas Minas Gerais, vamos dar início a esta festa da inauguração elevando nosso pensamento a Deus. Tudo deve ter Nele o princípio como o reconheciam até os pagãos de outras eras: “A Jove principium”²⁴.

No elogio ao seu predecessor, na cadeira 11, Cônego Francisco Maria Bueno de Sequeira, com muita elegância e respeito, falou da compreensível tensão entre a mentalidade tradicional e a nova adotada pelo Concílio Vaticano II:

Tinha acontecido o Concílio Vaticano II. E, na efervescência da renovação que ele nos trouxe, nem tudo correu tão ordenadamente. Com o vigor da estação primaveril — João XXIII falara de primavera — podem nascer plantas indesejáveis. O cônego estava irritado com a presença destas, que lhe chamavam a atenção mais que os excelentes frutos da legítima renovação. E não se sentia muito afinado com as novas linhas da pastoral [...] Se ontem, por exemplo, nos entusiasmávamos

²² COSTA, Dom João Resende. *Na Seara da Palavra*. Apresentação de Dom Serafim Fernandes de Araújo. Mooca, São Paulo, SP: Escolas Profissionais Salesianas, 1980, p. 6.

²³ Idem, *Ibidem*, p.9.

²⁴ “A Jove principium, Musæ; Jovis omnia plena” [“Comecemos por Júpiter, oh Musas; tudo está repleto de Júpiter”]. VIRGILIO, *Écloga III*, v. 60. O texto dessa inspirada oração de Dom João encontra-se em: JOSÉ, Oiliam; OLIVEIRA, Martins de. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1997, p. 267.

com a beleza de uma Igreja que dizia em latim “Dominus vobiscum” pela boca de padres de todo o mundo e nos diferentes sotaques de seus países, num impressionante espetáculo de uniformidade, alegremo-nos hoje com outro tipo de espetáculo: mil línguas louvando o Senhor e Povos de todas as raças, participando da liturgia no seu idioma nativo, reproduzindo Pentecostes no século XX. A beleza de uma uniformidade que empolga deixa o lugar à beleza de uma legítima variedade [...], embora com o risco calculado de uma ou outra extravagância de criatividade, a dos que pisam no acelerador e precisam de alguém que pise no freio para equilibrar a marcha²⁵.

O Concílio Vaticano II preconiza um humanismo²⁶, no qual o homem se define em primeiro lugar pela sua responsabilidade perante os seus irmãos e perante a história (*Lumen Gentium* nº 55). Comenta Dom João:

Para essa tarefa educativa são bem-vindas todas as contribuições que vêm das ciências, das letras, da arte, da filosofia, de todos os setores da cultura humana. E seja bem-vinda a presença respeitável deste cenáculo das letras implantado no cenário da cultura mineira²⁷.

²⁵ COSTA, Dom João Resende. *No Limiar da Academia*. Op. Cit. p. 19 e 20.

²⁶ Nos séculos XV e XVI, no Renascimento, o humanismo foi um movimento de retorno mais efetivo às formas da cultura clássica (sobretudo grega e latina) sob o ponto de vista literário, linguístico e filosófico, tendo por centro de irradiação a Itália. Muito citada, uma frase de Terêncio retrata bem o humanismo clássico: “Homo sum: humani nihil a me alienum puto” [“Sou homem: não julgo alheio a mim nada do que é humano”]. Heautontimoroumenos I, 1, 25. O Pe. Antônio Sérgio Palombo de Magalhães, em seu artigo “Um homem virtuoso”, comenta a “humanidade de Dom João”. In ANTONIAZZI, Alberto et. al. op. cit., p. 152.

²⁷ COSTA, Dom João Resende. *No Limiar da Academia*. Op. Cit. p. 12. O berço proporcionou a Dom João um humanismo transcendente. Foi ele aprimorado pela sábia pedagogia de Dom Bosco e enriquecido pelos ensinamentos da Universidade Gregoriana. Esse Humanismo está presente nos artigos, nos sermões, nos livros e, sobretudo, na sua vida exemplar — Verba movent, exempla trahunt [“as palavras movem, os exemplos arrastam”].

Em breve homilia de agradecimento a Deus e aos amigos pelas graças recebidas durante 25 anos de seu *múnus episcopal*, falou também de alegrias e tristezas. Disse:

São componentes que não faltam em nenhuma vida humana. Há os que têm mais tendência a medir o tamanho dos sofrimentos e queixar-se deles. Prefiro ficar com os que olham menos para os espinhos e mais para as rosas. Acredito mais no convite que na ameaça. Dou mais valor à força da persuasão do que ao amargor das denúncias. Creio na eficácia do diálogo mais do que no resultado das críticas. E sou infinitamente grato a Deus que nos chama a construir na fraternidade²⁸.

A conduta de Dom João a respeito da Igreja de São Francisco, construída em 1942 na Pampulha, demonstra eloquentemente seu apreço por novas formas artísticas de religiosidade. O templo, objeto de particular solicitude do então Prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek, foi obra inovadora do arquiteto Oscar Niemeyer, adornada pelo escultor Alfredo Ceschiatti e pelo pintor Cândido Portinari. Mas sua consagração só ocorreu em 11 de abril de 1959, quando Dom João nele celebrou missa solene, com a presença de cerca de 10 mil pessoas, entre as quais o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, o Governador de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, e numerosos artistas e poetas²⁹.

²⁸ COSTA, Dom João Resende. "Obrigado, Senhor! Obrigado amigos!" *Na Seara da Palavra*. Mooca, São Paulo, SP: Editora Salesiana Dom Bosco, [1978], p. 145.

²⁹ KUBITSCHKEK, Juscelino. *A Escalada Política: meu caminho para Brasília*. Volume II. Rio de Janeiro: Bloch Editores, [1976], p. 65 e 66. Ver também: BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 180. Provavelmente Dom João lembrou-se do velho adágio latino que se encontra na *Epistola ad Pisones* (ou *Ars Poetica*, 9-10), de Horácio: "Pictoribus atque poetis quidlibet audendi semper fuit aequa potestas" (os pintores e os poetas sempre tiveram da mesma forma o poder de ousar o que quisessem). HORATIUS FLACCUS. *Quintus. Epistula ad Pisones (Ars poetica)*.

Capítulo eloquente de seu pastoreio foi o da firmeza e serenidade na defesa da Justiça e dos Direitos Humanos de seus diocesanos e particularmente de alguns sacerdotes nos idos de 1968 e 1969.³⁰

Seja-me permitido recordar, com reconhecimento, um capítulo importante na história de minha família. No dia 4 de março de 1975, na Santa Casa de Misericórdia, Dom João presidiu — sendo eu seu concelebrante — a Missa da Esperança pelo eterno descanso de meu saudoso pai, Pedro Aleixo, membro da Academia Mineira de Letras e, desde os inícios da Universidade Católica de Minas Gerais, membro do seu corpo docente³¹. Dom João foi sempre o Bom Pastor que proferia palavras apropriadas aos diversos momentos de nossa caminhada rumo ao destino definitivo³².

VI. Testemunhos sobre Dom João

São numerosos os depoimentos sobre a vida e obra luminosas de Dom João. Seguem alguns exemplos.

³⁰ ANTONIAZZI, Alberto et. al. *Op. cit.*, p. 130-137. Este livro publica as Homilias, de Dom João, de 8 de dezembro de 1968 (p. 206-208) e do seguinte dia 15 do mesmo mês (p. 208-211).

³¹ Em dezembro de 1966, Dom João, na qualidade de Grão-Chanceler da Universidade Católica de Minas Gerais, entregou a Pedro Aleixo o diploma de Benemérito do Instituto Politécnico do mesmo educandário (*Estado de Minas*, Belo Horizonte, p. 3, 11 dez. 1966). Ver também: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, p. 5, 22 set. 1966.

³² Cabe também ressaltar aspectos ímpares dessa cerimônia. Em nome da Academia Mineira de Letras, falou o recém-eleito, mas ainda não empossado, Presidente Juscelino Kubitschek. Disse ele: "Meu querido Pedro Aleixo: há alguns dias, ao preparar meu discurso de posse na Academia Mineira de Letras, dediquei boa parte dessa oração literária ao seu louvor, como amigos e personagens que fomos de dramático trecho da história deste país. Era você que devia dar-me as boas vindas daquela Casa de Cultura. Infelizmente não será mais você que ali me acolherá, com a beleza de seu verbo, para dizer de minha vida e de meus trabalhos o elogio generoso que se inspiraria no seu coração e na sua inteligência. Em vez de ser você a acolher-me, sou eu que estou aqui para lhe dizer adeus". ALEIXO, José Carlos Brandi; CHAGAS, Carlos. *Pedro Aleixo: Testemunhos e Lições*. Prefácio de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 1976, p. 59. Posteriormente ingressaram na Academia Mineira de Letras: em 3 de maio de 1975, o Presidente Juscelino Kubitschek, saudado pelo Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta; em 5 de setembro de 1980, Dom João Resende Costa, recebido por Melo Cançado; e em 1 de agosto de 1991, Pe. José Carlos Brandi Aleixo, acolhido por Raul Machado Horta.

Em 1985, em carta a Dom João, por ocasião de seu jubileu de ouro sacerdotal, o Papa João Paulo II, após mencionar os numerosos frutos de seu apostolado, escreveu:

[...] mas eles aparecerão em mais plena luz se lembrarmos, embora brevemente, as raízes e o fundamento donde procedem: a atividade incansável, o amor à fé católica, a prudência e a fortaleza no modo de agir, virtudes das quais destes exemplo em todos os lugares onde estivestes, mas de modo especial na Arquidiocese de Belo Horizonte [...]³³

Dom Walmor Oliveira de Azevedo declarou:

O tempo dele, vivido aqui como pastor, foi um tempo marcado por sua bondade, inteligência e sabedoria, marcas que continuam como fonte profunda e inesgotável de sua importância para a Arquidiocese. Um verdadeiro pastor marca com a sabedoria, com a bondade e com a inteligência o seu pastoreio.³⁴

Em 30 de maio de 2008, em seu memorável Discurso de Posse na Academia Mineira de Letras, Dom Walmor Oliveira de Azevedo enalteceu a figura notável de seu predecessor na cadeira nº 11, usando como epígrafe a seguinte passagem do Livro dos Provérbios:

Feliz aquele que encontrou a sabedoria e que alcançou a grande prudência: ganhá-la vale mais do que negociar a prata e seu fruto, mais do que o ouro fino. Os seus caminhos são belos e as suas veredas são de paz. (Pr. III, 13-14.17).

³³ PAPA João Paulo II. Carta ao Venerável Irmão João Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte. In *Arquidiocese em Notícias*. Belo Horizonte: Imprensa da Arquidiocese de Belo Horizonte, ano XVI, n. 32, p. 3, 4 a 10 ago. 1985.

³⁴ ULHOA, Henrique. Centenário de Nascimento de Dom João: uma história de bondade e de alegria. *Jornal de Opinião*. Belo Horizonte, ano 21, nº 1.114, p. 8, 18 a 29 out. 2010.

Disse, então, Dom Walmor:

De 1967 a 1986 foi o magnânimo pastor da Arquidiocese de Belo Horizonte [...] deixando uma inesgotável herança por sua simplicidade, bondade e sabedoria. Seu ministério sacerdotal e episcopal tem riquezas incontáveis pelo exercício de diferentes cargos e funções [...] Sua carreira é brilhante, uma fonte inesgotável de riquezas que merecem ser mantidas vivas na memória e retomadas para a inspiração da fidelidade que todo serviço ao bem e à verdade exigem. A simplicidade familiar e a profundidade da fé católica professada marcaram as raízes do coração de Dom João com a força do amor de Deus. Dele fez o homem da bondade, sua herança maior e imorredoura na história da Arquidiocese de Belo Horizonte. Uma bondade ornada com a singularidade de sua sabedoria³⁵ e de sua nobreza. Dom João construiu sua vida na busca e sincera fidelidade ao sentido rico de seu próprio nome: Deus é graça e é misericórdia. Por isso mesmo, sua lembrança maior é a bondade, e a herança deixada se constitui dos seus desdobramentos, deixando uma lição para a Igreja, particularmente para a Arquidiocese de Belo Horizonte e para o mundo [...]³⁶

Em 1978, no convite para a comemoração, em Belo Horizonte, das Bodas de Prata de ordenação episcopal de Dom João, escreveu Dom Serafim Fernandes de Araújo:

³⁵ Em entrevista publicada em 2002, respondendo à pergunta "Quais as virtudes mais importantes na formação de um religioso?", disse Dom João: "A sabedoria [...] é o equilíbrio das virtudes [...], a humildade é a base". ANTONIAZZI, Alberto et al. *Op. Cit.*, p. 25.

³⁶ AZEVEDO, Dom Walmor de Oliveira. Discurso de Posse na Academia Mineira de Letras. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, ano 85º, vol. XLVIII, p. 18-19, abr./maio/jun. 2008.

Dom João presta a este povo seu mais importante serviço pastoral, que é ser força de unidade da Igreja de Belo Horizonte, no amor, no desprendimento, na compreensão, na humildade, no sacrifício [...]

Este é o meu testemunho de 19 anos de convivência fraterna [1958-1978] sob o mesmo teto, na mesma mesa, nos momentos alegres e nos momentos tristes. Nunca vi Dom João com raiva, nervoso ou perder, por um momento sequer, a serenidade. Esta imagem de serenidade e paz [...] não é de algumas horas, é de sempre, é de Deus [...] Dom João se alegra e vibra mais com o que a gente faz e realiza do que com o que ele mesmo faz. As nossas vitórias (bispos auxiliares e padres) são mais suas do que nossas, nossos fracassos, ele os sente mais do que nós mesmos; nossos sofrimentos são repartidos sempre, ficando ele com a maior parte. Inveja é uma coisa que nunca senti em Dom João, desprendimento sim.³⁷

No prefácio do livro *A Escuta da Palavra*, da autoria de Dom João, Arcebispo Emérito de Belo Horizonte, escreveu seu sucessor, Dom Serafim:

São de todos conhecidas as peregrinas virtudes do nosso querido pastor: a fé indefectível, a ardente caridade, a afável benevolência com que a todos acolhe, a vivacidade do espírito, a vastidão da cultura, a fluência e natural elegância do discurso [...] tantas e tantas virtudes! Mas acima de tudo o coração apostólico e o zelo missionário que o impelem a falar e a escrever sobre a consoladora realidade do Reino de Deus, que dia a dia se constrói e já se acha entre nós³⁸.

³⁷ ARAÚJO, Dom Serafim Fernandes de. Apresentação. In: COSTA, Dom João Resende. *Palavras do Caminho*. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 1978, não paginado.

³⁸ ARAÚJO, Dom Serafim Fernandes de. Apresentação. In: COSTA, Dom João Resende. *A Escuta da Palavra*. Ano litúrgico B. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1994, p. 4. Dom Serafim Fernandes de Araújo, como Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, por convite do autor, prefaciou, em 1994, a Coletânea homilética *A Escuta da Palavra*, de Dom João Resende Costa. Reúne ela comentários e reflexões elaborados no decorrer do Ano Litúrgico e publicados pelo *Jornal de Opinião* e pelo *Estado de Minas*.

O Presidente da Academia Mineira de Letras, Vivaldi Moreira, ao abrir a sessão de ingresso nela de Dom João, ressaltou:

A posse de um pastor de almas assume relevo especial. “O homem devotado ao serviço de Deus anda nele a par do fino estilista e do primoroso orador [...]”. Dom João Resende Costa, em suas orações sacras, em seus livros, não tem feito outra coisa senão espalhar beleza: formosura nos tesouros morais de suas mensagens e formosura na forma em que vem yazada sua palavra evangelizadora.

Ao noticiar o falecimento de Dom João, o *Estado de Minas* estampou as palavras “Pastor da Bondade”. Salientou sua extraordinária contribuição à Educação.³⁹

VII. Homenagens

Foram numerosas as homenagens prestadas a Dom João por entidades, quer civis, quer religiosas.

Em 25 de abril de 1974, em sessão solene na Câmara Municipal, o futuro Acadêmico Dom João recebeu o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte.

Em aniversários de sua ordenação, quer sacerdotal ouro sacerdotal (28 de julho de 1985)⁴⁰; Quarenta anos de ordenação episcopal (24 de maio de 1953); Sessenta anos de vida sacerdotal (28 de julho de 1995).

A Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores dos Jesuítas outorgou a Dom João um Doutorado “honoris causa” em 1989.

³⁹ Pastor da Bondade. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, nº 23.939, domingo, 22 jul. 2007, caderno “Gerais”, p. 27.

⁴⁰ Jubileu de ouro sacerdotal de Dom João é comemorado em Belo Horizonte. *Arquidiocese em Notícias*. Belo Horizonte: sala de imprensa da Arquidiocese de Belo Horizonte, ano XVI n. 32, p. 1, 4 a 10 ago. 1986. Fala-se aí da presença de dezoito bispos, cerca de 180 padres e de milhares de fiéis na Missa de Ação de Graças celebrada no jardins da Catedral da Boa Viagem.

Expressou-se profunda gratidão pelo seu acolhimento em 1982 na capital mineira e enalteceu-se o “Pastor que soube aliar a fidelidade irrestrita ao Cristo Senhor e à Tradição mais lídima da Igreja com uma acolhida corajosa à novidade e diversidade que nossos tempos exigem”⁴¹. Em 20 de novembro de 1998 foi agraciado com o título de Doutor pela “Honoris Causa” pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais⁴².

O nome de Dom João está associado a várias entidades, tais como: o Instituto Dom João Resende Costa, no Campus “Coração Eucarístico” da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; o Espaço de Convivência Dom João Resende Costa, no Santuário Estadual Nossa Senhora da Piedade, na Serra da Piedade, no município mineiro de Caeté. Cabe mencionar também que com o nome de sua mãe criou-se a Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc).

VIII. Conclusão

Em sua peroração ao transpor o limiar de nosso cenáculo, Dom João teceu considerações sábias sobre as dimensões da palavra “imortalidade”. Após mencionar vários nomes (Homero, Shakespeare, Boileau, Guerra Junqueiro) expressou sua maior admiração por Dante, que, com a *Divina Comédia*, se coloca ao lado de Shakespeare e Homero como poeta e, não tão longe de Agostinho e Santo Tomás, como teólogo. Depois de citar a imortalidade decantada por Horácio⁴³, evoca a imortalidade, enaltecida pelo Doutor de Hipona:

⁴¹ *Perspectiva Teológica*, v. 21, n. 53, p. 3, 1989. Apud ANTONIAZZI, Antonio et. al. *Op. cit.*, p. 168.

⁴² Cabe recordar que em dois de junho de 1958, Dom João assinou a Ata de Constituição da Universidade Católica de Minas Gerais e que foi reconhecida pelo Decreto de 12 de dezembro seguinte, assinado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Em 1982, durante viagem a Roma, Dom João solicitou para ela o título de Pontifícia. Tal distinção foi concedida em 1983.

⁴³ Horácio, falando profeticamente de si próprio, disse: “Exegi monumentum aere perennius” [“Ergi um monumento mais duradouro que o bronze”] (*Odes*, livro III, 30, 1) [...] “Non omnis moriar, multaque pars mei vitabit Libitinam” [“Não morrerei completamente, e uma grande parte de mim escapará à Morte.”] (*Odes*, livro III, 30, 6). Para muitos romanos, Libitina era uma divindade dos cadáveres e da morte. Seu nome era um sinônimo desta (*Odes* 3.30).

Duas vidas Deus anunciou e confiou à Igreja: uma na fé, a outra na visão; uma no tempo da peregrinação, a outra na eternidade da morada; uma no trabalho, a outra no descanso; uma no caminho, a outra na pátria [...] uma dura até o fim do tempo presente e aí chega ao fim; a outra se difere para depois do tempo presente e, no século futuro, dura sem fim⁴⁴.

Na galeria das mais ilustres personalidades de Minas Gerais e agora completamente imortal, Dom João continua inspirando seus colegas e admiradores, como demonstram as numerosas homenagens a ele prestadas no centenário de seu nascimento. Sua vida foi dedicada a enaltecer a Glória de Deus, como reza seu lema episcopal, e Minas Gerais foi o cenário privilegiado de seu trabalho apostólico e humanitário. Não se pode escrever a história de Minas Gerais sem falar em Dom João e não se pode escrever a história de Dom João sem falar em Minas Gerais.

Bibliografia

A – Obras da autoria ou organização de Dom João Resende Costa (ordem cronológica)

INFLUSSO di De Dominis nella dottrina di Martin de Barcos = [A Influência de De Dominis na Doutrina de Martin de Barcos]. Roma: Pontificia Università Gregoriana (PUG), Facoltà di Teologia, 1937, 70 p. Tese de doutorado.

SISTEMA pedagógico de Dom Bosco. In: congresso interamericano de educadores católicos. Bogotá, 1945. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1945, 22 p.

⁴⁴ SANTO AGOSTINHO. “Tractatus 124. In Joannem”. Apud. COSTA, Dom João Resende. *No Limiar da Academia. Op cit.*, p. 22.

APRENDENDO ou recordando. *Leituras católicas*. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, ano 60, fasc. 7, n. 722, 1950, 160 p.

Apresentação. In: MEZZACASA, Giacomo. *Vida de Jesus*. São Paulo: Editora Salesiana, 1950, 571 p.

PE. PEDRO Ricaldone: oração fúnebre. São Paulo: [s.n.], 1951, 15 p.

PASTORAL de saudação aos seus diocesanos [de Ilhéus]. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1953, 30 p.

PARA AJUDAR a direção espiritual dos seminaristas, jovens das paróquias e meninos em geral. Aparecida do Norte: Editora Cupolo, 1956, 83 p.

ACERTEI o meu caminho. Aparecida do Norte: Editora Cupolo, 1957, 54 p.

CARTA pastoral sobre o IV centenário da Paróquia de Ilhéus e sobre a santificação da família. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1957, 31 p.

ERREI o meu caminho. Aparecida do Norte: Editora Cupolo, 1957, 47 p.

MENSAGEM de despedida e saudação. [s.l.]: [s.n.], 1957, 27 p.

CARTA pastoral sobre o centenário das aparições de Lourdes. Belo Horizonte: Santa Maria, 1959, 23 p. Inclui apêndice.

CARTA pastoral "Família que reza unida permanece unida". Belo Horizonte: [s.n.], 1963, 15 p. Em apêndice, notas sobre a peregrinação à Terra Santa.

MENSAGEM Pastoral. *Arquidiocese em Notícias*. Belo Horizonte: Coordenação Arquidiocesana de Pastoral. Dom João Resende Costa deu início a esta publicação em 1970. Em 5 de fevereiro de 1986, Dom Serafim Fernandes de Araújo assumiu a Arquidiocese de Belo Horizonte e Dom João tornou-se Arcebispo Emérito. Depois dessa data, esse boletim editou várias vezes escritos de Dom João Resende Costa.

BELO Horizonte, cinquenta anos de Diocese: mensagem de Dom João Resende Costa para o jubileu de ouro da Diocese de Belo Horizonte. Belo Horizonte: [s.n.], 1971, 16 p. Com o apêndice "Uma Profissão de Fé". A Diocese de Belo Horizonte foi criada em 11 de fevereiro de 1921.

Padre Alberto Luís Buzzi (1909-1977): carta mortuária. São Paulo: Inspetoria de Nossa Senhora Auxiliadora, 14 jul. 1977.

NA SEARA da Palavra. Mooca, São Paulo, SP: Editora Salesiana Dom Bosco, [1978], 148 p.

PALAVRAS do Caminho. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), Universidade Católica de Minas Gerais, 1978, 242 p. Foi publicada uma nova edição comemorativa do centenário do nascimento de Dom João, com texto introdutório (Homenagem) da autoria de Dom Walmor Oliveira Azevedo. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 2010, 254 p.

MENSAGENS, vidas e fatos. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1980, 241 p.

MENSAGENS, vidas e fatos: nova coletânea. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1997. Aí se encontram a "Aula Inaugural" de 1º de março de 1978 e o discurso de 10/10/1981, por ocasião dos cinquenta anos do Instituto Pio XI, respectivamente p. 115-125 e 141-156.

NA SEARA da Palavra. Apresentação do Padre Fausto Santa Catarina. Mooca, São Paulo, SP: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1980, 148 p.

NO LIMIAR da Academia. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1980, 28 p.

BELO Horizonte celebra sessenta anos de Diocese. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1981, 11 p. Anexo: Carta pastoral de Dom Antonio dos Santos Cabral.

CENTENÁRIO de Dom Cabral. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), [1984]. (Coletânea de textos organizada por Dom João Resende Costa. Os artigos abordam o centenário de Dom Cabral e os cinquenta anos do Segundo Congresso Eucarístico Nacional ocorrido em Belo Horizonte em 1934).

ESCUA da palavra: Ano Litúrgico B. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1994, 155 p.

ESCUA da palavra: Ano Litúrgico C. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1994, 141 p.

ESCUA da palavra: Ano Litúrgico A. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1995, 143 p.

[BÊNÇÃO do Novo Auditório Vivaldi Moreira, da Academia Mineira de Letras]. In: JOSÉ, Oiliam; OLIVEIRA, Martins de [Cândido Martins de Oliveira Júnior]. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1997, 681 p.

B – Obras de outros autores (ordem alfabética)

ALEIXO, José Carlos Brandi; CHAGAS, Carlos. *Pedro Aleixo: Testemunhos e Lições*. Prefácio de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 1976, 356 p.

ANTONIAZZI, Alberto (Org.); NEVES, Lucília de Almeida (Org.); PASSOS, Mauro (Org.). *As Veredas de João na Barca de Pedro*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002, 230 p.

ARAÚJO, Serafim Fernandes de. Apresentação. In: COSTA, Dom João Resende. *Palavras do Caminho*. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 1978, [não paginado], 242 p.

_____. Apresentação. In: COSTA, Dom João Resende. *A Escuta da Palavra*. Ano B. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa (Fumarc), 1994, 155 p.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. Arquidiocese de BH celebra 100 anos do nascimento de Dom João Costa. *Canção Nova Notícias*. Cachoeira Paulista, segunda-feira, 4 out 2010. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=278196>>. Acesso em: 17 dez 2010.

AUFFRAY, A. [Agostinho] SDB. *Dom Bosco*. Tradução do francês ao português por Dom João Resende Costa. São Paulo: Ed. Dom Bosco, 1946 (1ª ed.) e 1969 (4ª ed., 475 p.).

AZEVEDO, Walmor de Oliveira. Discurso de Posse na Academia Mineira de Letras. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, ano 85º, vol. XLVIII, p. 18-19, abr./maio/jun. 2008.

BARBOSA, Dom Dimas Lara. Falece Dom João Resende Costa, Arcebispo emérito de BH. *Canção Nova Notícias*. Cachoeira Paulista, SP, Sábado, 21 jul. 2007. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=237732>>. Acesso em: 21 out. 2010.

BARBOSA, Valdemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, 382 p.

BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 798 p.

CATARINA, Pe. Fausto Santa. Apresentação. In: *Na Seara da Palavra*. Mooca, São Paulo, SP: Escolas Profissionais Salesianas, 1980.

FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA. *Arquidiocese*. Belo Horizonte, s.d. Disponível em: <<http://www.arquidiocesebh.org.br/site/arquidiocese.php?id=46>>. Acesso em: 21 out. 2010.

HORATIUS FLACCUS, Quintus. *Epistula ad Pisones (Ars poetica)*.

_____. *Odes*. Tradução ao inglês de Herbert Grant. Whitefish, Montana, EUA: Kessinger Publishing, LLC, 2008, 192 p. ISBN 1437071090, 9781437071092.

INSTITUTO Dom João Resende Costa tem nova sede na PUC Minas. *Notícias da Arquidiocese de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 26 fev. 2010. Disponível em: <http://www.arquidiocesebh.org.br/site/noticias.php?id_noticia=488>. Acesso em: 21 out. 2010.

JOSÉ, Oiliam; OLIVEIRA, Martins de [Cândido Martins de Oliveira Júnior]. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1997, 681 p.

JUBILEU de Ouro Sacerdotal de D. João é comemorado em Belo Horizonte. *Arquidiocese em Notícias*. Belo Horizonte, ano XVI, nº 32, p. 1, 4 a 10 ago. 1985.

LIBÂNIO, João Batista. Firmeza e Serenidade. *Jornal de Opinião*. Belo Horizonte, ano 21, n. 1.114, p. 9, 18 a 24 out. 2010.

PAPA João Paulo II. Carta ao Venerável Irmão João Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte. *Arquidiocese em Notícias*. Belo Horizonte: Imprensa da Arquidiocese de Belo Horizonte, ano XVI, n. 32, p. 3, 4 a 10 ago. 1985.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Encontro resgata lembranças de Dom João Resende Costa. *Newsletter da Reitoria*. Belo Horizonte, nº 9, nov./dez. 2010. Disponível em: <http://www.pucminas.br/reitoria/newsletter/09/nota_04.html>. Acesso em: 17 dez. 2010.

ULHOA, Henrique. Centenário de Nascimento de Dom João: uma história de bondade e de alegria. *Jornal de Opinião*. Belo Horizonte, ano 21, nº 1.114, p. 8, 18 a 29 out. 2010.



A METAMORFOSE DE JOAQUIM NABUCO

Fábio Lucas*

All history is modern history
Wallace Stevens

Ao falar de Joaquim Nabuco, decidi refletir acerca de sua conduta pública na esfera do Império brasileiro. Homem de raro saber, acurado analista do cenário político e econômico, a partir de determinado momento de sua vida, movido pelo sentimento de piedade, ao se defrontar com as súplicas de um jovem escravo fugido, resolveu direcionar a própria existência na batalha contra a escravidão.

Monarquista por convicção, admirador de D. Pedro II, adepto fervoroso do governo parlamentar, cujo paradigma seria o parlamentarismo inglês, Joaquim Nabuco empenhou-se quanto pôde na luta contra o regime escravocrata, justamente o esteio socioeconômico do monarquismo brasileiro.

Perspícaz inteligência, filiado ao cristianismo, a cuja função histórica prestava reiterado tributo, teria percebido que a batalha contra a servidão, nas relações de produção, decretaria igualmente o golpe de morte na

* Professor, ensaísta, autor de: *Do Barroco ao Moderno, Mineiranças, O Poeta e a Mídia? Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto, Lições de Literatura Nordestina, Ética e Estética de Érico Veríssimo*. Da Academia Mineira de Letras (cadeira 22).

Monarquia e a vitória das teses republicanas, que se avolumavam nos debates políticos e nas tribunas da nação brasileira?

Não dispunha Joaquim Nabuco de uma visão da totalidade do corpo social brasileiro, fiel que se sentia aos princípios religiosos recebidos no lar, juntamente com os carinhos da madrinha que o criou? O senso de justiça que cultivou até ao extremo, dentro dos quadros institucionais existentes, não afetaria sua sensibilidade e poder de argumentação além da observação do jogo escravagista, cujos horrores descreveu tão eloquentemente?

Ilustres escritores brasileiros engajaram-se na pugna pelo abolicionismo, como o poeta Castro Alves, e, mais tarde, na crítica à violência policial-militar contra os desertados, como Euclides da Cunha. No entanto, abolida a escravidão pela própria princesa regente e imposta a República mediante golpe militar, foi-se apagando a luz extraordinária de Joaquim Nabuco, cujo brilhantismo e ascensão social o consagraram na opinião pública brasileira. A sua pena fervorosa, que cuidou assim da abolição da escravatura, como das instituições políticas brasileiras, teria perdido a dimensão global dos problemas brasileiros?

Pela grande experiência acumulada na carreira diplomática, pelo conhecimento da razão política do Vaticano, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, não teria presenciado o vagalhão das disputas sociais que se faziam presentes na Europa e na América? Haveria um choque entre a mentalidade elitista e pequeno-burguesa de Joaquim Nabuco, ornado de privilégios numa sociedade do favor, do nepotismo, da oligarquia latifundiária, e a forte mentalidade do escritor devotado à justiça, à equanimidade e à livre expressão? No estudo comparativo da escravidão brasileira com a dos Estados Unidos, Nabuco pondera que a nossa não passava necessariamente pela cor (dígamos: não era etnocêntrica como a estadunidense), uma vez que numerosos libertos, pretos, se tornaram escravistas e até militaram no tráfico de escravos.

Na verdade, nos estudos filosóficos de Joaquim Nabuco, os princípios da Fé se sobrepõem às artimanhas da Razão. Desejo mesmo focalizar, no grande espírito de Joaquim Nabuco, a progressiva absorção da racionalidade pelos dogmas religiosos.

Gilberto Freyre, na Introdução à edição da obra memorialística de Nabuco, não deixa de estranhar os pendores de reformista que se aninharam no espírito ainda jovem do tribuno de Massangana: “Pois mais do que simples abolicionista, ele se afoitara a ser, quando jovem, ‘reformador social’, contra os interesses da própria casta – a nobreza territorial, a aristocracia escravocrática, a elite dos brancos e quase brancos do império agrário – a que pertencia.” (cf. *Minha Formação*, Introdução de Gilberto Freyre, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. X).

O próprio Joaquim Nabuco, no capítulo 22 de *Minha Formação*, para muitos livro culminante de sua obra completa, se espanta com o emudecimento, ou mesmo, o abandono do ímpeto mudancista de parte importante dos que combateram a escravidão. Talvez ele mesmo, tão bem sucedido e aclamado, se incluísse no cômputo dos desmobilizados.

Eis como analisa o episódio em que militou com bravura, eficiência e pertinácia: “O movimento contra a escravidão no Brasil foi um movimento de caráter humanitário e social antes que religioso; não teve por isso a profundidade moral da corrente que se formou, por exemplo, entre os abolicionistas da Nova Inglaterra. Era um partido composto de elementos heterogêneos, capazes de destruir um estado social levantado sobre o privilégio e a injustiça, mas não de projetar sobre outras bases o futuro edifício. A realização da sua obra parava assim naturalmente na supressão do cativo; seu triunfo podia ser seguido, e o foi, de acidentes políticos, até de revoluções, mas não de medidas sociais complementares em benefício dos libertados, nem de um grande impulso interior, de renovação da consciência pública, da expansão dos nobres instintos sopitados”. (ob. cit., pp. 209-210).

O parágrafo termina com uma das mais sérias confissões de Joaquim Nabuco: “A verdade, porém, é que a corrente abolicionista parou no dia mesmo da abolição e no dia seguinte refluía.” (ob. cit., id. ib.).

No trecho seguinte, observamos o limite da concepção da justiça e da liberdade que ostentava Joaquim Nabuco. Escapou-lhe a dimensão da totalidade do ser humano, diminuída em face do horizonte ideológico em que fôra educado, quando a harmonia do relacionamento se comportava

tão somente nos limites ético-religiosos da compaixão e da misericórdia. Daí o pronunciamento um tanto ingênuo acerca do que se supunha ser o sentimento de gratidão dos escravizados: “Tenho convicção de que a raça negra por um plebiscito sincero e verdadeiro teria desistido de sua liberdade para poupar o menor desgosto aos que se interessavam por ela, e que no fundo, quando ela pensa na madrugada de 15 de novembro, lamenta ainda um pouco seu 13 de maio.” (ob. cit., pp. 210-211).

Para encerrar estas informações acerca do final da carreira política de Joaquim Nabuco, louvemo-nos nos derradeiros assentamentos de suas memórias, quando expressamente declara ter abandonado a Política com a implantação da República no Brasil. Confessa ter substituído, na sua mente, o político pelo religioso e pelo artista da palavra.

Nas palavras do memorialista, referindo-se á afeição admirativa que sempre dedicou a André Rebouças, a tarefa final do homem aí está: “É preciso roubar ao mundo uma parte da vida, e é melhor que seja o final, para dá-la aos pensamentos e às aspirações que não queremos que morram conosco.” (*Minha Formação*, ed. citada, p. 259). Logo a seguir: “Os últimos dez anos são assim o período em que o interesse político cederá gradualmente o lugar ao interesse religioso e ao interesse literário até ficar reduzido quase somente ao que tem de comum com eles.” E para confirmar a decisão, Nabuco ainda assinala: “Posso portanto terminar aqui a história de minha formação política e mesmo de toda a minha formação, porque das novas influências que me vão dominar no resto da vida, a religiosa já se encontra na infância e a das letras na mocidade.” (ob. cit., p. 259).

Na caracterização do Império e da atuação de seu pai José Thomaz Nabuco de Araújo, no quadro político reinante, Joaquim Nabuco denota, ao longo de minuciosa exposição, excepcional poder de observação das forças e das personalidades atuantes. Não se trata, como alguns comentaristas admitem, de um tranquilo espírito conservador.

Ao contrário, perpassa, através da leitura de *Um Estadista da República*, um constante jogo de contradições e, sempre, a necessidade premente que o seu pai teria de tomar decisões. Parece até estarmos diante de um protótipo de um composto existencialista que leva à angústia e ao

engajamento, já que as circunstâncias desagregam o livre-arbítrio. A *práxis* torna-se a medida do homem e fundamenta sua verdade.

As forças íntimas do estadista, impulsionadas pela razão humanista, moldada no ambiente religioso e tradicional, fizeram-no deslizar do Partido Conservador para o Partido Liberal e tomar o partido da libertação dos escravos, na contracorrente dos interesses da monarquia e dos interesses latifundiários.

Com um fôlego descomunal de predestinado, Joaquim Nabuco cuidou de dar ordem aos milhares de papéis, documentos e anotações do pai, fazendo jorrar da pena disciplinada e segura a biografia cívica de Nabuco de Araújo, sem descuidar também de relatar os fundamentos das novas instituições implantadas na recente nação livre, dando asas às admirações que foram crescendo em seu espírito: ao Regime representativo consubstantivado no Parlamentarismo e na figura centralizadora do Regente D. Pedro I.

Tendo o filho sucedido ao pai na tarefa de eclodir o sistema escravagista, que sustentava o sistema produtivo do Império e concedia relevo aos dois próceres do parlamento e da vida pública, por fim, deu-se a ascensão do regime republicano, deixando no ostracismo uma das mais sólidas organizações mentais do país, o admirável abolicionista Joaquim Nabuco.

Refugado da vida política, dedicou-se a traçar um dos mais legítimos históricos da fase imperial do Brasil: *Um Estadista do Império*.

Mas, de todas as suas obras, nada, a nosso ver, excede *O abolicionismo*, admirável estudo do fenômeno que tanto o atormentou. A obra contém passos de reflexão em que se juntam o político e o pensador na sua mais bem lograda manifestação. De certo modo, com essa obra Joaquim Nabuco inaugurou a biblioteca dos bons estudos brasileiros. Estranhamente, Luis Viana Filho, um de seus biógrafos, reputa medíocre o estudo em apreço.

No término de *Um Estadista do Império*, à guisa de conclusão, Joaquim Nabuco dedica o capítulo final às considerações de ordem política, jurídica e social, a fim de retrazar o perfil de Nabuco de Araújo dentro de seu quadro de atuação. Assim, temos predominantemente o

advogado e o juriconsulto, o Conselheiro de Estado e o legislador. Após a ascensão liberal e o relato da morte (1878), trata do pai e da Monarquia; portanto, da política monárquica do pai. O falecimento de Zacarias, cujas iniciativas progressistas tanto o edificaram, e o do Marquês de São Vicente, seu êmulo no Conselho de Estado, definido por Joaquim Nabuco “nosso último publicista, com quem devia eclipsar-se a escola conservadora” (ob. cit., p. 933).

Joaquim Nabuco encerra com um lúcido estudo do Império Brasileiro, cujos atributos se devem na quase totalidade ao Imperador. Ao esboçar a linha política do Reinado, começa assim o estudo: “Antes de tudo, o Reinado é do Imperador.” Não obstante a constituição e as regras do sistema parlamentar, registra Joaquim Nabuco: “Mas como ele (o Imperador) só é árbitro da vez de cada partido e de cada estadista, e como está em suas mãos o fazer e o desfazer dos ministérios, o poder é praticamente dele. A investidura dos gabinetes era curta, o seu título precário – enquanto agradasse ao monarca; em tais condições só havia um meio de governar, a conformidade com ele. Opor-se a ele, aos seus planos, à sua política, era renunciar o poder.” (ob. cit., p. 938).

Apesar de sugerir a forte presença do pai na linha conservadora, bem visível no início da carreira, Joaquim Nabuco o trata como eclético no final do “Livro VIII, o Homem, o Estadista”, à p. 971, tendo, antes, desenvolvido esta consideração: “A sua influência maior é, porém, no sentido da transformação, da renovação das ideias, que, fora da esfera revolucionária e da econômica, é devida quase a ele, do alargamento do círculo político.” (ob. cit., p. 971).

No admirável trabalho *O Abolicionismo*, redigido em Londres, por volta de 1881 a 1883, Joaquim Nabuco reúne o máximo de argumentos históricos e técnicos para descortinar o absurdo do cativo e da resistência nacional a reconhecer “os direitos da natureza humana” e a conservar “a sua propriedade pensante” (nesse passo a citar Victor Schoelcher, cf. *O Abolicionismo*, p. 192).

A Fundação Joaquim Nabuco, sediada no Recife, editou, do escritor, a Coletânea *Minha Fé – Misterium Fidei* (Recife:Ed. Massangana, 1985) com tradução de Aida Batista do Val, introdução de Claude-Henri Frêches

e posfácio de Nilo Pereira. Corresponde à edição brasileira da obra *Foi Volue* que a tradutora havia optado por *Fé Procurada*, para a editora Massangana. Todavia, o filho do autor, historiador, historiador José Nabuco, preferiu *Minha Fé*.

A primeira parte do livro refaz o roteiro de *Minha Formação*, registra as recordações da infância em Massangana, dedica um capítulo à influência de Renan e outro à do Evolucionismo na fase da vida em que se afastou da Igreja Católica e cultivou o agnosticismo.

A segunda parte cuida da sua volta a Deus, quer através do instinto, quer através da razão.

Refeito o sentimento religioso, Joaquim Nabuco retornou ao Cristianismo. Chega a discutir, em capítulo, a dicotomia Fé e Ciência.

A volta ao Cristianismo traz o acento do regresso nostálgico à infância, ao desconforto com a morte da madrinha e à cena comovente da saída da fazenda Massangana.

As páginas dedicadas à vida espiritual e à religião são profundas e prometem um mergulho teológico no pensamento de Nabuco. Deus seria a fonte na qual iria aplacar a sede de infinito, talvez a ânsia do mistério. Mas, à medida que se progride na leitura, vê-se avultar a razão da Fé, em desfavor da Fé na razão. Os últimos pensamentos tornam-se mais banais, menos convincentes que os anteriores. Joaquim Nabuco contesta o evolucionismo de Darwin em nome da finalidade moral que governa o homem e aponta para a existência de Deus. Mas o final do capítulo ilustra sua dúvida.

Enquanto a razão é praticada, em *Um Estadista do Império* e *O Abolicionismo*, o leitor se empolga com os argumentos e as elucidações do escritor. O estilo se enerva e se torna cintilante quando estão em causa as soluções políticas e jurídicas, quando se ocupa com os perfis dos actantes, ou com o vigor da visão biográfica. Entretanto, ao prevalecerem os motivos da fé, decai o poder persuasivo, encolhido no efeito declaratório da submissão às leis da Igreja e aos seus ditames. O temor de Deus se recoloca no início da sabedoria. Fica explicado porque Joaquim Nabuco, em dado momento, faz saber que substituíra no espírito o político pelo religioso e pelo artista da palavra.

Cumpra referir brevemente as missões diplomáticas do polígrafo Joaquim Nabuco. Destaque especial cabe à defesa dos interesses do Brasil junto à disputa de parte da Guiana Inglesa. Nabuco, consoante sua determinação e seriedade, apresentou três memoriais, na defesa de limites pretendidos pelo Brasil. Submetida a querela ao arbítrio do Rei Victor Emanuel, este deu maior ganho da questão à Inglaterra. Ficou no ar a suspeita de derrota diplomática de Joaquim Nabuco.

Entretanto, na rápida e contundente intervenção de Afonso Arinos, filho, durante a extraordinária conferência do embaixador Celso Amorim na Academia Brasileira de Letras, a 18 de janeiro de 2010, vê-se a desastrosa conduta do árbitro, em franca e interessada aproximação com o governo inglês (cf. *Revista Brasileira*, jan.fev.março de 2010).

Outro ponto divergente acerca da conduta de Joaquim Nabuco refere-se à nossa primeira representação junto ao governo dos Estados Unidos. Nabuco desenvolveu a ideia do pan-americanismo e, na questão do Prata, idealizou os laços mais estreitos da América do Sul. Quanto aos Estados Unidos, considerou que aquela nação deveria, pelo seu poderio, liderar o núcleo americano em face dos interesses coloniais europeus. Alguns intérpretes julgam mais patriótica as atitudes reservadas de Rio Branco quanto à submissão aos postulados estadunidenses.

O que não se pode negar é que, em face da política do governo brasileiro, não faltaram lealdade e grande competência do diplomata pernambucano. O governo republicano, que havia alijado os monarquistas, a partir de Campos Sales tudo fez para recuperar os cabedais de Joaquim Nabuco.

Bibliografia Consultada

- ALENCASTRO, Luis Felipe, "Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*" em DANTAS MOTA, Lourenço. *Introdução ao Brasil - Um Banquete no Trópico*, S. Paulo: SENAC, 2a. ed., 1999, PP. 113-131
- AMORIM, Celso, "As duas vidas de Nabuco: o reformador e o diplomata" em *Revista Brasileira*, jan., fev.,março de 2010, pp. 17-45
- ARINOS, FILHO, Afonso, "Itamarati: a herança gloriosa", em *Revista Brasil*, jan., fev.,março de 2010, pp. 57-64
- ASSIS, Máchado de, "Espistolário" (cartas a Joaquim Nabuco, *passim*, em *Obra Completa*, org. de Afrânio Coutinho, vol. III, Rio, Aguilar, 1959, pp. 1052-1117
- BARRETO, Carlos Xavier Paes, *A Polimorfia de Nabuco*, Rio: Departamento Administrativo do Serviço Público, Serviço de Documentação, 1961
- COSTA, Sérgio Correia da, "Joaquim Nabuco e a sombra do Barão" em *Brasil, segredo de Estado - Incursão descontraída pela história do país*, Rio: Ed. Record, 2001, p. 173-183
- IGLESIAS, Francisco, "Texto Introdutório", de NABUCO, Joaquim, *O Abolicionismo*, em *Intérpretes do Brasil*, vol. I, coordenação de Silviano Santiago, Rio: Ed. Nova Aguilar, 2000, pp. 3-17
- MELO FRANCO, Afonso Arinos, *Um estadista da República*, Rio: Ed. Nova Aguilar/MEC, 2ª. ed., 1976
- "Joaquim Nabuco e a História Política do Império" em NABUCO, Joaquim, *Um Estadista do Império*, pp. 13-31
- NABUCO, Joaquim, *Um Estadista do Império*, Volume Único, Rio:Ed. Nova Fronteira, 1975
- Minha Fé*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1985-trad. de Aida Batista do Val, Intr. de Claude-Henri Frèches, posfácio de Nilo Pereira

O Abolicionismo, em *Intérpretes do Brasil*, coord. de Silvano Santiago, Vol. I, Rio: Ed. Nova Aguilar, 200, pp. 3-167

PEREIRA, Nilo, "Joaquim Nabuco e o seu Humanismo Religioso", em NABUCO, Joaquim, *Minha Fé*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1985, pp. 47-155

PEREIRA, Paulo, "Autonomia da política externa: uma lição às avessas", em *Jornal UNESP*, nº 255, maio de 2010, pp. 2-3

Piza, Daniel "Desventuras de Joaquim Nabuco", em *O Estado de S. Paulo*, Supl. Cultural, 28-02-2010, p. D5

SILVA, Wilton C. L., "Memórias e esquecimentos no centenário de morte", em *Jornal UNESP*, nº 255, maio de 2010, p. 3

VAINFAS, Ronaldo, "Alforria de duas mãos", em *Folha de S. Paulo*, Caderno "Mais", p. 7

VILAÇA, Marcos Vinícios, "Além dos Tempos", em *Revista Brasileira*, jan., fev., março de 2010, pp. 47-49



CONSAGRAÇÃO DE LÊDO IVO

Danilo Gomes*

É bonito o mar-oceano que banha o Estado de Alagoas. Especialmente o da Praia do Francês, a coisa de 20 km de Maceió. Estava eu lá com a família, no Natal e virada do ano, quando li, na *Gazeta de Alagoas*, que dia 28 de dezembro de 2010, às 20 horas, no Museu Palácio Floriano Peixoto, seria inaugurado o Memorial Lêdo Ivo, com a presença do grande poeta e prosador. Não tive dúvida: engraxei as botinas, usei água-de-cheiro e parti rumo ao evento, em Maceió, para abraçar o ilustre homenageado.

Noite de gala. O antigo Palácio dos Governadores apinhado de gente, com direito à presença da Sra. Tereza Collor, num maravilhoso vestido branco de renda alagoana...

O Memorial Lêdo Ivo é um espaço permanente, elaborado a partir de uma concepção dinâmica e sensorial – são duas salas, no 1º andar, dotadas de recursos multimídia, com uma ambientação que faz alusão a obras como o romance *Ninho de Cobras*, a poesia de *Planta de Maceió*, ao livro *Confissões de um Poeta* e outras criações do grande mestre da literatura.

Discursos de autoridades, justas louvações ao ilustre alagoano, membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Letras do Brasil (sediada em Brasília, há cerca de 20 anos), da Academia Alagoana de Letras e outras instituições literárias.

* Jornalista, escritor. Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 1.

O governador Teotônio Vilela Filho gravou, no folheto (muito bem feito) sua manifestação: “Poucos poetas têm o deslumbramento de Lêdo Ivo. A magia da sua poesia – brilhante na linguagem, fecunda no conteúdo – é uma compulsão insaciável de registrar o visto, o sentido, o pensado. Alagoano, nascido em Maceió, Lêdo Ivo é um poeta universal, grandioso em sua obra e em sua vida que alega ter sido uma luta perpétua entre a terra da realidade e o mar do sonho. Alagoas também o quer imortal e reserva este espaço para que seus versos, poemas e sonetos sejam nossos cada vez mais.” Reeleito e montando, naqueles dias, o secretariado, o Governador foi representado pelo Vice-Governador José Wanderley Neto, orador oficial da noite. Presentes Osvaldo Viegas, Secretário de Estado da Cultura; Carlos Méro, presidente da Academia Alagoana de Letras; Leda Almeida, Curadora do acervo; e outras eminentes personalidades, numa cerimônia de grande brilho, mas discreta e elegante.

“UNIVERSO DE ÁGUAS AZUIS E DE LAMA TURVA DA NOITE”

No seu notável depoimento, Leda Almeida destacou: “Neste memorial, pode-se encontrar a linha de tempo que delineia o percurso pessoal e profissional de Lêdo Ivo; os vários prêmios, inclusive internacionais, que ao longo do tempo ele fez por merecer; os depoimentos de autoridades conhecedoras de sua vasta obra; os livros que obtiveram tradução em diversas línguas; fotos e imagens que expressam esse percurso. Todo o acervo, doado ao Estado de Alagoas, está contido num cenário que busca traduzir o universo do poeta, universo de águas azuis e de lama turva da noite, de mangues e de currais de peixes; de um farol a apontar navios que o incitaram a expatriar-se e, paradoxalmente, a sempre ficar com o coração juncado à sua terra natal como lugar inarredável em sua obra, em sua memória e imaginação.”

O Secretário Estadual de Cultura, Osvaldo Viegas, enriqueceu o panorama, neste trecho de sua manifestação: “Nesta sala multimídia

elementos como o mar, o porto e o farol serão os guias da viagem a esse universo literário, com recursos de imagem e som que mostram aos visitantes, numa concepção inédita, fotografias, textos e documentos, revelando a intensa produção literária de Lêdo Ivo”.

Nascido em 18.2.1924, até a certidão de nascimento do poeta, romancista, contista, jornalista, cronista e ensaísta ali está, junto à sua velha máquina de escrever Hermes Baby, com frases como esta: “Minha máquina de escrever é meu divã de psicanalista. Diante dela, minto e falo a verdade”.

Viúvo de Leda, esposa e companheira, e pai do artista plástico Gonçalo Ivo, famoso morador de Paris, nosso querido autor mora no Rio desde 1943, onde sempre participou de intensa vida literária. Dentre seus inumeráveis amigos, os conterrâneos Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira.

REVISTA GRACILIANO DEDICADA A LÊDO IVO

Durante a consagradora homenagem, foi lançada uma edição especial da revista “Graciliano” (nº 7, ano III) toda dedicada ao nosso grande poeta, com poemas seus, entrevista, depoimentos, ensaios críticos, fotos do autor e sua terra das Alagoas. A publicação é do Governo do Estado (contatos: (82) 33158303 e editora@cepal-al.com.br).

Ter participado daquele magnífico evento e justa homenagem e abraçado o velho amigo Lêdo Ivo foi um dos pontos altos da vida deste modesto escriba mineiro, em Brasília há 35 anos. *Laus Deo!*



TRIBUTO A RACHEL DE QUEIROZ

*Aloisio T. Garcia**

“Mesmo nesses delírios de fraqueza me dizia; ele não quer a mim, eu não sou bonita, não sou nova, nem ao menos me visto de mulher. O que ele quer em mim é a Moura, a calça de homem, o chicote, a força!!!.”

A guerreira Maria Moura falando sobre Cirino, seu amante das noites bolorentas e escaldantes do sertão, sempre na espreita do inimigo, do traidor ou do Capitão de Mato, à caça de fugitivos.

Não existia religião ou religiosidade, só devoção primitiva. Não havia amor, mas instintos e sede de vingança, e aqueles momentos de prazer entre corpos suados, entrecortados pela poeira, o luar e o temor, eram o pouco de alegria que Maria Moura receberia daquela vida errante e maldita.

A cangaceira Maria Moura, em tempos em que a mulher vivia e morria de cabeça abaixada, era fruto da seca, da fome, da desesperança e da traição do padraço que, assassino da sua mãe, a seduz e lhe toma as terras deixadas pela família.

Vida heroica, em trajetória de lutas, coragem e enfrentamento.

É o personagem maior de Rachel de Queiroz a nosso ver, sem desmerecer outros a quem a notável escritora deu vida, encantamento e notoriedade.

* Graduado em História pela UFMG, Secretário Geral da AML, ocupa a cadeira nº 36.

Em novembro passado comemoramos cem anos do nascimento de Rachel, nordestina retirante nascida em Fortaleza, aparentada de José de Alencar e filha de Juiz de Direito; foge com a família para o Rio de Janeiro, vítima da grande seca de 1915, e começa uma mudança de vida e de propósitos que a levaria ao Pará, antes de retornar à terra natal.

A seca sem precedentes e o rastro de miséria humana que deixa no nordeste brasileiro cala fundo e Rachel de Queiroz estreia com o seu livro *O Quinze*, em referencia ao ano fatídico. Escreve regularmente para o jornal *O Ceará* e ajuda a criar o Partido Comunista Cearense, com o fervor da mocidade, sempre revolucionária.

Em seu segundo romance, *João Miguel*, Rachel rompe com o partidão, que a censura por incluir no texto a morte de um operário, assassinado por outro operário! O patrulhamento ideológico não cabia em um pensamento que voava alto, buscando os ares da liberdade.

Em Maceió, para onde se muda, passa a conviver com Graciliano Ramos, José Lins do Rego e outros intelectuais dessa cepa.

O Estado Novo a recolhe à prisão, onde fica encarcerada por três meses e tem notícias da queima de seus livros em Salvador, ao lado de obras de Jorge Amado e outros escritores independentes no pensar e no escrever.

Volta a residir no Rio de Janeiro, se casa pela segunda vez e ao saber do assassinato de Trótski por ordem de Stálin, se afasta de vez da esquerda ideológica e atuante.

No início dos anos cinquenta, faz sucesso com sua peça de teatro *Lampião* e é agraciada pela Academia Brasileira de Letras com o Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto da sua obra.

Recusa o cargo de Ministro da Educação, no fugaz governo de Jânio Quadros, e apoia abertamente o golpe contra João Goulart, cujas ambições totalitárias e populistas temia! A mão forte da ditadura de Vargas deve tê-la marcado na prisão!

Eleita para a Academia Brasileira de Letras em 1977, disputando com o renomado jurista Pontes de Miranda, Rachel de Queiroz se torna a primeira mulher a ter assento na Casa de Machado de Assis, causando "frisson" entre as feministas. Que logo em seguida recebem um banho de

água fria da escritora, ao mencionar que tinha bons amigos na Academia, nas confiava pouco nas mulheres...

O notável livro *Memorial de Maria Moura* e a edição de suas obras completas, pela Editora Siciliano, acrescenta à fama uma fortuna pouco comum em mãos de escritores da época...

Doutor *Honoris Causa* pela UERJ, agraciada com o Premio Camões e o Juca Pato da União Brasileira de Escritores, Rachel, que começou a escrever aos dezenove anos e nunca parou, surpreendeu seus leitores ao dizer que não gostava de escrever e o fazia para sustento familiar...

No entrelaçar da parentada, ela coleciona José de Alencar pelo lado de uma tia avó, Pedro Nava como primo e o Presidente Castelo Branco como parente em terceiro grau.

Se formação cultural e a personalidade são determinantes para o sucesso, no caso de Rachel pode-se sugerir que até a genética lhe foi favorável...

Seu sucesso extraordinário, o fluir macio e leve do seu texto, a coerência e a continuidade de seus personagens, a criatividade e a capacidade de captar a alma de um povo ou de um evento – como a seca de 1915 – fazem dela uma escritora completa.

Passou pela literatura infanto-juvenil, produziu em parceria com Jorge Amado, Guimarães Rosa e outros luminares da literatura; escreveu uma cartilha para alfabetização de adultos; produziu a mais popular minissérie levada à televisão brasileira; encheu teatros com peças notáveis e consagradas; só não mais fez porque nos deixou !!

Mas deixou a imagem irretocável de uma mulher que captou a alma brasileira, que captou o sofrimento da sua gente do nordeste, que açoitava a desesperança com o chicote, a valentia e a coragem de uma Maria Moura.



AS RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA

*Angelo Oswaldo de Araújo Santos**

*Não há Conde, não há força,
não há coroa real
mais seguros que estas casas,
que estas pedras do arraial,
deste Arraial do Ouro Podre
que foi de Mestre Pascoal.*

*Romanceiro da Inconfidência,
Romance V ou Da Destruição de Ouro Podre
Cecília Meireles*

O Morro da Queimada é um dos mais impressionantes sítios que compõem o território histórico, ecológico, simbólico, poético, social e econômico de Ouro Preto. Está ligado ao achamento do ouro recoberto por uma camada de óxido de ferro, o fabuloso ouro preto, no final do século XVII, na região das nascentes do rio das Velhas, fio condutor da bandeira de Antônio Dias de Oliveira e do padre João de Faria Fialho. Foi o cenário inicial da cidade, ao acolher os empreendimentos urbanos logo levados à frente por milhares de pessoas atraídas pela grande descoberta de 1698.

* Jornalista, escritor e prefeito de Ouro Preto. Ocupa a cadeira nº 3 da AML.

O espaço da urbe se demarcou desde os altos de São João do Ouro Fino e Sant'Ana, entre São Sebastião, a Piedade e o Pilar do Ouro Podre, hoje Taquaral, para escorrer pela abrupta e extensa encosta da Encardideira. Descia até à praia do córrego do Sobreiro, ao pé da pequena ondulação sobre a qual pousou a capela de Nossa Senhora da Conceição, em breve tornada a Matriz de Antônio Dias. Ouro podre refere o metal encontrado nos terrenos de filito grafitoso, diluído em partículas na massa decomposta.

Nessa área, concentrou-se o maior número de habitantes dos arraiais do Ouro Preto. Quase uma dúzia teriam sido os focos. Pascoal da Silva Guimarães, português rapidamente enriquecido, dominou o pedaço, ao ponto de batizá-lo com o seu nome. O Morro do Pascoal, entre a Encardideira e a cumeada da Serra de Ouro Preto, formigava de gente, entre lojas, vendas, contrabando, arruaças, disputas e crimes, na confusão própria dos ajuntamentos ensandecidos pela *auri sacra fames*.

Nos altos da Encardideira – Foi exatamente na Encardideira que o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro general da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, criada em 1709, transformou umas casas de Henrique Lopes, potentado dos primórdios, no seu paço do governo. Hoje, resta o conjunto de ruínas chamado Palácio Velho. A febre que aturdiu os primeiros moradores de Ouro Preto provocou os graves desentendimentos entre paulistas e portugueses. Atritados permanentemente, a gente de Piratininga e das sesmarias do Norte (Vale do Paraíba) e os forasteiros, como eram qualificados todos os que não procedessem de São Paulo, viveram a Guerra dos Emboabas, do meado do primeiro decênio do Setecentos até 1720, quando o conde de Assumar pôs fim às intermináveis revoltas.

Afeiçoados à língua tupi, após anos de embate como apresadores de “bugres” (os bárbaros búlgaros da remota Europa) nos sertões do Tietê e do Paraná, os paulistas apelidaram os portugueses de *emboabas*, referência ao pinto calçado, espécie de frango encontrado nos matos dos caetés gerais, e às botas de cano alto dos reinóis. Nessa penada, metiam também os fluminenses, baianos e pernambucanos que ali afluíram,

rotulando de emboabas todos os que não pertencessem à casta dos sertanistas pioneiros, aos quais o rei português prometera o governo do eldorado, tão logo o tivessem alcançado.

Os governadores Antônio de Albuquerque e Brás Baltazar da Silveira, entre 1709 e 1717, conviveram com os entrecosques entre paulistas e emboabas e a efervescência incontornável dos núcleos urbanos assinalados pela riqueza fácil, a cobiça delirante e a violência sem controle. Albuquerque instituiu as três primeiras Vilas, com suas Câmaras Municipais de homens bons, em 1711: Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Vila Real do Sabará. Mas foi o governador Pedro Miguel de Almeida Portugal, o conde de Assumar, que usou mão de ferro para sujeitar os mineiros de Ouro Preto, “uma gente que não se submete”, e aplacar os ânimos revoltosos que fizeram de Vila Rica o teatro da mais sanguinolenta luta e do mais debilitado governo.

A repressão de Assumar – Governando a partir do Ribeirão do Carmo, futura cidade de Mariana, Assumar se afastou de Ouro Preto para melhor comandar a reação contra as desordens e a imposição de sua autoridade absoluta. Em 1720, no auge do conflito, determinou a destruição do Morro do Pascoal, cujo incêndio deu origem ao Morro da Queimada. O “Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas Houve no Ano de 1720”, manuscrito anônimo que narra o levante e tenta atenuar a ação ditatorial do conde de Assumar, revela as tensões que conduziram ao incêndio do Morro do Pascoal. “O clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno”, diz o documento.

“Assentado, finalmente, que o único remédio era o horror e a prontidão, ordenou o Conde ao capitão de Dragões João de Almeida e Vasconcelos que, com o tenente José Martins Felgueira, o alferes Manuel de Barros Guedes e quinze ou dezesseis dragões, subisse ao morro a demolir e arrasar as casas de Pascoal da Silva e outras mais determinadas, cujos donos era público que, ou entravam nos motins, ou davam favor e ajuda aos agentes em todas as noites antecedentes, concorrendo em tanto dano da Vila para desordens inauditas, matando

homens, arrombando portas, roubando casas, profanando templos, insultando os altares, destruindo as leis do monarca, querendo por outras a seu arbítrio, e levantar-se rebeldes com o domínio de Sua Majestade, tratando com infame e escandalosa publicidade erigir uma república neste governo... (...) despediu o Conde também o capitão Luís Teixeira de Lemos com a sua companhia da ordenança da Vila, que na noite antecedente se juntara com os dragões, ordenando-lhe dissesse ao capitão destes que desse pressa à diligência, e aonde achasse dificuldade em demolir, atacasse fogo...”.

Vencido o caos pela autoridade e atrelada a ordem da metrópole ao seu cotidiano, Vila Rica de pronto se empenhou na busca da “competente fermosura” da construção urbana. Embora não cessassem as contendas, entre mineradores e as badernas começadas nos garimpos, estabeleceu-se a paz colonial, entrecortada pela insubmissão de escravos, perseguição a hereges e protestos dos contribuintes da Real Fazenda. Treze anos depois da Queimada, em 1733, reabriu-se solenemente a Matriz do Pilar, ampliada e embelezada, durante as festividades denominadas “Triunfo Eucarístico” pelo autor da narrativa que se publicou no ano seguinte em Lisboa. Escreve Simão Ferreira Machado, na página 40: “Precederam-lhe seis dias sucessivos de luminárias entre os moradores do Ouro Preto por ordem do Senado da Câmara, três gerais em toda a Vila até o Padre Faria (bairro assim intitulado), o último idôneo para nestas noites dilatar às luzes o domínio das trevas. Fica eminente à Vila um altíssimo Morro, a que deu o nome de Pascoal da Silva o mais opulento morador dele, e das Minas; a este Morro, pela inexaurível cópia de ouro, chama o vulgo Fiador das Minas; nele estas noites nas casas dos moradores as luzes, que mostravam aos juízos o centro da opulência, por sua altura, como na região das nuvens, pareciam aos olhos luminárias do Céu”.

Uma Pompéia ameaçada – Se a cidade voltou a ocupar as encostas íngremes do velho Pascoal, o certo é que desceu ao fundo dos vales do Padre Faria, de Antônio Dias e do Ouro Preto propriamente dito, para aninhar-se à volta dos templos ali edificadas. Os morros se esvaziaram. O final do século XVIII assinalou a estagnação urbana.

Vila Rica virou a Vila Pobre do século XIX, sobrevivente graças à burocracia do governo da Província, entre raras iniciativas de maior envergadura.

A planta topográfica da capital mineira, desenhada pelo engenheiro H. Gerber, mostra o despovoamento dos morros, na metade do século imperial. Só São Sebastião ostenta um volume expressivo de casas. Dom Pedro II atravessou o Morro da Queimada, em 1881, vindo de Mariana e de Antônio Pereira para Ouro Preto, e anotou a impressão que lhe causaram os assombrados muros de pedra, como se tivesse visto “uma Pompéia” brasileira. Está no seu diário de viagem, em 18 de abril de 1881. Olavo Bilac, fugindo do arbítrio do marechal Floriano Peixoto, visitou o Morro da Queimada e descreveu um ex-voto encontrado na capela de Sant’Ana, hoje no Museu Aleijadinho. Naquelas penhas, o poeta parnasiano terá vislumbrado a glória vencida:

*O ouro fulvo do ocaso as velhas casas cobre;
Sangram, em laivos de ouro, as minas que a ambição
Na torturada entranha abriu da terra nobre:
E cada cicatriz brilha como um brasão.*

O arquiteto Sylvio de Vasconcellos estudou, com acuidade, as capelas da Serra de Ouro Preto e a arquitetura da região, destacando as influências minhotas. A partir do final da década de 1960, porém, os Morros Santana e São João, a Piedade e o Taquaral voltaram a ser progressivamente ocupados. Ouro Preto passou a crescer de modo intenso, ainda que dissimulado, às escondidas da cegueira do IPHAN e à revelia dos riscos geológicos e da boa norma urbanística, desconhecida nos precários serviços municipais. O arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, em missão da Unesco, em 1970, fez uma série de sugestões sobre a proteção das encostas, o planejamento urbano e o desenvolvimento racional da cidade, mas o Município não conseguiu absorvê-las. O Plano da Fundação João Pinheiro, concluído em 1974, era um pacote tecnocrático pesado demais, tanto para a Prefeitura quanto para o IPHAN.

Enquanto isso, pedras das construções arruinadas – cangas e lajes de quartzito – foram sendo paulatinamente usadas nos baldrames de novas casas. Antes, por ali andavam esparsos tropeiros e lenheiros, cozinheiras e lavadeiras, junto aos últimos falcadores, nos aluviões derradeiros, bateia em punho para o sustento da família. Estudantes saíam à procura de escorpiões, que dariam alguns trocados na saúde pública estadual para fins de fabricação de vacina, e não raros pesquisadores apareciam à cata de supostos tesouros enterrados, todos derrubando os paredões da Queimada.

O historiador paulista Tarquínio José Barboza de Oliveira, radicado na Fazenda do Manso e no Alto da Cruz, emocionava-se diante do quadro trágico da Queimada. Preservar as ruínas era uma de suas metas apaixonadas. Mas um ritmo febril precipitou o curso da história. Ruínas e arruamentos desapareceriam, na velocidade do crescimento desordenado. A expansão urbana não contemplou as possibilidades da Serra de Ouro Preto, sem merecer uma contribuição eficiente do poder público, em termos de organização e da qualidade de vida dos moradores.

No entanto, como que por encanto, uma parte considerável da primeira Ouro Preto permaneceu quase intocada nos altos da Queimada. Em todos os quadrantes da cidade e no sentimento dos que a amam, jamais se perdeu o sonho de ver essas ruínas tratadas como merecem.

O parque arqueológico – No meado da década de 1990, a Fundação Gorceix, por decisão do engenheiro Cássio Elísio de Figueiredo Damázio, adquiriu as ruínas do moinho de vento e sua área de entorno, pertencentes a um cidadão radicado em São Paulo, que desejava vendê-las ao Município. Sendo então prefeito (1993-96), julguei que seria prudente obter o apoio da Fundação Gorceix, de modo que esse sítio de extrema importância paisagística, histórica e cultural pudesse ser conservado pela Escola de Minas. Incorporado à Prefeitura, estaria sujeito a riscos incontroláveis e iria perder-se.

Era o embrião do Parque Arqueológico da Serra de Ouro Preto, que se alarga à sua volta. Trata-se de um ecomuseu, cujo projeto o arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira e a museóloga Yara Mattos conceberam e

desenvolvem, com paciência e obstinação, junto a uma equipe em que Myriam Bahia Lopes coordena a pesquisa histórica.

Ao assumir novamente a Prefeitura de Ouro Preto, em 2005, procurei assegurar todo o apoio necessário ao projeto, tanto que o Município viabilizou a regularização fundiária do sítio e a desapropriação amigável de imóveis no trecho de acesso ao conjunto principal do amplo parque arqueológico.

No mandato 2005-2008, conseguimos implantar o Parque Horto dos Contos, no sítio do antigo Horto Botânico de Ouro Preto, criado por ordem régia em 1798. Em pleno centro, entre a Matriz do Pilar e a Santa Casa velha, São Francisco de Paula e a Escola Dom Pedro II, o Grande Hotel e a capela de São José, o Fórum e a rua das Escadinhas, um parque urbano, dotado de equipamentos modernos em meio a exuberante vegetação, veio mudar a vida de uma cidade carente de praças e locais de convivência. A Prefeitura adquiriu o conjunto arquitetônico da Santa Casa para nele instalar o Paço da Misericórdia, importante centro de artes e fazeres da região. Comprou, ainda, a velha fábrica de tecidos, na extremidade Leste, e ali instala a Fábrica Oupretana, um grande centro de eventos. No campo grande do alto da Serra de Ouro Preto, onde as nascentes do rio das Velhas formam a Cachoeira das Andorinhas, um parque é implantado, nos moldes do bem sucedido Parque do Itacolomi, ao Sul de Ouro Preto.

O Parque Arqueológico do Morro da Queimada é contíguo ao das Andorinhas. Sua implantação é meta prioritária, no contexto revitalizado de Ouro Preto, e não tem faltado apoio ao projeto. A colaboração do especialista francês Hughes de Varine, ex-diretor do Conselho Internacional de Museus, ICOM, e do ex-superintendente de Bens Ambientais de Roma, Ruggero Martines, traduz a dimensão atingida. O reconhecimento da iniciativa, como uma das propostas mais inovadoras e dinâmicas da museologia que se deseja praticada no Brasil, evidencia resultados de ordem social, cultural e econômica. E o começo de um programa ainda mais vasto.

É essencial que se articule uma sintonia com Mariana. Os admiráveis remanescentes do arraial de Santo Antônio, na região de Passagem de

Mariana, pedem tratamento similar, já que sugerem um parque arqueológico de igual significado. Naturalmente, as duas cidades tenderão a se associar nessa empreitada, especialmente com o apoio decisivo do IPHAN.

A valorização e a participação dos moradores da área vão implicar a reorganização tanto do tecido social quanto da malha urbana, alterando mentalidades e comportamentos face aos desafios do patrimônio dos ouro-pretanos. Um olhar renovado sobre a cidade muda muita coisa. Conceitos arejados ganham vida, empregos devem surgir, cresce o hábito de caminhar pelos morros, regula-se a estrutura urbana, usa-se melhor a cidade como expressão da cultura. Preservar acervo tão original quanto surpreendente não é mais impossível, senão tarefa que sensibiliza muitos que ainda há pouco só viam essas pedras como base para construções sobre velhas minas e sarilhos ou esconderijo de ariscos escorpiões.



Perfil acadêmico

NA PAZ DAS PALAVRAS, O ALIMENTO PARA A LIBERDADE DO ESPÍRITO

*Petrônio Souza Gonçalves**



A dor dos homens e o sentimento do mundo. São com essas palavras que vemos pela fresta do tempo o perfil do acadêmico Patrú Ananias, ou melhor, Patrú Ananias de Sousa, filho de Jair Ananias de Sousa e Maria Teresa Patrú Ananias. Na Academia desde 1995, veio de forma natural, pelas linhas certas da vida. Quem há de decifrar os desígnios de Deus?

Um dia, jovem ainda na Belo Horizonte dos anos 70, foi levar até a Academia Mineira de Letras, na saudosa sala da Rua Carijós, a carta oficializava a candidatura de Edgar da Mata Machado à Academia Mineira de Letras, na cadeira 39. No elevador estavam, por coincidência, o presidente da Academia, Vivaldi Moreira, hoje Presidente Perpétuo, e os acadêmicos Pedro Aleixo e Fábio Lucas. Ao relatar a missão em que estava imbuído, ouviu dos três o mesmo comentário: "Ah, essa é a eleição mais certa da Academia". Foi. Não sabia ele que ali havia estabelecido o elo que o levaria para a mesma Academia, para a mesma cadeira, como um processo natural que dá sentido à vida e às coisas deste mundo.

* Jornalista, escritor.

Nascido e criado no interior de Minas, na cidade de Bocaiúva, onde nasceu no dia 26 de janeiro de 1952. Bocaiúva tem uma vocação natural de dar grandes nomes a Minas e ao Brasil, e Patrus é mais um deles. Na cidade natal passou parte de sua infância na área rural, ruminando no silêncio simples da vida interiorana as incertezas da existência humana.

Sempre estudou em escola pública, e lá, tendo professores do quilate da educadora Maria Antonieta Antunes Cunha, apaixonou-se pela literatura, quando, aluno na extinta quarta série do ensino fundamental, foi apresentado à poesia moderna de Manuel Bandeira, de Paulo Mendes Campos, de Carlos Drummond de Andrade. Dessa época, lembra com saudade: “Quando a professora Maria Antonieta nos apresentou o modernismo literário brasileiro, aquilo nos devastou, nos elevou a um outro patamar. Aquilo foi um marco em minha vida, que dura até hoje”.

Ao falar da Academia, rememora seu primeiro encontro com o presidente Vivaldi Moreira, quando, estudante de Direito foi fazer uma pesquisa no Tribunal de Contas do estado. “Lá fiquei conhecendo o Vivaldi Moreira, que foi tão educado e gentil comigo que até me presenteou com seu livro sobre Camões. Na verdade, Vivaldi foi gentil comigo desde o primeiro instante”.

Sobre sua ligação com a Academia, ele vai em linha reta: “Na minha vida estudantil em Bocaiúva, tomei conhecimento do pensamento político, jurídico e social do professor Edgar da Mata Machado, quando o convidei, como presidente do diretório estudantil, para proferir uma palestra lá. Na verdade, eu estava fascinado com sua fluidez de raciocínio, sua bagagem intelectual, suas ideias claras, lúcidas, apaixonadas. Como ele estava em prisão domiciliar após o AI5, ficou impossibilitado de viajar. Mas a partir desse contato inicial, nos tornamos amigos. Sempre que vinha a Belo Horizonte o procurava. Tempos depois, aqui morando, fomos amigos de longa convivência e dividimos trabalhos na Editora Vega. Foram anos de convívio da mais profunda e sincera admiração e amizade, um aprendizado constante e renovado com aquele que foi meu mestre. Quando Edgar faleceu, escrevi um artigo sobre ele e seu legado no jornal *Estado de Minas*. O presidente Vivaldi Moreira leu o artigo e ficou tocado pela sinceridade de minha amizade com Edgar da Mata

Machado. Eu era o prefeito de Belo Horizonte e assim recebi o convite do Vivaldi para suceder ao meu mestre na Academia. No primeiro momento entendi ser esse convite bem maior que eu, mas depois aceitei, tendo o professor Ariosvaldo Campos Filho como grande conselheiro nessa decisão. Foi ele quem me recebeu na Academia, com uma bela fala. E como finalizei em meu discurso de posse, viva, sempre-viva o professor Edgar! A cadeira continua sendo sua, mestre!”

Casado com a psicóloga Vera Maria Neves Victor Ananias, que conheceu na juventude, durante os anos de militância estudantil, Patrus é pai de Marcos Neves Ananias e Pedro Luís Neves Ananias, e avô de Isabela e David. Tem paixão pela culinária mineira, pelo Clube Atlético Mineiro, que define como glorioso, além de leitor diário de João Guimarães Rosa. Quando perguntado qual livro de que mais gosta, foi até a escrivaninha do escritório e buscou uma folha digitada com passagens de *Grande Sertão: Veredas* que destacou. “Ah, Rosa é minha oração literária...”.

Formou-se em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da UFMG em 1976. É Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com dissertação intitulada: “Processo Constitucional e Devido Processo Legal na Constituição de 1824”, Doutorando em Filosofia, Tecnologia e Sociedade pela Universidad Complutense de Madrid em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, foi vereador, prefeito de Belo Horizonte, deputado federal e Ministro de Estado. Funcionário concursado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais desde 1982, atualmente desenvolve atividades de pesquisas, cursos e consultorias dentro da entidade e leciona direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Como advogado, trabalhou dentro dos sindicatos, quando conheceu o líder sindicalista de São Paulo, Lula, bem antes da fundação do PT. Nesta época, se alinhava mais com o MDB, onde tinha amigos e participava de debates acalorados pela redemocratização do país. Sua esposa, que já militava na área social, fundadora do Partido dos Trabalhadores na capital, acabou levando-o para o partido que nascia.

Com Lula presidente, foi a parcela social de seu governo, quando assumiu a pasta de Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo por objetivo cuidar dos homens. Como prefeito de Belo Horizonte, deu grande contribuição cultural à cidade, com a criação do festival de poesia, de dança e teatro. Eram tempos de cultura e sonhos pelas ruas da capital de todos os mineiros, o que marcou sua passagem pela prefeitura, que ficou um pouco mais humanizada com ele.

Com densa formação católica, elenca seus vários pensadores cristãos, além de sua convivência com Alceu Amoroso Lima. Realizou importante e destacado trabalho de base junto à Igreja. Sobre sua fé, lembra, vibrante, a fala do médico e humanista alemão Albert Schweitzer, Prêmio Nobel da Paz de 1952: "Perdi minha fé, é hora de seguir Jesus". Com modos franciscanos, destaca que seu grande mestre é Jesus. "Ele é tudo, é onde todo o mistério se funde, onde toda sabedoria se oculta, onde Deus se faz inteiro".

Da melhor tradição humanista, Patrus Ananias fez da palavra a sua guia, tanto na literatura quanto no trabalho político e ideológico, e traz em si a tradição oratória. Para ele a palavra tem a propriedade de abrir os corações e as mentes, o poder de recriar um novo mundo, com mais poesia, histórias e justiça social. Como um último desejo, diz, mirando o infinito: "Ah, eu gostaria que todos os cristãos do mundo vivessem mais como Jesus...".



PEDRO LESSA E OS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS

*Fernando Correia Dias **

Pedro Lessa, ao cuidar da filosofia do direito ⁽¹⁾, aborda questões metodológicas e traça panorama das ciências sociais, caracterizando-as e, principalmente, cuidando da relação delas com o direito. Ao tratar desses últimos assuntos, lança mão de um pressuposto: interessou-se pelo estudo da História, à qual atribuía o papel de coletar os fatos que são objeto das induções das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia. Tornou-se, ao mesmo tempo, historiógrafo, realizando memoráveis ensaios que serão comentados adiante.

O ponto de vista sobre esse papel da história encontra-se expresso em diversos textos. Assim é que, no opúsculo *É a história uma ciência?* (1900), afirma:

É a história que nos apresenta os fatos que servem de fundamento às generalizações da sociologia. Sem tão sólida base, a sociologia nada mais poderia conter que especulações, hipóteses, asserções mais ou menos aproximadas da verdade, como tem acontecido às diversas teorias da filosofia da história ⁽²⁾.

* Sociólogo e ensaísta. Professor emérito da UnB.

Mais adiante assevera:

A missão da história não se restringe a fornecer os materiais, metodicamente dispostos, para as induções sociológicas. Subsídio precioso (e aqui nos parece impossível qualquer contestação por aqueles mesmos que negam a existência de uma ciência fundamental), abundantes e seguros recursos para as induções, ou para as verificações das ciências sociais para as verificações das ciências sociais especiais ainda nos proporciona a história ⁽³⁾.

Ao empossar-se como sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, retoma esse ponto de vista, em razão do qual faz o elogio dos historiadores, dirigindo-se a eles.

No vosso paciente e ininterrupto labor de colecionar as tradições, as biografias, as memórias, as crônicas, todos os materiais em suma, de que se faz a história, está vosso maior título de benemerência. Quanto é patriótica, humanitária e fecunda a vossa missão! Dispondo os fatos, para deles se tirarem as ilações do domínio das várias ciências sociais, contribuis para a segura direção da sociedade ⁽⁴⁾.

Completa indelevelmente seu raciocínio, declarando:

Sois vós, historiadores, que lançais os alicerces de todas essas ciências. Bem apurados os fatos históricos, as induções e deduções se impõem com a necessidade de todo raciocínio lógico. (...) Ocupados com a investigação dos fatos históricos, na verdade, estais colaborando na formação das várias ciências, que procuram saber o que é a sociedade, que exigências tem a sua natureza, como se têm reproduzido os seus fenômenos, para formularem as regras de conduta dos homens. Não conheço missão mais proveitosa, nem mais augusta ⁽⁵⁾.

Como historiógrafo, produziu dois textos relevantes, as conferências acerca de João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen, pronunciadas, respectivamente, na Sociedade de Cultura Artística e no IHGB (1916).

Vejamos a primeira. Nascido em 1812, no vilarejo de Pirapema (anteriormente Nossa Senhora das Dores de Itapicuru-Mirim), no interior do Maranhão, João Francisco Lisboa teve uma existência agitada como jornalista, político e historiador, vivendo em São Luís desde a adolescência. Pedro Lessa, na conferência, acompanha essa trajetória. Refere-se à formação humanística de Lisboa, que foi aluno dileto do gramático e escritor Francisco Sotero Reis; foi ainda contemporâneo, na capital maranhense, de Odorico Mendes (1799-1864), tradutor de clássicos greco-latinos, e do poeta Gonçalves Dias (1823-1864).

A atividade jornalística foi iniciada no começo da juventude; na mesma quadra, participa de movimentos políticos de caráter liberal.

O conferencista enaltece o espírito ponderado do jovem João Francisco Lisboa, explícito em sua atuação cívica. Ele foi depois secretário do presidente da província e deputado provincial; durante seu mandato, interessou-se pelo setor da instrução pública.

Ao tempo da revolta da Balaiada, a província entrou numa fase de anomia; foi então, a palavra de João Francisco Lisboa – sensata e autorizada – que levantou o ânimo da população.

Em determinada etapa de sua vida, afastou-se da política e do jornalismo para dedicar-se ao estudo sistemático da escravidão no Brasil.

A obra de permanente interesse de Lisboa é representada pelo *Jornal de Timon*, editada em fascículos mensais a partir de 1852. Nela fulgura o historiador seguro e brilhante. O primeiro volume é dedicado ao fenômeno eleitoral: as eleições desde a antiguidade até a época que lhe era contemporânea. Os tomos seguintes, segundo e terceiro, versavam sobre a história do Brasil, especialmente a do Maranhão. Produz crítica severa dos governantes coloniais.

A essa obra acrescente-se outra: a *Vida do Padre Antônio Vieira*, texto inacabado, que se publicou postumamente. Lessa comenta

extensamente esse livro, estendendo-se na narrativa de episódios da trajetória do biografado.

O conferencista cita largamente trechos da lavra do autor comentado, para ilustrar as opiniões de que possuía um belo estilo e alta qualidade oratória. Entre os textos citados, ressalte-se o que contém a biografia de Santo Inácio de Loyola.

Conclui-se a conferência com estas considerações:

Para ser um benemérito da pátria, basta a Lisboa a memória do incessante combate que durante tantos anos, pelos seus periódicos e por esse famoso Jornal de Timon, ele pelejou indefesamente em favor dessas ideias extraordinárias, exóticas, inacreditáveis em nosso meio social: o governo e a administração pública competem aos mais notáveis pela inteligência, pelo saber e pelo caráter; os homens que governam devem subordinar-se às leis e respeitar as liberdades e os direitos dos cidadãos; diante das autoridades, especialmente no começo dos governos, não se desfaçam os indivíduos em salamaleques, lisonjas e aviltantes humilhações, bem como, sobretudo no fim dos governos, não se desentranhem tampouco em aleivosias, convícios e calúnias, cumprindo, em qualquer tempo, absterem-se de conspirações e revoltas ⁽⁶⁾.

Compara essa orientação com a vida pública do tempo em que fala “vasto tremedal em que tudo desaparece na mais infecta lama”. Comento a íntegra desse texto crítico em meu artigo sobre as ideias políticas de Pedro Lessa.

Na conferência, ele deixou de referir-se à mudança de João Francisco Lisboa para a Corte, em 1855. Ali recebeu a incumbência de seguir para a Europa (1856), para pesquisar em arquivos sobre a história do Brasil. Lá permaneceu até 1863, quando veio a falecer em Lisboa.

A obra completa desse autor foi publicada por iniciativa de seu amigo e biógrafo Antônio Henrique Leal ⁽⁷⁾.

Outra conferência sobre intelectual brasileiro foi a que Lessa pronunciou a 17 de janeiro de 1916, acerca de Francisco Adolfo de Varnhagen, provavelmente pela passagem do centenário deste, já que ele nascera a 17 de fevereiro de 1816. Era natural de São João de Ipanema (SP), filho do tenente-coronel Franz Ludwig von Varnhagen, diretor da fábrica de ferro existente naquela localidade.

Pedro Lessa, em tal conferência, mais extensa que a referente a João Francisco Lisboa e proferida no IHGB, caracteriza a personalidade do homenageado e analisa sua obra; é ele considerado “pai da historiografia brasileira”. Francisco Adolfo foi encaminhado, aos oito anos, a Portugal par estudar, matriculando-se no Real Colégio Militar; frequentou o curso de Matemática. Interrompeu os estudos para aderir à causa da restauração constitucional daquele país, sob o comando de D. Pedro I, que abdicara do trono brasileiro. Mais tarde, concluiu sua formação escolar e regressou ao Brasil. Tornou-se, por breve tempo, engenheiro militar; a seguir, ainda moço, adotou a carreira diplomática, na qual, partindo dos postos inferiores, alcançou os mais altos; encerrou-a como ministro plenipotenciário na Áustria. A atividade diplomática foi essencial ao trabalho do historiador. Servindo nas principais cidades europeias, teve a oportunidade de viajar e consultar arquivos importantes, recolhendo documentos para seus estudos.

Escreveu cerca de cem títulos, dentre artigos, folhetos e opúsculos históricos, etnográficos e literários. O principal deles é a *História Geral do Brasil* (1854), em dois volumes. Lessa entende que o opúsculo “História das lutas com os holandeses no Brasil” deve ser lido como integrado ou complementar à *História Geral*.

Para a confecção de seu livro fundamental, Varnhagen reportou-se a tudo quanto se havia escrito sobre o Brasil sob qualquer ângulo: livros, estudos e crônicas. Percorreu, em viagens de estudos, os cenários dos grandes acontecimentos do passado, tais como o morro de Guararapes e os caminhos trilhados pelos bandeirantes até Goiás e Mato Grosso.

Assinala o conferencista que o pioneiro historiador brasileiro não teve, para orientá-lo, nenhum modelo prévio em termos de história

do Brasil. Construiu, valendo-se de estudos parciais, nem sempre confiáveis, a estrutura da trajetória do país, sem que tivesse, para tanto, um guia.

Varnhagen dedicou-se, igualmente, aos estudos literários, tendo publicado *Épicos Brasileiros* (1843) e *Florilégio da poesia brasileira* (1850), com apreciável introdução.

Pedro Lessa, depois de discorrer a respeito dos traços de personalidade do historiador, inclusive seu forte temperamento, e também de examinar seus esforços intelectuais, concentra-se no exame de sua principal obra, a *História Geral do Brasil*.

Refere-se especialmente à metodologia adotada; ressalta o rigor da análise documental, a busca da exatidão dos fatos e o empenho em refletir a verdade. Nesse sentido, equipara-se aos bons historiadores modernos.

Essa obra mereceu apreciação favorável por parte de Capistrano de Abreu, Ferdinand Denis, Oliveira Lima e João Francisco Lisboa; este último só discorda do tratamento dado ao tema da escravidão, tanto indígena como africana.

Pedro Lessa toma a si a tarefa de analisar as críticas que se fizeram ao principal livro de Varnhagen, contestando ou minimizando-as. Vejamo-las. Eduardo Prado reclama que o historiador não leva na devida conta a heroicidade de Anchieta e de Tiradentes. O barão Homem de Melo entende que ele amesquinha a figura de Colombo; faz restrição ao estudo da navegação aérea e à menção do trabalho de Bartolomeu de Gusmão nesse campo, considerando o assunto inadequado a um livro de história. João Francisco Lisboa arrola uma série de opiniões que considera criticáveis. Vários críticos consideram que Varnhagen não deu atenção à necessidade de conferir um sentido épico à narrativa, conforme preconizara von Martius em seu roteiro para a história do Brasil.

Lessa afirma que são injustas essas imprecações, demonstrando-o à luz de trechos do autor, alguns bastante longos.

O barão Homem de Melo exagera em suas críticas; nega a Varnhagen o *status* de historiador; considera-o um medíocre cronista.

A isso responde Lessa:

Crônica de mais de três séculos de uma nação, feita metodicamente, com a construção meticulosa e tão documentada quanto possível de todos os fatos de ordem histórica; crônica escrita depois de muitos anos de ininterruptas pesquisas e da aquisição de abundantes conhecimentos das ciências- auxiliares da história e com o intento de prestar subsídios “ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao administrador, ao diplomata, ao estratégico, ao naturalista, ao financeiro e aos vários artistas” e “também para fortificar os vínculos de unidade nacional, e orientar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público, aumentando a fé no futuro e na glória das letras, não é crônica, é história” (8).

Longo espaço da conferência é dedicado às ideias de Varnhagen acerca do tratamento a ser conferido às populações indígenas. Em princípio é ele favorável à conduta amigável e serena ante os índios. Em seu tempo, a opinião pública se dividia em duas correntes: a da valorização sociocultural dos índios e a hostil a eles. Nosso autor admirava o trabalho indigenista dos jesuítas, mas via neles contradições, inclusive a proclamação antiescravista simultaneamente com o emprego da mão-de-obra indígena nas fazendas. Varnhagen era contra o nomadismo desgastante, defendendo a fixação em aldeias. O empenho civilizador pressupunha o emprego da força como expediente mais eficaz do que a catequese. Essas ideias não são propriamente do historiador, mas comuns ao ambiente do tempo, aparecendo em apreciações de presidentes de províncias e até de um ministro do Império.

Para Pedro Lessa, a *História Geral do Brasil* encerra lições cívicas para o presente e o futuro. De sua leitura infere-se que o Brasil, sob os pontos de vista físico e etnográfico, mostra-se um país viável, com momentos bastante positivos, como fases do governo de D. Pedro II.

A guerra holandesa, em que durante trinta anos combatemos um inimigo valoroso e perverso, vencendo-o afinal e expulsando, definitivamente do país, pôs em evidência o valor

das raças que concorreram para a formação da sociedade brasileira e patenteou que o nosso meio cósmico e o cruzamento desses vários fatores étnicos não produziram uma nacionalidade de somenos energia ⁽⁹⁾.

O balanço da obra é positivo. A principal objeção que faz o analista é à forma de exposição.

Neste ponto, senhores, me haveis de perdoar a audácia de ser para com nosso historiador menos indulgente do que foi João Francisco Lisboa e de não esconder o desgosto que causa a leitura de tantos períodos descuidados, frouxos, pesados e monótonos, sem nervos e sem lustre. A História Geral do Brasil bem merecia um pouco mais de cuidado na exposição ⁽¹⁰⁾.

Termina a conferência com a ideia da utilidade do conhecimento exato do passado. Manifesta sua confiança para a medicação das enfermidades coletivas, nas ciências sociais.

A introdução à obra de Buckle tem o título *É a história uma ciência?*

Conclui o autor da introdução que a história não é uma ciência, porque não suscita leis fundamentais e gerais, no sentido de preceitos científicos. Discute, na primeira parte, as contribuições dos historiadores, desde o período greco-romano até à fase moderna, passando pelos autores medievais (Eusébio e Orósio), por Maquiavel, Bossuet, Vico, Voltaire, Montesquieu, Condorcet, Herder; detém-se na análise do pensamento de Augusto Comte.

Na segunda parte dedica-se, inicialmente, ao exame das motivações do agir humano, expondo as hipóteses baseadas no livre arbítrio e no determinismo. Este pode assumir três modalidades: mecânico (quase fatalismo), fisiológico (baseado no instinto) e psicológico (em que atuam os móveis e motivos da ação). Adota como legítima a última alternativa. É também a proposta de Buckle.

As leis fundamentais da história no conceito do historiador britânico, segundo ele próprio formulou, são as seguintes:

1º Os progressos do gênero humano dependem do sucesso das investigações no domínio das leis dos fenômenos da natureza, e da proporção em que se divulga o conhecimento dessas leis;

2º para que possam começar essas investigações, é mister que exista o espírito da dúvida, o qual, provocando as pesquisas científicas, é por seu turno alimentado por elas;

3º as descobertas assim obtidas aumentam a influência das verdades intelectuais, e diminuem relativamente, não absolutamente, as verdades morais, porquanto estas, não podendo ser tão numerosas, são mais estacionárias do que as verdades intelectuais;

4º o grande inimigo desse movimento, e conseqüentemente o grande inimigo da civilização, é o *espírito protetor*, isto é, a convicção de que a sociedade só pode prosperar, se o Estado e a Igreja dirigirem nossos passos mais insignificantes, o Estado pela determinação do que deveremos fazer, a Igreja pelo ensino do que devemos crer.

Pedro Lessa comenta as proposições que irá analisar a seguir:

Pois são na frase do historiador inglês, as proposições mais essenciais para a sã inteligência da história, proposições que ele julga ter demonstrado pela indução e pela dedução ⁽¹¹⁾.

O jurista procede a serena análise dessas propostas, fazendo, porém ressalvas ao que entende serem inconsistências delas.

Questiona ainda as opiniões de Buckle acerca das condições climáticas, de efeitos negativos sobre a civilização no Brasil. Critica também a distinção, aventada pelo historiador, entre os países europeus (em que o homem domina a natureza) e as regiões em que a natureza exerce o domínio sobre o homem.

A terceira parte do opúsculo de Lessa contém uma resenha de diversas propostas no campo da filosofia da história e, por fim, uma reafirmação de seu conceito da disciplina histórica.

Em verdade, o que é a filosofia da história? A doutrina que pretende ensinar-nos as leis que presidem à evolução da humanidade. A damos crédito aos filósofos da história, a sua teoria abrange o curso inteiro da história do gênero humano. Eles nutrem pretensão de determinar donde veio a humanidade, e a direção que há de seguir no futuro ⁽¹¹⁾.

Nosso autor afirma a impraticabilidade desse ramo do conhecimento. Como conhecer toda a trajetória humana e como prever todo o futuro com base nos acontecimentos do passado e do presente? Isso é impossível, declara. Daí, afirma, o insucesso das pretensões nesse sentido.

Entre as doutrinas que propõem filosofias da história estão o providencialismo (todos os fatos dependem da Providência) e a que preconiza a lei fundamental do progresso contínuo, necessário e universal. Lessa fez o exame crítico de ambas.

Passa em revista as contribuições apresentadas pelos grandes historiadores europeus, tais como Fustel de Coulanges e Taine (na França), Mommsen (na Alemanha). O primeiro é autor, dentre outros livros de *A Cidade Antiga*. Os outros escreveram, respectivamente, *Origens da França Contemporânea* e *História Romana*, ambos filiados à concepção de história segundo Hegel. Pedro Lessa cita também Renan e sua concepção do curso histórico determinado pelas diferenças raciais, entre os grandes grupos humanos; menciona, além de outros, Guizot e Michelet.

Reitera o jurista mineiro sua convicção de que a história não é uma ciência. Apesar dessa discordância básica com Buckle, tem em alta conta o trabalho do historiador britânico; este desenvolveu, por exemplo, a doutrina determinista, baseada no opúsculo de Kant, *Idéia de uma história universal*.

Em todo o texto de Lessa, aparece muitas vezes o pensamento de Stuart Mill, de que se serve principalmente em questões metodológicas e lógicas.

Apresenta pela primeira vez sua concepção de história. Repita-se:

É a história que nos apresenta os fatos que servem de fundamentos às generalizações da sociologia (...) ⁽¹³⁾.

Os grandes historiadores modernos deixam de ser simples narradores de fatos.

Os fenômenos econômicos, os políticos, os religiosos, os artísticos, tudo o que constitui o tecido da sociedade, está classificado, coordenado, disposto e descrito, de acordo com uma certa ordem, em obediência a um certo método. Os fatos biográficos dos grandes homens se mesclam aos fatos de ordem geral, porque são inseparáveis, mas vê-se bem que o intuito principal do historiador é dar-nos classes de fenômenos sociais, coleções metódicas de fatos ⁽¹⁴⁾.

Fala sobre Mommsen e Fustel de Coulanges. Sobre o segundo diz:

A este talvez só falta aquela arte de descrever que para Guizot e Taine é qualidade essencial do historiador e que nos dá a ilusão de que os fatos se passam aos nossos olhos, e de que os personagens se movem e falam ao nosso lado, arte de que a antiguidade clássica parece ter guardado o segredo.

⁽¹⁵⁾

Pedro Lessa desempenhou o exercício de historiador pelo menos uma vez ao escrever “O direito no século XIX”, incluído no livro *Dissertações e polêmicas* ⁽¹⁵⁾.

Diz Castro Rebelo:

O relativo diletantismo de sua crítica histórica foi superado na substanciosa conferência que aqui (no IHGB) realizou, em 1916, sobre Francisco Adolfo Varnhagen. Recebeu, por esse trabalho o prêmio “Conselheiro Olegário”, que lhe foi concedido em 1917 ⁽¹⁶⁾.

Nesse mesmo ano, foi incumbido de proferir laudo arbitral que solucionasse a divergência existente entre Gonçalves Maia e Oliveira Lima, em torno da data exata da “Confederação do Equador”. Em decorrência desse trabalho, tornou-se sócio benemérito do Instituto, para o qual elaborou, durante anos, muitos pareceres⁽¹⁷⁾.

Notas e referências bibliográficas

- (1) Pedro Lessa conceituou a Filosofia do Direito:
De que trata a disciplina?
Tendo em atenção as ponderações feitas, podemos definir a filosofia do direito, dizendo que é a parte geral da ciência jurídica, que determina o método aplicável ao estudo científico do direito, expõe sistematicamente os princípios fundamentais dos vários ramos do saber jurídico e ensina as relações deste com as ciências antropológicas e sociológicas (LESSA, Pedro. *Estudos de filosofia do direito*. Campinas: Bookseler, 2008, p.74).
- (2) LESSA, Pedro. *É a história uma ciência?* São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, 1900, p.93.
- (3) *Ibidem*, p.93.
- (4) LESSA, Pedro. *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1916, p.39.
- (5) *Idem*.
- (6) *Ibidem*, p. 164.
- (7) Larrousse Cultural, 1988, p. 468.
- (8) LESSA, Pedro. *Discursos e conferências*, op. cit., p. 235.
- (9) *Ibidem*, p. 259.
- (10) *Ibidem*, p.

- (11) LESSA, Pedro. *É a história uma ciência?* op. cit., p. 52-53
- (12) *Ibidem*, p. 73.
- (13) LESSA, Pedro. *É a história uma ciência?* op. cit., p.93.
- (14) *Ibidem*, p. 107.
- (15) LESSA, Pedro. *Dissertações e polêmicas* (Estudos Jurídicos). Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1909, pp. 187-252.
- (16) REBELO, Castro. Pedro Lessa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, V. 245. Rio de Janeiro, 1959.
- (17) *Idem*.



O VAQUEIRO-ESCRITOR NA LENTE DA ROLLEIFLEX

*Ariosto da Silveira **

Um personagem oculto. Retrato o criador na forma de suas criaturas. Captou e tornou permanentes imagens que, de outra forma, teriam sido perdidas, nem mesmo criadas. Artista da fotografia, é dele a maioria esmagadora das imagens que, há décadas, ilustram dezenas de referências às obras-primas de um dos maiores escritores da língua portuguesa, João Guimarães Rosa. Produziu a figura do intelectual à feição dos seus personagens sertanejos, trajado de vaqueiro, no lombo da mula e pitando pito de palha, em contraste com o diplomata de terno escuro e gravata borboleta. Esse registro fotográfico funciona como uma espécie de atestado de identidade do escritor com o meio – o sertão mineiro – e os personagens, sertanejos simples no aspecto, mas ricos de imaginação, que elevaram a sua obra literária a uma ordem de grandeza crescente ao longo de meio século.

Quem retratou o escritor ao jeito sertanejo foi Eugênio H. (Honório) Silva, falecido em 23 de novembro de 2001, aos 79 anos. Se não tivesse acionado a sua Rolleiflex naquela viagem do vaqueiro-escritor, em 1952,

* Jornalista, autor de *O Baixo-Sertão de Guimarães Rosa; Eternamente – Esboços da Itália; Ao Longo da Trilha; Corta-Goela x Pica-Pau – Quando e Onde Só Havia um Lado: UDN ou PSD; Além da Casinha Branca* e outros livros.

certamente o episódio não teria alcançado tamanha dimensão. Pois as fotos que ele produziu originariamente para *O Cruzeiro* figuram em muito do que se publicou a partir de então.

Esta seria apenas mais uma entre as seis viagens (*de observância*) realizadas por Guimarães Rosa para coletar material para os seus escritos, entre as quais uma ao Pantanal e outra à Bahia, em companhia de Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas. Ana Luiza Martins Costa (em *João Guimarães Rosa*, Cadernos de Literatura Brasileira, Instituto Moreira Salles, 2006), relata que o escritor pretendia viajar pelo rio das Velhas repetindo o feito do explorador inglês Richard Francis Burton, em 1867, relatado no livro *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico* (Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora, 1977). Talvez porque fosse apaixonado pelos rios-oceanos, profundos como a alma humana. Mas acabou optando por *acompanhar, rústica, árdua, autenticamente, uma boiada brava, em percurso de 40 léguas, lá do sertão sagarânico*, para o que fez demorados preparativos *arrumando mochila, cantil, roupa cáqui, pois serão 15 dias no ermo, a carne seca com farinha-de-mandioca e café com rapadura, sob sol, poeira, lama e chuva*. Seria uma viagem *para conferir os mugidos dos bois e a copiosidade do orvalho nas moitas do meloso, entre aboios, estrelas e amenas peripécias*.

* * *

Ao reproduzir e perenizar as imagens do escritor como vaqueiro, o trabalho de Eugênio Silva marcou locais e personagens que contribuíram particularmente para o *Grande Sertão: Veredas*, obra maior da literatura brasileira, dada a constatação de um dos estudiosos dos roteiros rosianos de que ele não inventou nomes e lugares: estão todos lá, nos vastos sertões cortados pelo rio São Francisco e os que lhe engordam as águas. Então, o cenário físico e humano dessa e outras obras posteriores pode ter sido fixado, de um lado, pelo escritor, nas anotações de suas famosas cadernetas ou dos tipos e fatos a seu pedido repassados pela farta correspondência de seu pai, *seu* Florduardo, ou Fulô, e, de outro, pelas fotografias de

Eugênio. Essa dedução está justificada no tempo, dado que *Grande Sertão: Veredas* ganhou sua primeira edição quatro anos depois de Rosa tocar a boiada pelas veredas e gerais. *Corpo de Baile*, também de 1956, teria igualmente incorporado elementos recolhidos na viagem. Ambas as obras, segundo o próprio autor, tiveram sua redação efetiva a partir de 1953. Outros trabalhos desse período poderão ter-se baseado em semelhantes observações, como anota Ana Luiza Martins Costa:

Além de tomar notas in loco e depois copiá-las e recopiá-las diversas vezes, datilografando-as integralmente ou apenas algumas de suas passagens, Rosa também produziu vários escritos – relatos de viagem, pequenos contos, diários e outras peças de difícil classificação – não só a partir das cadernetas mas também de seus diários. Se alguns foram deixados inacabados (como "Com o vaqueiro Boca-de-fogo", "A saída" e "A boiada") ou ficaram "descansando" por um tempo (como "Mechêu" e "Meu tio o Iauaretê"), a maior parte foi publicada em periódicos, entre abril de 1947 e junho de 1954.

Há alguns textos cuja inspiração não deixa dúvida. Ana Luiza Martins Costa revela que numa de suas cadernetas de anotações Rosa dá notícia de ter concebido duas novelas do *Corpo de Baile* durante a viagem: *Uma estória de amor (Festa de Manuelzão)* e *Dão-Lalalão, que cresceram com outro sentido, em ruminação posterior*. Em 1967, publicou no jornal *Pulso*, do Rio de Janeiro, dois relatos parciais da viagem com a boiada, reproduzindo passagens de *A saída* e duas partes de *A boiada – Sobre os planaltos* e *Caderno de Zito*, ambas no formato de relato pessoal da jornada. Neste, transcreve alguns versos escritos ao longo do caminho pelo *vaqueiro-poeta* Zito, *que entendia dos remédios da beleza*.

* * *

O que não passaria de episódico na vida de Guimarães Rosa, as fotografias de Eugênio Silva transformaram em fonte de consulta. Impediram a perda no tempo e constituem referência quando se pretende estabelecer a identidade entre o escritor, seus personagens e o meio físico, numa conjunção capaz de dar consequência à trama e aos sentimentos impulsionadores das atitudes que, desvinculadas daquele cenário, padeceriam de inverossimilhança. Constituíram o complemento dos registros feitos pelo escritor em seus cadernos cheirando *a suor de cavalo, de boi, impregnados dos cheiros do sertão*, como definiu em entrevista à *Realidade* em julho de 1967. Essas anotações lhe eram de tamanha valia que revelou ter guardado um caderninho no bolso até ele ficar *sujo de suor, de mato e de terra, até de dejetos de burro*, mas não o jogou fora.

O momento retratado pode perfeitamente ser considerado contribuinte de *Grande Sertão: Veredas* e *Corpo de Baile*, entre outros trabalhos. Toda a elaboração mental de Rosa para as obras anteriores, notadamente *Sagarana*, de 1946, adveio de experiências de sua infância e juventude em Cordisburgo, e, mais tarde, no Oeste mineiro, quando, em Itaguara (no início dos anos 1930), exerceu a medicina. Ao decidir acompanhar os vaqueiros, em 1952, depois de cerca de dezoito anos convivendo no ambiente diplomático – sendo cerca de treze anos no exterior –, provavelmente teria a intenção de enriquecer o seu próprio imaginário sobre o sertão e o s sertanejos. Não apenas agregaria novos casos para a multiplicidade de histórias contidas em seu único romance ainda em elaboração, como recomporia a sua relação sentimental com a gente dos gerais. Isso o ajudaria a impregnar de autenticidade a saga de Riobaldo e a demais jagunçada do *Grande Sertão: Veredas*. É um aspecto conjugado com a sua assertiva de que todos os seus personagens existiram – *são criaturas de Minas*.

Nesse sentido, é valioso o trabalho de Alan Viggiano no seu *Itinerário de Riobaldo Tatarana* (Editora Comunicação Ltda., Belo Horizonte, 1974). Nele o autor informa que das quase 230 localidades citadas no livro, mais de 180 podem ser localizadas no mapa, pelo que afirma, *sem receio de contestação, que Guimarães Rosa não inventou sequer um daqueles nomes. Todos foram tirados do seu caderninho de*

notas. Pois o caderno esteve na bagagem do escritor-vaqueiro e, segundo os demais membros da comitiva, foi utilizado durante todo o tempo, supondo-se, então, que muitas dessas anotações foram transpostas para as obras subsequentes.

A correlação entre as observações da viagem e *Grande Sertão: Veredas* não se aplica, contudo, aos itinerários. Foram bastante distintos. O escritor-vaqueiro e seus companheiros partiram da Fazenda Sirga, ou Cilga, de Chico Moreira, primo de Rosa, no médio São Francisco (atual município de Três Marias), na manhã de 19 de maio, e tomaram uma rota inclinada para o sul, passando por Córrego da Tolda, Andrequicé, Fazenda Santa Catarina, Vereda do Catatau, Fazenda Riacho das Vacas, Córrego do Meleiro, Barreiro do Mato, Córrego do Paulista, Ribeirão do Taboquinha, pasto do Capão do Defunto, atingindo, ao fim de 40 léguas (240 quilômetros), outra fazenda de Chico Moreira, dos Algodões, em Araçaí, onde se dava o embarque do gado nos trens da Central do Brasil. No *Grande Sertão*, os caminhos são outros: os jagunços, em idas e vindas orientando-se pelos rios e evitando grandes cidades onde teriam de enfrentar a polícia, deslocam-se num grande território com extremos na altura de Salinas, Araçaí e Grão Mogol, de um lado, e o goiano rio São Marcos, de outro. O itinerário dos personagens, portanto, evoluiu no sentido leste-oeste.

Ao jornalista Álvares da Silva, autor do texto ilustrado com as fotos de Eugênio Silva n' *O Cruzeiro*, Guimarães Rosa descreveu a viagem como penosa. Os vaqueiros se levantavam às cinco, almoçavam às seis (feijão, farinha, arroz e carne seca e uma vez galinha, outra, carne de porco com abóbora; ficou maravilhado ao ganhar, num dos pousos, uma garrafa de pimenta: *um dom de Deus para temperar o eterno menu*), e marchavam sete horas. Mas a paisagem o encantou. Destacou a do quarto dia de jornada. *Andamos sempre na linha de muitos altos espigões, de morros totalmente despídos de vegetação, a não ser o capim-fino, dos "alegres". Dessas alturas, onde venta sem cessar, a vista vai longíssimo, deslumbrante. Num dos seus cadernos apontou: Morros azuis me percorrem; desenharam-se no céu. Ao fundo, a Serra dos Gerais – mal levantada, chata, mas se estirando num movimento sensível, suave*

movimento, via norte. Com sua espinha e base verde-escuras, entre esses o flanco verde-claro, onde se hospedam as úmidas veredas. O céu é uma poeira azul.

Com ele estavam alguns de seus personagens: Manuel Nardy, o *Manuelzão*, capataz; João Henrique Ribeiro, *Zito*, guieiro, poeta, laçador e cozinheiro; Raimundo Santana, vaqueiro-mestre; Raimundo Ferreira do Nascimento, o *Bindóia*, campeiro, cantador de versos, animador da boiada; Gregório Leite de Morais, *o silencioso*; Sebastião Leite de Morais, *capaz de ficar olhando uma boiada a vida inteira*; Aquiles Luiz de Carvalho, violeiro, dançador de lundu e cantador de desafio; Sebastião de Jesus, aprendiz de vaqueiro. Rosa se intitulou *vaqueiro-amador*. Todos foram retratados por Eugênio Silva, embora nenhuma foto focalize o caderno de notas do escritor, um fato observado por Mônica Meyer em seu livro *Ser-Tão Natureza: a natureza em Guimarães Rosa* (Editora UFMG, 2008). *Talvez ele guardasse no bolso da camisa, justificou o fotógrafo.*

Nesse trabalho Mônica Meyer analisa as 323 páginas das anotações de Rosa ao longo da viagem, arquivadas no Fundo Guimarães Rosa, de São Paulo. Delas, uma é original, enquanto as demais são transcrições datilografadas pelo próprio escritor (além de um caderno do vaqueiro Zito). Entre vários outros aspectos observados pela pesquisadora está o da interação entre ele e a natureza, sua admiração pelas plantas e pássaros é expressa em descrições detalhadas (*...é um apaixonado por passarinhos. Ele descreve cada espécie com base em observações empíricas e, mais, reproduz os sons de cada ave através de vocábulos onomatopéicos. Essa linguagem canora invade as páginas do diário principalmente ao amanhecer e entardecer, e o conjunto dá a sensação de uma orquestra*). Deduz: *para o autor o contato com a natureza é uma viagem interior, que o leva a alcançar a plenitude do ser, o ser-tão.*

* * *

Chefe da sucursal mineira de *O Cruzeiro*, Eugênio Silva juntou-se a Álvares da Silva para a cobertura da viagem de Guimarães Rosa. Mas os dois não fizeram todo o trajeto. Reuniram-se ao comboio no Capão do Defunto, quase na chegada. Encontraram Rosa na *culatra* da boiada (lá atrás, embora o escritor dissesse preferir a posição de flaqueador no contra-coice do lado esquerdo) – *barba de três dias, vermelhão de sol e requeimado ao mais pela poeira do sertão.*

Enquanto Álvares da Silva preocupava-se em anotar dados para descrever o ambiente e os vaqueiros, Eugênio Silva entrava em cena com a sua Rolleiflex 1943, lente de 1.35 (adquirida e conservada até hoje por seu colega de sucursal Fernando Richard). Naqueles dias, a revista era a mais importante do país, com tiragem de 700 mil exemplares, e sua equipe levava a fama de *cobras criadas*, conforme registrado em livro por Luiz Maklouf Carvalho (*Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*, Editora Senac, São Paulo, 2001). O francês Jean Manzon a integrava, tendo formado com David Nasser uma das duplas mais famosas da imprensa brasileira. Manzon ingressara no *O Cruzeiro* trazendo sua experiência em revistas francesas. Seu modo de fotografar, anota Fernando Richard, influenciava toda a equipe, sendo, portanto, natural que Eugênio Silva seguisse esse padrão, no qual a característica mais notável consistia em enquadrar os retratados não de frente, como usual, mas de perfil. Ou seja, as fotos eram em boa parte posadas, não instantâneas. Essa marca está nas dezenove fotos de Guimarães Rosa e os demais vaqueiros publicadas na revista.

Dois fotos do escritor, abertas em páginas inteiras da revista, edição de 21 de junho de 1952, têm sido reproduzidas às centenas. Numa delas ele aparece montado na *Balalaica*, de costas mas com o rosto voltado para o lado esquerdo (para facilitar a postura, apoiou a mão esquerda na garupa da mula); ao fundo, parte da boiada na planura dos gerais. Essa foto teria sido tomada no *Capão do Defunto*. Em outra, também cobrindo quase toda a página, Rosa está recostado, com o tronco ligeiramente voltado para a direita e o rosto tendente para a câmera. Outra foto, também objeto de inúmeras reproduções, mostra o escritor montado: a tomada de baixo para cima pretendeu retratá-lo em pose de verdadeiro cavalarião – desta vez com o rosto voltado para a esquerda.

A reportagem estendeu-se da página 42 à 52 de *O Cruzeiro*. Na 44, uma sequência de cinco fotos de uma coluna vertical exhibe Rosa em situações que devem ter sido comuns na jornada: tomando café num cuité, acendendo o pito em tição, conversando com seus companheiros, junto da *Balalaica, mula danada de boa*; e apertando os arreios do animal. Nenhuma delas o apanha de frente. A mesma técnica Eugênio aplicou nas fotos dos vaqueiros, todos olhando lateralmente, como se buscassem o fim do horizonte: Gregório, Manuelzão, Santana, Zito, Sebastião de Moraes, Chico Moreira (de chapelão, dono da boiada).

O texto de Álvares da Silva informa que Rosa e os companheiros partiram no dia 19 de maio e caminharam dez dias, sob um céu *que mal comparando é mesmo uma obra-prima de balaio grande, deixado de borco nas lonjuras e nuvens tão leves e alvas que é como se fossem de algodão recém-cardado*. O escritor, finda a tarefa em Araçá, perto de sua terra natal, Cordisburgo, *tirou a roupa de vaqueiro, vestiu o terno parisiense de ministro plenipotenciário – e retornou ao seu lugar no Itamarati e no mundo das letras*. E as fotografias de Eugênio Silva deram perenidade a esse episódio em que o escritor fez o papel de seus personagens.

No entendimento do crítico literário e acadêmico Fábio Lucas (em *Ficções de Guimarães Rosa: perspectivas*, Editora Manole, São Paulo, 2011), ao documentar, no caminho da boiada, o sertão como espaço da ação dramática rosiana e ao inquirir os acompanhantes da jornada, repórter e fotógrafo realizaram um misto de biografia e de crítica genética.



A VERVE DE MACHADO EM DOM CASMURRO

Gérson Cunha*

Quem é Machado de Assis? Há muitas respostas. Antes de tudo é ele o precursor do romance moderno. Como se sabe, isto se dá através das obras: *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro* e *Quincas Borba*.

No romance em título (1899), tudo já se define pelo efeito do presente, pela questão da “memória, involuntária”, na ideia do romance de memórias (anti-histórico). Ou, digamos, já na vivência: do conceito de tempo-obsessão. Isto é do tempo da alma (tempo sem tempo) e não mais do tempo do relógio.

Na obra, o realismo nem tão duro como em *Memórias póstumas*. Todavia com alguns vestígios da escola romântica, da primeira fase do autor: pintura da paisagem, mistura de realidade e fantasia, e idealização da mulher. Mais vigorosos toques do impressionismo, e que fazem de Machado um realista-impressionista. Sobre isto, veja-se no capítulo 12 o que chamo “cenar de fundo de quintal”, poeticamente, um ponto alto do romance:

“Um coqueiro, vendo-me inquieto e adivinhando a causa, murmurou de cima de si que não era feio que os meninos de quinze anos andassem nos cantos com as meninas de quatorze.”

* Escritor, crítico literário.

Ou logo adiante, capítulo 13:

“As pernas desceram-me os três degraus que davam para a chácara, e caminharam para o quintal vizinho. Que as pernas também são pessoas, apenas inferiores aos braços, e valem de si mesmas, quando a cabeça não as rege por meio de ideias.”

E sobre os móveis da casa de Sancha:

“Deles, só o canapé pareceu haver compreendido a nossa situação moral, visto que nos ofereceu os serviços da sua palhinha, com tal insistência que os aceitamos e nos sentamos.”

A dissertação cheia de ironia, as divagações, passo a passo, a conversa com o leitor, no texto, vão do começo ao fim. Sobre a casa da Rua Mata-Cavalos, o interior de estilo clássico revela nas referências o espírito aristocrático do autor. Já quando fala do quintal (capítulo 144), sua abordagem é também impressionista e, poeticamente, ainda, um ponto alto do romance e. Aí, a linguagem simples – não costumeira em Machado – alude, outra vez, à questão da busca do tempo:

“Não é que haja efetivamente ligado as duas pontas da vida. Esta casa do Engenho Novo, conquanto reproduza a de Mata-Cavalos, apenas me lembra aquela, e mais por efeito de comparação e de reflexão que de sentimento.”

Agora, como que em solilóquio, discorre pausadamente:

“Hão de perguntar-me por que razão, tendo a própria casa velha, na mesma rua antiga, não impedi que a demolissem e vim reproduzi-la nesta. A razão é que, logo que minha mãe morreu, querendo ir para lá, fiz primeiro uma longa visita de inspecção por alguns dias e toda a casa me desconheceu. No

quintal a aroeira e a pitangueira, o poço a caçamba velha e o lavadouro, nada sabiam de mim. Corri os olhos pelo ar, buscando algum pensamento que ali deixasse, e não achei nenhum. Ao contrário, a ramagem começou a sussurrar alguma coisa que não entendi logo, e parece que era a cantiga das manhãs novas. Ao pé dessa música sonora e jovial, ouvi também o grunhir de porcos, espécie de troça concentrada e filosófica. Tudo me era estranho e adverso. Deixei que demolissem a casa.”

Incorporada já ao estilo de Machado é essa busca do tempo:

“O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui.”

O autor, há nele também a típica dubiedade. Haja vista a polêmica deixada pelo adultério ou não de Capitu. Isso, dadas evidências claramente visíveis, para mim não é tão relevante, nem tão duvidoso....

Observa-se também no romance e a fixação de Machado pelos olhos das personagens. Isto já se nota em *Quincas Borba* a respeito da personagem Sofia (capítulo 34):

“Sofia rastejava os vinte e oito anos; estava mais bela que aos vinte e sete. Os olhos, por exemplo, não são os mesmos da estrada de ferro. Agora, parecem mais negros, e já não sublinham nada; compõem logo as coisas por si mesmos.”

Sobretudo é a fixação pelos olhos de Capitu: olhos de ressaca. E note-se: a expressão longe está de referir-se ao aspecto de túmido, pelo choro: ou carência de sono. Pois, lá está no capítulo 32:

“Retórica dos namorados, dá-me uma comparação exata e poética para dizer o que foram aqueles olhos de Capitu. Não me acode imagem capaz de dizer, sem quebra da dignidade do estilo, o que eles foram e me fizeram. Olhos de ressaca?

Vá, de ressaca.

Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca.”

Também se dirá, com ênfase, dos “olhos de cigana oblíqua e dissimulada”, como os define José Dias, o agregado. Ainda a fixação pelos braços de Capitu tem a ver com os ciúmes de Bentinho, e que poria todo o idílio a perder. Aliás, desde quando ele próprio, no seminário, fala dos encantos da adolescente a seu colega Escobar. Foi o germe do futuro triângulo amoroso, certamente. Aliás, a tragédia, em si, penso situá-la em plano secundário. Isto, em comparação com o anátema do narrador ao idílio amoroso daquele fundo de quintal, esse da infância e adolescência de Bentinho e Capitu:

“Havia ali uma porta de comunicação mandada rasgar por minha mãe, quando Capitu e eu éramos pequenos. A porta não tinha chave nem taramela; abria-se empurrando de um lado ou puxando de outro, e fechava-se ao peso de uma pedra pendente de uma corda. Era quase exclusivamente nossa. Em crianças, fazíamos visita batendo de um lado, e sendo recebidos do outro com muitas mesuras.”

Ambos estavam sentados na beira do poço, e Capitu riscava o chão com um pedaço de taquara, enquanto falavam da separação, inevitável, pela ida de Bentinho para o seminário – relembra o narrador.

Pois, tudo isso que mais me atrai em Dom Casmurro enlevou também o próprio romancista, acredito. É que esta cena e outras do gênero levaram cerca de dois terços livro. E dirá o autor, já no capítulo 97, sobre a narração:

“Agora não há mais que levá-la, a grandes pernadas, capítulo sobre capítulo, pouca emenda, pouca reflexão, tudo em resumo.”

Assim se explica, não antes de desculpar-se perante o leitor:

“Tinha, então pouco mais de dezessete... Aqui devia ser o meio do livro, mas a inexperiência fez-me ir atrás da pena, e chego quase no fim do papel, com o melhor da narração por dizer”...

E após salpicados, aqui e ali, da cruel ironia, já tantos anos depois, o narrador contempla friamente o passado e rememora o casamento com Capitu, o caso das libras esterlinas, e de quando ela a sós com Escobar. Depois, a morte do suposto amante comove Capitu. E ela mal disfarça as lágrimas, ali, de público, no velório... E por vez a própria mãe assinala: Ezequiel tinha os mesmos olhos de Escobar...

Ao conflito, pensa Bentinho em suicídio, e quase dá o veneno a Ezequiel. E Capitu interpela o marido, mas se atrapalha quando ambos fixam o olhar sobre um retrato de Escobar, ainda menino, e tão parecido com o filho do casal... Então Capitu se descontrola, desta vez, da cabeça aos pés. É confissão pura de adultério – pensa Bentinho.

Mais tarde Capitu, já no estrangeiro, tenta em vão conciliar-se com o marido. A meu ver, aí reside a prova final contra ela, pois esse não seria o comportamento de mulher injustificada...

A despeito de tudo, ainda me surpreende o desfecho deste romance de Machado, muito embora tenha em vista o duro realismo do final da última página de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Em *Dom Casmurro* é o que chamo dessacralização de todo o passado amoroso, desde a infância, com Capitu. Pois, no capítulo 51, o narrador ainda rememora a cena de quintal, e de quando Bentinho se despedia da namoradina:

“Juramos novamente que havíamos de casar um com o outro, e não foi só o aperto de mão que selou o contrato, como no quintal, foi a conjugação de nossas bocas amorosas.”

E lá está, com ardente exclamação:

“Oh! Minha doce companheira da meninice, eu era puro, e puro fiquei, e puro entrei na aula de S. José, a buscar de aparência a investidura sacerdotal, e antes dela a vocação. Mas a vocação eras tu, a investidura eras tu.”

No entanto, de parte do narrador, o que se depreende da última página do romance? Depois de afirmar que mulher nenhuma o teria feito esquecer a primeira amada do coração, e talvez porque, diz ele, nenhuma tinha os olhos ele ressaca, nem os de cigana dissimulada, como partir para o anátema final? E indaga “se a Capitu da praia da Glória já estava dentro da de Mata-Cavalos, ou se esta foi mudada naquela por efeito de algum incidente.” E conclui, dirigindo-se uma vez ao leitor:

“Se te lembras da Capitu menina, hás de reconhecer que uma estava dentro da outra, como a fruta dentro da casca.”

E por fim:

“É bem qualquer que seja a solução, uma coisa fica, e é a suma das sumas, ou o resto dos restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremosos ambos e tão queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... A terra lhes seja leve! Vamos à História dos subúrbios.”

De remate, veja-se esta alusão à “História dos subúrbios”, já mencionada, qual um projeto literário, no capítulo 2. Parece-me que o narrador não tendo logrado “juntar as duas pontas da vida” talvez unisse as pontas do livro... Que acha o leitor?

VIAGEM A OURO PRETO, DIAMANTINA...

*Maria do Pilar Trigo Ferreira**

Querida Yeda,

Não escrevi antes porque viajei. Imagine você que fui a Ouro Preto, Sabará, Diamantina...

Passei por Belo Horizonte mas você não estava, tinha ido ao casamento da sua neta.

Primeira paragem, naturalmente, Ouro Preto. Acompanhou-me a Henriqueta, ela diz

que é uma cidade
“boa da gente morar,
com os olhos de Marília,
para cismar e cismar”

Lembrei-me daquele dia que fomos com você, vendo as velhas igrejas e as obras do Aleijadinho. Quem nos acompanhou agora também foi Cecília Meireles. Falámos com Marília, que estava a ler e reler o poema em que Dirceu lhe promete levar “à mais remota idade” a sua formosura. Ele está empenhado na liberdade embora tarde e, nos intervalos, vai bordando o manto nupcial de Marília. Mas há rumores... e até já apareceu um embuçado; traz algum aviso?

* Poeta. Embaixatriz de Portugal.

Cecília está apreensiva, ela diz que “o país da Arcádia jaz dentro de um leque” e que a sorte dos enamorados se fechará se esse leque de nácar se partir. Eu fiquei preocupada porque Dirceu pode ir parar ao exílio... e Marília seria uma “sempre noiva”. Mas se tal acontecer ficará uma herança para a História e um moto para a bandeira de Minas. Por enquanto, Ouro Preto é Vila Rica. Henriqueta ia admirando “suas casas com mirantes, entre malvas e gerânios”.

Almoçamos, muito bem, num restaurante que você conhece: “Casa do Ouvidor”.

Fui também a Mariana; havia um concerto de órgão na catedral: Bach! Eu tinha conhecido no Festival de Salzburgo uma organista de Mariana, não sei se esta era a mesma; logo que acabou o concerto tive que sair.

Em Sabará estava a Lúcia com o marido; sempre há alguma “novidade antiga” para ver no Museu mas às 5 em ponto a Lúcia fez servir um chá na sala de jantar da Casa do Intendente; tinha “rosquinhas douradas” muito gostosas; mas, conhecendo a Lúcia eu me pergunto se será o nome verdadeiro ou se ela inventou a dizer com o seu Museu...

Claro que fomos a Congonhas; Henriqueta continua com a sua predileção por Daniel; era bonito ouvir como recitava baixinho a sua “Louvação de Daniel”:

“Como és belo, Daniel...
Pensativa cabeça
sem orgulho, que sábia
posição escolheste
para ser e não ser ...”

Bem, essa foi a atitude que lhe atribuiu o Aleijadinho: mas eu conheço uma outra dimensão: a que lhe deu o escultor Maestro Mateo no Pórtico da Glória de Catedral de Santiago: está a olhar para Ester, a rainha bela e de formas “atraentes”; nesse contexto o artista deu a Daniel um “certo sorriso”. Os cônegos pediram ao Maestro Mateo que reduzisse as formas de Ester; ele acedeu em parte mas pouco adiantou, porque tudo

tem limites: o corpo feminino e a liberdade do artista; o “sorriso” de Daniel continua.

A última visita foi a Diamantina. Quando íamos chegando lembrei-me do seu poema tão inspirado e tão de acordo com essa magia dessa cidade:

“Estradas brancas
me levam
por entre pétreas montanhas
a uma serenata
no céu”.

Assim entrámos também nós, como quem vai para essa serenata. Aqui fomos lembrando o *Romanceiro* da Cecília. A primeira vez que fui a Diamantina vi umas meninas com caracóis e fitas de cores no cabelo brincando de roda, cantando.

Agora, Yeda, lembrei-me de você:

assim eu cantava	Dois laços de fita
brincando de roda	prendendo os cabelos .
na infância distante.	E o mundo rodava comigo cantando.

Numa casa avarandada vimos a Chica-que-Manda, A Cecília diz que ia “... gente de longe para conhecê-la” (Como nós...). É natural: ela se adornava com as joias mais preciosas. “Dom João quinto, rei famoso, não teve mulher assim”. Em frente, a igreja do Carmo, que o contratador mandou construir e que tem a torre sineira atrás da nave em atenção à Chica. Tudo nela era rico e magnífico :

Gira, gira, gira, dourada ciranda	da Chica da Silva da Chica-que-Manda
--------------------------------------	---

Só numa pracinha uns velhos do Tejuco se lamentavam :

Ainda vai chegar o dia
de nos virem perguntar
quem era a Chica da Silva
que morou neste lugar.

Que tudo passa
e o prazer é intervalo
na desgraça.

Em Diamantina ainda há serenatas, gostei de saber; agora, é como você me disse aquele dia em Lisboa: os seresteiros nas varandas, a gente na praça; alguém comentava: “Não está mais o Nonô”. Mas as canções eram as mesmas dos tempos de Juscelino; entretanto eu tinha descoberto que “Acorda, minha beleza” tinha sido escrita por Gonçalves Crespo, brasileiro estudante em Coimbra. Cantaram “A Casa Branca da Serra”, “Gondoleiro do Amor”, “Elvira, escuta”... Canções e modinhas de sempre. Quando a música acabou a gente foi-se dispersando e todos levando um toque de nostalgia dos tempos. Mas não era o fim da serenata:

Aquela noite no hotel acordámos com música: “Amo-te muito” (a canção do seu primo João Chaves) e, no fim “Flor do Céu”. Eram os seresteiros de Diamantina que cantavam para nós.

Adeus, Yeda. Um grande abraço, Maria Pilar
(Segue em baixo uma nota)

P.S.

Espero que tenha gostado da minha saudosa viagem a Ouro Preto, Diamantina... (onde eu nunca teria ido sem você). Eu explico: Andei a reler no meu “ex-futuro-livro” o capítulo de Diamantina, não para publicar, só para os meus “deixados”.... Vi que faltavam algumas coisas e quis completar; aí o texto fugiu-me das mãos em extensão, tentei travar mas foi inútil. Ficou desproporcionado com relação aos outros capítulos;

mas não vou cortar, essa versão é uma segunda via e será só para mim. Quanto à carta que lhe mandei foi o contrário: uma tentativa de resumo ao máximo (só pelo prazer de rememorar) misturando passado e presente, poesia e realidade. Pensei que uma carta de viagem era o tamanho certo. E achei que o destinatário ideal era... você. Obrigada por aceitar. Abraços. Mineiramente,



AS ACADEMIAS REGIONAIS

Zanoni Neves*

O conceito de *cultura subjetiva* proposto pelo pensador alemão Georg Simmel foi resumido e definido pelo antropólogo Gilberto Velho “como uma totalidade cujo aperfeiçoamento passaria pela busca de harmonia entre as diferentes potencialidades, capacidades, características” do indivíduo em sua relação com o mundo. (1) Em seguida, o referido autor esclarece:

... o desenvolvimento de *culturas subjetivas* pode estar associado ao exercício de *atividade associativa*. Creio que a *sociabilidade*, propriamente dita, pelo menos em certos grupos sociais, pode ser vista como um caminho privilegiado para tal desenvolvimento. (2)

Já a *cultura objetiva* de uma sociedade seria “externa ao indivíduo”, porém, “sempre interagindo com ele”; “...pode ser complexa, diferenciada, heterogênea” em contraste com as *culturas subjetivas*. (3)

Assim, *cultura objetiva* e *cultura subjetiva* são dimensões diferentes, “sem relações mecânicas” conforme esclarece o autor.

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, Zanoni Neves ocupa a cadeira nº 30 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Haveria, no mundo moderno, um descompasso entre a *cultura objetiva* e as *culturas subjetivas* – “um dos paradoxos da modernidade”. (4) O impressionante desenvolvimento da tecnologia e o progresso dos parques industriais oferecem objetos de consumo requintados, que com o transcorrer dos anos tornam-se mais elaborados. Mas, segundo Simmel, esse mesmo desenvolvimento e esse mesmo progresso técnico não teriam como contrapartida um aperfeiçoamento e amadurecimento das subjetividades. Daí a contradição e o descompasso entre o acervo objetivo externo – à disposição da sociedade – e o seu aproveitamento para o crescimento existencial de alguns indivíduos. As consequências dessa situação seriam as dificuldades de sociabilidade e interação social entre seres humanos. Nesse particular, vale refletir sobre algumas características do mundo moderno – a anomia, a marginalidade, a violência, o consumismo, sobretudo o compulsivo, os conflitos entre gerações, o individualismo, o comportamento condicionado pela massificação. O que se pode inferir da leitura dos autores anteriormente mencionados é que esse paradoxo da modernidade estaria presente em todos os segmentos sociais.

Como exemplo da “atividade associativa” a que se referem Georg Simmel e Gilberto Velho, vale refletir sobre movimentos socioculturais que, nos tempos modernos, se contrapõem ao individualismo, contribuindo para o desenvolvimento das *culturas subjetivas* naqueles segmentos sociais em que seus membros carecem de informação e/ou recursos materiais para valorizar a vida associativa, alcançar maior coesão social e transformar sua própria realidade. Estamos falando da ação coletiva levada a efeito por incontáveis entidades (associações, organizações não governamentais etc.) cujos membros interagem com outros grupos sociais, visando o bem comum, o bem-estar social e o aperfeiçoamento das instituições. Trata-se de movimentos que se gestam na sociedade civil, podendo estabelecer canais de diálogo com o Estado e com outras instituições sociais.

O desenvolvimento da atividade associativa pode contrapor-se à massificação e à homogeneização cultural, na medida em que se oriente pela valorização das culturas locais, comunitárias, promovendo os

folguedos, o artesanato, as formas tradicionais de organização comunitária como, por exemplo, o mutirão. Enfim, o incentivo à convivência, a valorização da sociabilidade!

Quando nos referimos a entidades que atuam em pequenas comunidades e em bairros periféricos nas grandes cidades, por exemplo, estamos pensando em organizações que, de um modo geral, contribuem para tornar acessíveis e difundir informações científicas, técnicas, artísticas e/ou humanísticas, visando ampliar horizontes e desenvolver as *culturas subjetivas* de cidadãos, tornando-os solidários relativamente aos destinos de seu próprio grupo social, da humanidade e do planeta Terra. Lembramos aqui, apenas como exemplos, as entidades que atuam no âmbito da defesa do meio ambiente (educação ambiental) e da economia solidária.

As academias regionais também podem contribuir para o desenvolvimento de culturas subjetivas em sua área de atuação.

As academias regionais

As academias regionais podem assumir – possivelmente, algumas já assumem! – função relevante nos municípios que constituem sua área de jurisdição. Poderão ter um papel importante na difusão da literatura, da arte em geral e de conhecimentos científicos sem esquecer o saber que a cultura popular tradicional proporciona a quem se interessa por suas manifestações. Vale lembrar que, no Brasil, a cultura popular tem enriquecido o romance, o conto, a poesia, a música, as artes plásticas, sendo também valorizada pelos estudos e pesquisas acadêmicas nas áreas do Folclore e da Antropologia Cultural.

A primeira condição para que as academias regionais assumam tarefas educativas nas comunidades em que os seus membros estão domiciliados é estabelecer vínculos com os professores e estudantes e com intelectualidade local. Enfim, estimular a sociabilidade; contribuir para a formação de redes socioculturais.

O potencial construtivo e criativo dessas academias deve ser ressaltado, sobretudo, para a divulgação da literatura, da ciência, das artes

em geral e da cultura humanística. Mas não se pode perder de vista outra contribuição relevante: incentivar a formação de grêmios estudantis, clubes literários etc. Não se pode esquecer que muitos acadêmicos são (ou foram) professores. Esse simples fato – o domínio da didática e o relacionamento com alunos e ex-alunos – facilita o contato em algumas comunidades.

As academias regionais podem tornar-se matrizes pródigas na organização de cursos, simpósios, seminários, palestras, conferências, exposições de artes plásticas etc. Esses eventos podem ter como tema a cultura regional – a história, a literatura, a cultura popular da região com seus folguedos, sua religiosidade, seus casos e mitos. Mas o patrocínio de pesquisas pode ser também uma importante iniciativa das referidas instituições. Não se pode descartar a possibilidade de as academias regionais tornarem-se um instrumento de divulgação de autores da literatura universal.

Outra função a ser assumida pelas academias regionais é a de promover intercâmbio cultural entre as diversas comunidades de sua jurisdição.

Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco

A *ACLECIA – Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco*, por seu caráter itinerante, é um exemplo esclarecedor. Cidades ribeirinhas do Rio São Francisco e de seus afluentes Uruçuia, Verde Grande e Velhas estão representadas nesta Academia. Quarenta cadeiras, com seus respectivos patronos, compõem seu quadro de membros efetivos, havendo também quadros de membros correspondentes e eméritos. Dentre os patronos de suas cadeiras, vale destacar nomes como Darcy Ribeiro, Francisco Iglésias, Godofredo Guedes, Hermes de Paula sem esquecer outros menos conhecidos, porém, igualmente importantes como Inácio Quinaud, Brasiliano Braz, Armando Braga e outros. No quadro de membros efetivos há romancistas, poetas, contistas, historiadores, artistas plásticos e folcloristas. (5)

Em seus nove anos de existência, a *ACLECIA* já se reuniu em São Francisco, Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, São Romão, Brasília de Minas. Certamente, uma das próximas reuniões será em Januária, por sua importância regional. Possivelmente, outras comunidades como Manga, Matias Cardoso, Bocaiúva etc. deverão também ser visitadas. Uma das reuniões festivas da referida Academia transcorreu num passeio a bordo do histórico vapor “Benjamim Guimarães”.

A relação da *ACLECIA* com aquelas cidades do Médio São Francisco ainda é tênue, mas pode tornar-se intensa, produtiva, tendo em vista o entusiasmo e alto nível de seus membros efetivos e correspondentes.

Além de sua produção intelectual em forma de antologias, informativos e, sobretudo, livros, escritos por seus acadêmicos, a *ACLECIA* tem potencial para tornar-se um fator de integração intelectual na área mineira do vale são-franciscano, despertando um maior interesse pela atividade intelectual nas diversas comunidades. Mas não se pode perder de vista o estímulo à vida associativa, sobretudo, entre estudantes, professores e leitores de um modo geral.

Conclusão

Valorizar e difundir a cultura humanística, incluindo aqui a boa literatura e a arte em geral, enseja o desenvolvimento das culturas subjetivas naqueles segmentos da sociedade que, embora receptivos, são carentes de atividade associativa e intelectual. Neste particular, as academias regionais podem assumir função relevante, estimulando a convivência intelectual nas comunidades em que atua.

Notas e Referências Bibliográficas

1. VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade* – uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, Coleção Antropologia Social, pp. 14-15.
2. Ibidem, idem, p. 16.
3. Ibidem, p. 14.
4. Ibidem, idem.
5. Informações sobre a ACLECIA – *Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco* disponíveis em www.aclecia.art.br e nos números do boletim *Acleciano*.



YARA TUPYNAMBÁ, UMA ARTISTA E SUA SINA

Adair José*

Pedem-me que escreva sobre Yara Tupynambá uma vez mais, Que posso dizer sobre a artista que outros já não tenham dito? Que posso acrescentar à já extensa lista de estudos sobre a artista, onde pessoas realmente qualificadas pelo conhecimento já não o disseram? De pintura nada entendo, não é o meu lugar comum e meu conhecimento não alcança tão alta esfera do labor humano. Dela, a artista, creio que já se disse tudo. Sua obra vem sendo arrancada a ferro e fogo de dentro da alma de uma mulher notável, vem se fazendo no debulhar de muitas décadas, e o reflexo de seu ofício de há muito deixou as fronteiras brasileiras e se tomou pária neste vasto mundo de Deus que os homens insistem em chamar de seu. Lugares que a gente sequer pensa existir existem, pois o nome de Yara Tupynambá lá está numa privilegiada posição de representante do Brasil. Não do Brasil político-administrativo, mas de um Brasil culto, ainda que europeus e americanos pensem que nós, a gente “miúda” do chamado terceiro mundo sejamos subclasse e broncos como batatas debaixo da terra.

Yara, a pessoa humana – terrivelmente humana, melhor dizendo, pois ela o é – essa eu conheço de longa data e me sinto gratificado por ter lugar na lista dos seus afetos. Poderia falar então da mulher baixinha,

* Escritor. Reside em Dores do Indaiá.

trigueira, sensível e, sobretudo, pessoa. Conheço-a já por quase três décadas. Apesar da auréola que as mãos da fuma lhe impuseram, sempre a vi como um ser humano sensível, meigo e bastante solitário. Uma mulher que se desdobrou em si mesma fazendo-se múltipla e vária, uma operária como ela própria se qualifica, sempre à disposição da arte e do conhecimento, conhecimento esse que ela divide generosamente com seus alunos, seguidores e amigos.

Da convivência teci o retrato da mulher, que é diferente da artista. Como pessoa Yara é capaz de risos e travessuras e outro tanto de lágrima e gestos meramente humanos. Mas na pele da artista, da tecelã de lonjuras e chãos pisados de gente e mitos, Yara é ácida, fechada em tomo de si e de seu mundo. Se a pessoa é frágil e incapaz de superar as fronteiras da vida, como a nós outros, a artista, o seu duplo, é única, severa e chega mesmo a ser cruel – consigo e com os outros. É exigente e incapaz de perdoar, já que não admite falhas; para ela a arte deve transmitir aquilo tudo que foge da capacidade de raciocínio do homem, senão não é arte, é passatempo. Esse apuro, esse refino é marca própria de sua geração. aquela porção que conviveu com Guignard, a mesma geração que hoje segue com serenidade criativa em meio aos loucos ventos destes tempos esquisitos de gosto, de valores e qualidade artística.

Quando a igreja, acho que de Ferros-MG., impôs restrições ao seu Adão pelado, exigindo a clássica folhinha de uva sobre a genitália, invocando o Davi do Vaticano, inquisição, censura ao livre pensar e artistas da vanguarda francesa, a artista saiu “macha” e deveras machucada na defesa do que criara. Respondeu que vergonha mesmo não era uma obra de arte nua, mas sim, gente nas ruas pedindo pão enquanto igreja e governo usavam óculos escuros. Remoou sua mágoa, pisou duro, procurou rádio, televisão e redações de jornais, falou palavrões, derramou o fel e lavou a alma enfim, indiferente à sombra do governo militar. Depois, calada como convém a uma mineira, buscou sua vingança no seu próprio ofício. Passou a pintar umas mulheres rudes tiradas da paisagem entrecortada de sombras e luzes, misérias e grandezas do Vale do Jequitinhonha. As tais mulheres traziam mãos grandes, prontas para quebrar a cara do mundo (ou seria para o afago’?). Era o seu modo de

dizer que uma sociedade que gasta fortunas com fantasias de carnaval que acabam virando cinzas, tem a cara de pau de pechinchar para comprar um quadro artístico apenas para se dar ao luxo de ter uma assinatura famosa na parede. A mesma sociedade que censura arte, cinicamente se despe nas roubalheiras e nos desvãos da prostituição em troca de pão e poder.

Quando picharam seus painéis públicos nas ruas de Belo Horizonte a história se repetiu. Aos gritos e sufocada pelas lágrimas, de novo revirou mundos e fundos em busca de um culpado. Não poderia culpar o “povão”, que este segundo ela, respeitava a polícia, isso, se não me engano, na década de setenta. A culpa por certo era do governo que não implantava nas escolas cursos específicos de artes e respeito pelas coisas coletivas. De novo a fúria de Yara alcançou a sociedade. Cansada dessas e outras tantas mazelas, arrumou as malas e deu um giro pelo exterior. Retornou disposta a ser ela mesma, foi para o Vale do Jequitinhonha, percorreu cidades, histórias e, lentamente, buscou refúgio nas coisas de Minas onde sempre se sentiu completa. Calou para dentro o seu inconformismo declarando que não era dona do mundo, apenas uma artista que teve a infelicidade de nascer na época e no lugar errados.

Diferente da mulher, a artista cotidianamente vive o difícil parto de sua arte entranhada nas paisagens de precipícios e brusquidões de uma Minas Gerais de belezas e contrastes que vai muito além das cidades históricas. Uma Minas Gerais de dentro, limpa e devota do humano. Para ela esse parto embora doloroso, deve ser espontâneo, sem bisturis e disfarces. A arte de Yara é o seu próprio esconderijo. É mais que um ofício. Isso é um reflexo das muitas curvas da estrada trilhada pela mulher Yara Tupynambá. Vinda do interior de Minas, não aceitou desempenhar um papel convencional numa sociedade que massacrava vontades e vocações. Recusou-se a ser professora apenas por imposição da época, quis ser personagem de frente e não de bastidores. Isso num tempo em que a sociedade colocava num mesmo patamar artista e prostituta. Não aceitou o rótulo de mercadoria estocada á espera de um possível comprador. A sociedade do tempo de sua juventude oferecia libertadores mas Yara queria algo maior: queria liberdade. Pisou fundo sobre a tradição

mineira, engoliu seu próprio vômito, arregaçou as mangas e foi indo na contramão de tudo. Conheceu na carne o peso da romântica palavra renúncia. Abriu mão de seus próprios valores, arriscou a própria honra tão cara às mulheres de então. Berrou em praça pública e redações de jornais que ela não nascera para repetir em si o destino de multidões de mulheres estranguladas pelo cinismo de uma era. Seu negócio ia além da tranquilidade de uma casa, um ordenado e um sobrenome que lhe pesariam como grilhões.

Pagou o preço, mas consegui sair inteira dessa odisséia. Ficaram as cicatrizes, pois Yara é uma pessoa dada à solidão, a caminhar em torno de si mesma. Apanhou e acredito que bateu também. Sozinha ela se fez, e sozinha tem carregado os fardos de uma arte que, embora parte de si mesma, tem lhe custado até mesmo lágrimas e vez por outra o escárnio de alguns. Acredito que alcançou o cerne daquilo que buscava. Já ouvi várias vezes indagações do porquê dessa fixação por Minas. Ela já respondeu a isso milhares de vezes. Seu negócio não é a paisagem em si mesma; se assim fosse, teria se tomado copista, embarcado velozmente de corpo e alma na onda de casarões e igrejas do barroco mineiro, como ocorreu em grande escala nos anos sessenta até meados da década de noventa. Sempre frisou que para ela Minas está entranhada no seu sangue como uma ferrugem semelhante ao sangue das quaresmeiras e montanhas férreas e que a envolve e a faz ferir os pés sempre neste caminho que rotulou-se de mineiridade. Mas nos irrevelados da artista, a permanência do humano tem sido a tônica de toda sua jornada arte afora. Recordo-me de que, quando a conheci, fiquei escandalizado ao constatar calos nas mãos da artista... E ela, num riso grande, disse-me apenas que se eu pensava que mãos de artista só alisam cetins e sedas, estava enganado. Mãos de artistas lidam com coisas mais duras. E citou o barro, a madeira, os metais e ainda, pincéis e lápis, os instrumentos próprios do ofício. E eles pesam pois representam um compromisso com a vida. Sarcástica, arrematou dizendo que "nós, artistas, vivemos de pão e mexericos, entende?" Entendi no decorrer do tempo, na convivência, testemunhando lutas no campo pessoal e artístico. Compreendi sim, que por trás do artista é imorredouro o humano que em nada difere das pessoas comuns. Um

artista, ainda que acumule fortunas, passa pela dura bigorna do existir, conhece infernos e desertos para alcançar a plenitude. Amei essa artista primeiro como pessoa, me vi igual a ela, gente buscando, fazendo, cavando um caminho dentro da vida. Somente muito depois é que a amei como pintora, mesmo não compreendendo de forma precisa o seu trabalho, a admirava pela capacidade de transformar pensamentos em imagens. E fui vendo a denúncia discreta nos seus tipos humanos. Enquanto uns jogavam bombas, outros buscavam desmascarar governantes através do terror, Yara, numa muda alquimia, transformava vultos em coloridas metáforas. E creio que poucos entenderam esse gesto de insubmissão da artista. E dentre eles cito Maristela Tristão, através da qual entendi essa verdade silenciosa no desinteressado jogo de ligeiras mas bem endereçadas indiretas. Era parte de nossas vidas, de nosso mundo em transformação. Lembro-me que nas muitas manifestações de Minas em favor de Tancredo Neves; Yara era uma das mais assíduas e barulhentas tietes do ex-governador mineiro. Poderia ter usado seu nome, sua fama, mas escolheu a sombra. Não duvido que tenha, discretamente, se envolvido em atividades antimilitares, afinal sua casa sempre aberta serviu de embaixada e lugar de exílio para gente de todos os naipes.

Ainda quanto à questão de Minas inserida na sua arte, Yara sempre deixou evidente que seu matiz mais forte é mesmo o homem. Sempre evocou a figura humana. Aliada à grande solidão que é parte do viver de cada um, os tipos mineiros tornados motivos de sua pintura têm como principal função retratar o homem de qualquer tempo ou lugar. E suas figuras estão sempre entretidas num fazer qualquer. No seu mundo não há lugar para o ócio; sempre criativos, os seus personagens repetem no quieto gesto plástico o movimento da vida. Fazem. Assim, tanto faz um tipo tirado dos sertões de Minas quanto um deus grego (coisa que ela experimentou em determinado tempo), o homem é sempre o mesmo, indiferente à geografia, lugar e fases históricas. O sentimento que o homem da Grécia de três mil anos já passados experimentou, é o mesmo que visita o homem que empresta sua presença ao século XXI. Yara usa a superfície apenas como decoração, sua viagem vai mais longe: o que está nos rios de dentro. São nesses rios profundos que ela procura beber.

Isso ela vem transmitindo desde o começo de sua trajetória, enfatizando sempre que para ela é a condição humana; o pensar e o sentir do humano que importam na sua criação a série dedicada a Carlos Drummond Andrade, por exemplo, é uma amostra clara do que ela sempre disse. Usou um tema e um personagem caro aos brasileiros, mas o que ficou grafado foi o tema da universalidade. O personagem ali exposto é um homem contando sua história, testemunhando o seu tempo e suas ideias. Drummond deixou de ser um luxo mineiro e uma celebridade brasileira; tornou-se naquilo que ele sempre fora e que o véu da fama ocultou – um homem como uma multidão de outros. Minas, assim, ficou como subterfúgio, marca que está dentro da mulher e não da artista. Por esta razão os seus tipos são sempre os mesmos – Minas e os mineiros. Yara é parte de Minas, está entranhada nos seus Gerais e isso vem de muito longe, vem de suas origens e de sua formação. Como poderia despir-se da própria pele para vestir estranha roupa se mulher e chão estão definitivamente entrelaçados?

Certa feita, um determinado trabalho de Yara deveria conter umas florzinhas do campo. Mas onde achá-las no asfalto? Yara revirou Belo Horizonte em busca das tais flores. Finalmente, não me lembro mais de onde, surgiu um vasinho de cerâmica com umas minguadas florzinhas tipo margaridas, muito singelas e de um branco irritante. Alguém dentre a turma, de uns oito ou dez membros, ficou admirado e abobalhado ao mesmo tempo por ver uma mulher famosa fazendo escarceus por causa de uns raminhos tão singelos. Artista que é artista usa a imaginação, copia de livros, inventa. Por causa desses raminhos magros deixou-se de lado todo o trabalho, etc. e tal. Poucos viram a ternura com que Yara transpôs para a tela as flores. E no conjunto da obra, aquelas ervinhas campestres ganharam vida exuberante. Como deixar de entender que a necessidade dos símbolos do que lhe é próprio é essencial no ato criador? Aquelas flores são comuns no interior de Minas, e como as figuras humanas de Yara, elas não poderiam ser reinventadas pelo imaginário, o contato das mãos com as pétalas trouxe à artista, via mulher, a seiva que emprestaria a cor predominante numa peça que, hoje eu sei, era uma polia para a fuga da artista, os seus exílios de tudo e de todos, inclusive de si mesma

enquanto celebridade. Em verdade, cansada da repetição de seu duplo, Yara queria mesmo era ser pessoa naquele momento. Tempos depois vi uma reprodução do quadro. O efêmero e o duradouro estavam ali, terra e seiva misturados com figuras humanas. O simbólico e o pessoal entrelaçados numa universalidade gritante e imutável.

Entro no campo pessoal da artista não com o intuito de zombaria, mas sim, porque essa abordagem se faz necessária para que se possa compreender a trajetória de Yara Tupynambá, artista. Acostumados a ouvir dela falar como pintora, esquecemos que por detrás do nome que assina quadros existe uma figura real. É essa figura suja de realidades que nos interessa em primeiro plano. Os críticos normalmente falam daquilo que lhes é próprio, falam da obra porque é nela que eles entendem o mundo e o significado do fazer artístico. Foram preparados para essa finalidade e são eles que estabelecem a permanência ou não de um artista na cena. Eles conhecem o sentido da criação, estão dentro de seu universo. Respeito-os. Falo da pessoa que empresta um corpo à artista” pois essa eu conheço e entendo como amigo e como semelhante.

Li em algum lugar que a chilena Gabriela Mistral, pouco depois de finda a guerra, andava entre as ruínas daquilo que fora uma bela e grande cidade europeia. A poetisa com sua sisuda e famosa personalidade caminhava em meio às ruínas de algo que ela por certo conhecera e amara. Desolada ante o cenário de destruição que seus olhos contemplaram, balançou a cabeça tristemente e murmurou que “não acredito em mais nada, somente na minha poesia”.

Ora, Gabriela Mistral falava de algo que ela compreendia, algo que era parte inseparável de sua própria personalidade. Sabia que num mundo em ruínas somente os olhos de um artista conseguiriam ver para além dos escombros. Talvez tenha compreendido que além dos cenários também estava em ruínas a própria humanidade, como de fato aconteceu. Naquele momento ela falava claro, sem deixar entrelinhas no que pensava. Vale recordar que Gabriela teve capacidade de sentir dores de parto e parir filhos da alma sem que seu corpo tivesse conhecido homens.

Uso aqui o já clássico caso de Gabriela Mistral para tentar explicar como vejo e sinto a criação de Yara Tupynambá. O artista consegue ver

mais longe, consegue atravessar os pesados véus que envolvem a existência e, em consequência disso, sofrem mais que as pessoas comuns. Sofrem porque não aceitam as coisas tais como elas são, buscam um lado escuro que o homem comum não entende porque está acima de sua capacidade de raciocínio. Talvez por esta razão muitos dos chamados gênios só alcançam essa condição depois de mortos, depois que suas vidas são investigadas e as pistas vão levando os investigadores de encontro aos caminhos por eles percorridos. A partir do momento em que despimos o artista de sua condição de fazedor de artes é que vamos abraçar plenamente a pessoa do artista, aquela que ficou na sombra, nas gavetas de bastidores. E é exatamente essa, a pessoa, o que fica, já que o artista dentro de sua época reflete o pensamento, o sentir e o querer do corpo que o hospedou.



REVOLUÇÃO DE 1930: A TOMADA DO 12º RI EM BELO HORIZONTE⁽¹⁾

*Paulo Fernando Silveira**

Nos três dias seguintes ao início da revolução, a população de Uberaba acompanhou, pacificamente, o desenrolar da crise nacional. Os acontecimentos ecoavam distantes. Aparentemente, nada tinham a ver com a vida local. [...] Soube-se que o governador de Minas, Olegário Maciel, colocara-se à frente do movimento insurreto ao determinar, no mesmo dia em que a revolução tinha sido deflagrada, que a polícia estadual tomasse de assalto o quartel do 12º Regimento de Infantaria do exército, sediado na capital. Tal, porém, não aconteceu assim instantaneamente, mesmo porque o secretário de segurança pública, Christiano Machado, procurou, primeiramente, intermediar uma rendição pacífica, quando soube da prisão do comandante daquele regimento, o tenente-coronel José Joaquim de Andrade – que se encontrava em sua residência particular, na rua da Bahia, esquina com a praça da Liberdade – e de outros oficiais. Permitiu, assim, que o inimigo se preparasse para o combate e, até, entrasse em contato, pelo rádio, com o comando geral no Rio de Janeiro. Às 17 horas, o 1º Batalhão da Força Pública, sob o

* Escritor e jurista. Membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

comando do tenente-coronel Antônio da Fonseca, movia-se em direção ao quartel do exército. Nesse ínterim, pequenos contingentes eram destacados para tomar as repartições federais. Tudo corria normalmente, conforme o plano original, quando os legalistas, que protegiam a Delegacia Fiscal, resistiram e trocaram tiros com os policiais militares. Depois de uma rápida refrega, que deixou um morto de cada lado, e um PM ferido, que veio a falecer, o edifício foi conquistado. Um emissário foi enviado ao 12º RI, retornando às 21:30 horas sem ter conseguido que os governistas se entregassem. O regimento, no entanto, estava desfalcado de seus oficiais superiores e, mesmo, de muitos soldados rasos, que estavam fora, a serviço ou de licença. *“Para se conseguir cerca de 400 homens, foram precisos diversos toques de reunir e houve de se efectuar no Barro Preto, Barroca, Prado e cidade, a prisão de numerosos praças. Os soldados ignoravam o que se passava. Mas, disciplinadamente, obedeciam às ordens, que eram de preparo para a defesa do quartel.”* (2) Na esperança de uma rendição rápida, as autoridades estaduais fixavam o prazo final e improrrogável para o ato, cujo termo, no entanto, era sucessivamente postergado e ampliado.

Ao descer da noite, às 18:30 horas, algumas centenas de civis, não contendo sua curiosidade e excitação, rumaram em direção à praça da Liberdade, em busca de informações e para assistir alguma movimentação de tropa, ou, até, uma eventual troca de tiros, que parecia iminente.

“Durante toda a noite, no Palácio da Liberdade, o presidente Olegário Maciel, cercado de membros do governo, acompanhava o movimento, sereno e confiante na vitória da Revolução. Poucos minutos depois da meia noite, recebia-se a primeira comunicação do Sr. Getúlio Vargas. A guarnição de Porto Alegre havia resistido, provocando um choque rápido e sangrento. O commandante da Região Militar, general Gil de Almeida, fora feito prisioneiro, com seus officiaes. O mesmo radio anunciava a adesão de todas as demais unidades federais aquarteladas no Estado.” (3) Os secretários revolucionários presentes na reunião com Olegário Maciel eram os do governo anterior, de Antônio Carlos.

Noticiou-se, de madrugada, que o Estado do Paraná havia aderido à revolução. Estrategicamente, era um fato sumamente relevante. Além

de impedir a descida das tropas paulistas, leais ao governo federal, facilitava a ação dos gaúchos, já que, vencida a resistência no Rio Grande do Sul, teriam que combater apenas os militares de Santa Catarina. Da Paraíba vinham notícias da deposição do governador, que fora substituído por José Américo de Almeida. No entanto, na capital da república, as forças de terra, ar e mar continuavam fieis ao presidente Washington Luiz.

Em Minas, a situação ainda estava indefinida. Todas as guarnições do exército se mantinham do lado do governo federal. Ademais, temiam-se ataques na fronteira nordeste, por tropas vindas da Bahia (o vice-presidente de Júlio Prestes era da Bahia), na zona da Mata (Juiz de Fora), por tropas oriundas do Rio de Janeiro e no sul do Estado, em Pouso Alegre e Itajubá, por forças paulistas.

Na capital, às cinco horas do dia 4, um tiro de canhão anunciou o rompimento das hostilidades. Às sete horas, mais tiros de canhão foram ouvidos. Significava que o 12º RI iria resistir ao assalto. Uma hora depois, a fuzilaria cerrada denunciava o início real do confronto. O tiroteio persistiu até às cinco da tarde. Durante a noite, a força pública mineira aproveitou a penumbra e a escuridão para melhorar sua posição, ficando mais perto da base inimiga, e se reabastecer de munições. Esporadicamente, o tiroteio continuava, sendo que às duas da madrugada iniciou-se uma carga de fuzilaria, que perdurou até às quatro.

No dia 5, às duas da tarde, um aeroplano legalista sobrevoou a capital mineira. Em voo lento, ele passou sobre os quartéis da polícia, do exército e Palácio da Liberdade, regressando depois ao Rio de Janeiro. Durante todo esse dia, o tiroteio continuava, embora intermitente e menos cerrado. De outra banda, um avião dos rebeldes atirava folhetos sobre o quartel do adversário, intimando os sitiados a se renderem.

Durante o dia 6, o tiroteio, embora esparso, prosseguia dia e noite. Contudo, sem nenhuma efetividade visível para ambas as partes beligerantes. À tarde, dois aviões inimigos, da Escola de Aviação, sobrevoaram a cidade e jogaram três bombas nas linhas de frente da força pública mineira. Erraram o alvo e não fizeram vítima alguma. Um dos aeroplanos, ao fugir precipitadamente do fogo que lhe foi lançado, caiu

logo que deixou a cidade. O outro desceu no campo do Barreiro. O piloto foi conduzido, preso, à secretaria do interior. Na expectativa de receberem reforços, depois de ficarem alentados por terem avistado o avião federal, os soldados do 12º RI, embora sem água, médico e rancho, resistiram mais aquela noite e todo o dia seguinte.

No entanto, no dia 7, *“o commandante Andrade, prisioneiro dos revolucionários desde o dia 3, scientificado pormenorizadamente da marcha da Revolução, resolveu mandar uma mensagem aos seus ex-commandados, dando-lhes noticia do movimento e avisando que os chefes revolucionários em Bello Horizonte, tendo necessidade de deixar a Capital desembaraçada afim de seguir para o interior, estavam dispostos a fazer o bombardeiro aéreo da praça de guerra.”*(4) Contudo, não conseguiram fazer o documento chegar ao destino. No dia seguinte, novo apelo foi formulado e, finalmente, entregue.

Às 11 horas do dia 8, o 12º RI hasteava duas bandeiras: uma amarela e a da Cruz Vermelha. Tinha feridos para tratar e mortos para enterrar. O capitão Celso de Mello Rezende veio ao encontro do coronel Luiz Fonseca para discutir os termos da rendição. Ficou estipulado que a todos seriam dadas plenas garantias de vida, permitindo-se àqueles que interessasse o ingresso nas forças revolucionárias. Aceito o acordo, a polícia mineira ocupou o quartel do exército. Foi hasteada na fachada principal do edifício a bandeira branca. Estava encerrada a luta na capital. (5)

Na realidade, a luta foi muito mais ferrenha do que se imaginava. Não ficou só numa simples troca de tiros, de longe, entre PMs e soldados do exército, todos entrincheirados. Os combates foram surpreendentemente inesperados e sangrentos, inclusive com enfrentamentos frontais, a ver:

“O 12º RI enfrentara cerca de 4 mil homens da Polícia Militar, causando baixas consideráveis no inimigo. Sem água, luz, telefone, oferecera resistência surpreendente, mesmo sem a presença do seu comandante, preso pela polícia civil quando voltava das compras. Boa parte da oficialidade fora também detida em casa, os mais moços quando passeavam pela cidade. Desfalcado dos seus melhores oficiais, o 12º RI não dispunha de condições psicológicas e materiais para resistir a seus sitiamentos. Tinha poucos soldados, não havia médico, a farmácia estava

quase sem medicamentos e as provisões eram escassas. Acreditava-se tanto na sua incapacidade de luta que se despachou um pelotão rebelde com trinta homens, comandado por um sargento do Corpo de Bombeiros, para exigir a rendição do quartel. Em Minas, os responsáveis pelo levante desconheciam o treinamento militar, a formação cívica e moral e a disciplina que o tenente-coronel Joaquim de Andrade impusera a seus subordinados. Desde o final de abril de 1928, quando chegara a Belo Horizonte para assumir o comando do regimento, todos os dias, após o café-da-manhã, havia aulas de ginástica, prática de esportes. Criara, inclusive, uma escola para alfabetização dos conscritos. Aos sábados, depois do almoço, assistiam-se conferências sobre temas históricos, em que eram lembrados exemplos de bravura, heroísmo e amor à pátria. Na tarde 3 de outubro, minutos antes do cerco, o oficial de dia estava no rancho quando recebeu a notícia de que tinham prendido o comandante. Em seguida, foi alertado de que forças hostis se preparavam para atacar o 12º RI. Ordenou o toque de reunir e iniciou-se a distribuição do armamento, da munição. Soldados ocuparam pontos estratégicos para barrar o avanço do inimigo. Buscas realizadas, às pressas, com a ajuda de um caminhão, nos bairros de Barro Preto, Barroca, Prado e outros pontos da cidade, reuniram cerca de quatrocentos homens para defender o quartel. A desassomburada resistência do regimento surpreendeu os insurretos. A proclamação do presidente Olegário Maciel, veiculada na manhã de 4 de outubro através do jornal Minas Gerais, estava em desacordo com a realidade: “A revolução que surge vitoriosa é um movimento conservador, apoiado por todos os políticos patriotas e pelos elementos conservadores da Nação. O povo e o governo de Minas dão-lhe sua inteira e irrestrita adesão”. Dias depois, a luta continuava sem perspectivas de solução. Os combates podiam ser ouvidos em toda a capital. A reação do 12º RI era inexplicável. Nem a superioridade de forças do adversário intimidava a tropa. O governo do Estado temia que o 10º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Ouro Preto, marchasse em direção a Belo Horizonte para romper o cerco ao quartel. Como não conseguiam invadir o regimento, os rebeldes lançaram de avião boletim ameaçando seus defensores com bombardeio aéreo, “se içarem bandeira

branca e se entregarem não sofrerão represálias. Se continuarem a resistir teremos de ser impiedosos". A visão externa do 12º RI era desoladora. Não havia mais janelas, todas as paredes estavam cravejadas de balas; com o impacto das rajadas de metralhadora, o reboco se desprendera, deixando os tijolos à mostra. No prédio principal, a balastrada da sacada do estado-maior desmoronara com os tiros de canhão. No ar, um cheiro insuportável de carne putrefata; eram os cavalos do regimento, mortos nas baias; pelo fogo inimigo. Do lado de fora, havia também cadáveres de rebeldes insepultos. Nas valas cavadas em torno do quartel, revolucionários feridos aguardavam socorro dias seguidos. Contavam-se às centenas os policiais militares internados no hospital da corporação. Considerado exemplo de construção militar, no alto de pequena elevação, o quartel era formado por um conjunto de edificações. O regimento tinha também excelente sistema interno de trincheiras subterrâneas, sem comunicação entre si, ligavam-se ao rancho, ao paiol de munição e ao prédio do Estado-Maior. Uma das galerias subterrâneas ia ter a um pequeno orifício a 120 metros do quartel, na esquina da Avenida Itacolomi com as Ruas Juiz de Fora e Quimbiras (sic). Nesse ponto, o 12º tinha uma metralhadora de ação efficientíssima. O avanço da polícia, além do barranco da Rua Timbiras, era impossível. No dia 8, às 11:00 da manhã, foram hasteadas duas bandeiras no telhado, uma amarela, outra com a cruz vermelha. O regimento decidia se entregar, diante da ameaça de bombardeio aéreo. Os portões abriram-se e surgiu a figura desgrenhada de um soldado músico, que tinha servido como padoleiro durante os combates. Empunhando bandeira branca, ele desceu lentamente a ladeira que ligava a Avenida Paraopeba ao 12º RI. No interior do quartel havia mortos e dezenas de feridos que necessitavam de material para primeiros socorros, como iodo, gazes, ataduras, esparadrapo. O coronel Luís Fonseca, que chefiava as tropas rebeldes, autorizou a entrega dos medicamentos, e o soldado retornou ao quartel. Logo depois, aparecia no portão o capitão Celso de Melo Resende, que comandava a resistência. O oficial é conduzido à Secretaria do Interior, onde se encontrava o Estado-Maior da revolução, em Minas Gerais. Após longa negociação,

voltou ao regimento para discutir as condições impostas para o cessar-fogo. Os oficiais ficariam prisioneiros nos salões da Secretaria, as praças seriam levadas para o 5º Batalhão da Polícia Militar. Desarmados, cobertos de poeira, os soldados deixaram o quartel de cabeça erguida, "uma longa aclamação saudou-os e acompanhou-os por todo o trajeto". O povo aproximava-se para ver de perto o cenário da luta, trincheiras abandonadas, cavalos mortos, cunhetes de munição espalhados pelo chão, paredes caídas, os danos imensos que a artilharia causara à edificação do quartel. "Belo Horizonte jamais contemplaria semelhante espetáculo". (6)

Desse modo, sob fogo cerrado da força pública mineira e de batalhões de voluntários civis, centenas de soldados do 12º RI abandonaram o quartel e aderiram ao movimento revolucionário, que acabava de eclodir. Depois de uma sangrenta batalha, a força do governo federal em BH acabou se rendendo. Na refrega, 16 legalistas foram mortos. Muito maior era a quantidade de rebeldes que perderam a vida em ação, sem falar dos inúmeros feridos.

Um incidente curioso, não muito bem explicado, que causou muita perplexidade, ocorreu inesperadamente no final da tomada do 12º RI, envolvendo um oficial da polícia mineira, lotado em Uberaba, e seu filho, um tenente do exército, incorporado nesse regimento. O fato foi assim narrado: O 4º Batalhão forneceu um contingente para o início da batalha fratricida da tomada do quartel do 12º Regimento de Infantaria, localizado na Barroca, em Belo Horizonte. Foi uma verdadeira carnificina, onde sobressaiu a conduta do major Bragança, da Polícia Militar que, tendo um filho, o tenente José Lopes Bragança como integrante do 12º Regimento de Infantaria, preferiu abrigar-se na tropa do Exército a combater contra o filho. A rendição da tropa sitiada foi dramática. Com a luz e a água cortadas, com vários feridos precisando de socorro, o capitão Josué Justiniano Freire pediu uma trégua para retirar os feridos. A resposta foi que somente haveria possibilidade de rendição. Diante dessas circunstâncias, optou-se pelo cessar-fogo e a rendição do aguerrido 12º R.I. O coronel Otávio Campos do Amaral e seu filho, cabo José Oswaldo Campos Amaral, tomaram o quartel e foram encontrados, em um

cubículo, o major Bragança. Nisso entrou o sargento Ananias de Paula Mendonça, conhecido pela sua valentia. No interior do cubículo ouviu-se um estampido. Ao sair o sargento alegou que o major Bragança havia se suicidado. A polêmica desse episódio avançou no tempo.(7)

Não obstante a rendição do regimento legalista, a situação militar em Minas não estava ainda totalmente controlada, principalmente porque "A rendição dramática do 12º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte, assustou ainda mais o governo. Apesar de o presidente Olegário Maciel ter proclamado a vitória da revolução na noite de 3 de outubro, várias guarnições federais, como o 4º Regimento de Cavalaria Divisionária, em Três Corações, ainda resistiam ao assédio das tropas estaduais, 12 dias depois de iniciado o levante."(8)

Somente no dia 15 é que foram vencidos o 11º RI, em São João del-Rei, e o 4º RCD, em Três Corações. O 10º RI, em Juiz de Fora, ofereceu maior resistência, só sendo derrotado em 23 de outubro. Para a zona do Triângulo Mineiro, o plano Odilon Braga se mostrou totalmente inconsistente por não ter sido capaz de prever a dimensão da luta que ali seria travada. Na região de fronteira, no vale do Rio Grande, o enfrentamento das forças em conflito, oriundas de Minas e de São Paulo, foi bastante inesperado, surpreendente, tenaz e duradouro. Em solo mineiro, aconteceu, entre outras, a feroz batalha de Delta.

Notas:

- (1) SILVEIRA, Paulo Fernando. *A Batalha de Delta*. Uberaba: 2ª edição, ampliada, em fase de revisão.
- (2) MORAES, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e Na Revolução*. Belo Horizonte: Edições Pindorama, 1933, pg. 417
- (3) Idem, pg. 419
- (4) MORAES, Aurino. Op. cit. pg. 430 (6)
- (5) Idem, pg. 433

- (6) MEIRELLES, Domingos. 1930-*Os Órfãos da Revolução*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005, pgs. 584/6
- (7) RIBEIRO, Alaor. *Revolução de 1930*. Uberaba: *Jornal da Manhã* de 22.2.2005, pg. 2
- (8) MEIRELLES, Domingos. Op. cit. pg. 584



O NASCIMENTO DA REPÚBLICA NO BRASIL

*Maria de Lourdes Dias Reis**

A criação da República no Brasil sempre foi um sonho acalentado. Na época colonial, a Inconfidência Mineira teve influência da Revolução Americana, que instituiu uma República democrática nas colônias inglesas e criou um país: os Estados Unidos da América. Em 1789 os inconfidentes mineiros sonhavam com a criação de uma República, cuja bandeira branca e vermelha estamparia os dizeres latinos *Libertas Quae Sera Tamen*. O sonho inconfidente foi frustrado em 1792 mas apenas adiou a ideia de república no Brasil.

Com a independência em sete de setembro de 1822 o novo governo foi instituído sob a forma de Monarquia, tendo como primeiro imperador D. Pedro I e transformando-se em seguida em Monarquia Constitucional. Agitada por conflitos internos, a Monarquia não durou muito e a abdicação do primeiro imperador ocorreu em 1831, quando foi criado o regime regencial, para muitos, “uma experiência republicana” que durou poucos anos.

* Da Academia Feminina Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O Segundo Império foi inaugurado com a antecipação da maioria de Pedro II com apenas 15 anos, que a oposição denominou de “Golpe da Maioridade”, para frustrar outras tentativas de implantação do regime republicano. No Segundo Reinado ocorreu a Guerra do Paraguai, de 1865 a 1870, época em que líderes políticos e jornalistas de tendência republicana atuavam principalmente na imprensa, divulgando ideias, escrevendo contra a monarquia e a favor de um governo republicano.

Após o término da Guerra do Paraguai em 1870, militares que ali atuaram tiveram contato com pessoas de outras nações americanas e viram que somente o Brasil tinha o regime de Monarquia e era ainda o único país da América a manter a escravidão. Assim, no seio do Exército Brasileiro que estava nascendo, surgiam ideias republicanas e abolicionistas. O Movimento Republicano ganhou força com a criação do Partido Republicano e a publicação em 1870 do *Manifesto Republicano*, sendo assinado pela liderança da Província de Minas e com a atuação decisiva de Joaquim Felício dos Santos. Este movimento republicano contou ainda com a adesão de alguns setores de grandes proprietários rurais que deixaram de apoiar o regime monárquico, por se sentirem prejudicados com a Abolição da Escravatura, assinada pela Princesa Isabel, filha do Imperador D. Pedro II.

A República foi proclamada em 15 de novembro de 1889 por Deodoro da Fonseca, líder do Exército, que era fiel à Monarquia mas se fez “republicano de última hora” em razão dos graves acontecimentos políticos. Vários “republicanos históricos” tiveram atuação de destaque no movimento republicano e nos primeiros anos da república, inclusive atuando como políticos, como Joaquim Felício dos Santos, Quintino Bocaiúva, Benjamim Constant, Campos Sales, Afonso Pena e Rui Barbosa, ex-monarquista desencantado com o antigo regime.

Os primeiros chefes de governo Deodoro e Floriano eram militares e foram muito autoritários, desagradando a alguns republicanos históricos que, desencantados, diziam que “esta não era a república dos seus sonhos”.

Esta República Velha, conhecida como a “República dos Coronéis”, pela influência dos antigos proprietários rurais, os antigos “barões do

café”, agora transformados em “coronéis”, durou até quando a “Revolução de 1930” levou ao poder um governo de cunho democrático que empreendeu várias conquistas sociais e políticas para o povo.

Na fase contemporânea a república do Brasil evoluiu mais, passando por altos e baixos em sua política rumo à democracia, e o povo conseguiu várias conquistas sociais e políticas.

Hoje, o Brasil caminha para o progresso, tentando realizar os sonhos dos republicanos históricos, buscando a felicidade, a igualdade cristã e o bem estar social de seu povo.



REPÚBLICA MANHUASSU

*Prof. Flávio Mateus dos Santos**

No princípio do século passado, a peleja entre o coronel e o vigário fez surgir no interior do Estado de Minas Gerais uma experiência política que ficou conhecida como “República Manhuassu” (1877 – 1896)

As manifestações do poder local durante o fim do Império e os primeiros tempos da República brasileira têm despertado o interesse pelo estudo da história regional e contribuído para a análise de diversos acontecimentos e experiências políticas que a historiografia voltada para esse período ainda não batizou.

Durante o fim do Império e os anos iniciais da República, o cenário político brasileiro foi marcado por tensões diversas decorrentes da oposição entre diferentes facções políticas e por conflitos entre o poder estadual e os Municípios. Esses acontecimentos traduziam a instabilidade política do período e as disfunções nos setores públicos e privados em função das alterações de importantes figuras do cenário político brasileiro (O imperador D. Pedro II, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes).

Inserida no campo da história política, a experiência política da “República Manhuassu” apresenta como proposta central analisar um

* Mestre e Professor da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu – Facig.

acontecimento ocorrido em 1896, no Município mineiro de Manhuaçu, que apresentou características raras entre os principais movimentos políticos ocorridos no Brasil durante os primeiros anos da República, e ficou conhecido como “República Manhuassu.” (1)

A “República Manhuassu” foi uma experiência política organizada por um coronel chamado Serafim Tibúrcio da Costa, o qual comandou um movimento que catalisou questões ligadas à política eleitoral, às demarcações de terras e às lutas pelo controle do poder local. Seu grande inimigo era o vigário Odorico Dolabela, que foi nomeado Prefeito do Município de Manhuaçu naquele período de 1896, fato este agravante para a ocorrência da citada experiência política.

Os envolvidos alimentavam o projeto de fundação de uma República e acabaram se utilizando de estratégias políticas muito semelhantes às do período de implantação da República no Brasil: emissão de moeda própria, organização de uma estrutura administrativa e até mesmo a criação de uma bandeira como mencionam algumas fontes registradas por Machado de Assis. No movimento estudado, houve também a invasão temporária das terras que se localizavam no Município de Manhuaçu, isolando-o de contatos com o poder público nacional.

Esta experiência durou aproximadamente 22 dias, iniciando-se no dia dez de maio de mil oitocentos e noventa e seis e terminando no dia três de junho do mesmo ano, quando o exército brasileiro invadiu o município, pondo fim aos planos do coronel Serafim Tibúrcio.(2) Tendo sido derrotados pelo exército, os revoltosos conseguiram fugir para o Estado do Espírito Santo, seguindo seu líder.

Os dados apresentados neste estudo indicam que a experiência deve ser entendida como resultado da fragilidade política que marca o fim do regime imperial e da instabilidade da fase de institucionalização da República no Brasil.

A análise do “compromisso coronelista” tem sido de fundamental importância para discutirmos as alianças entre o poder público estadual e as facções políticas locais do Município de Manhuaçu, bem como vislumbrar suas variações mais importantes (clientelismo e mandonismo) presentes no cenário da trama.

Para a realização deste trabalho, foram utilizados como fontes: mapas regionais do período estudado, entrevistas com pessoas que tiveram conhecimento dos fatos ou parentes dos envolvidos no acontecimento, além de jornais da época, como o Diário Oficial do Estado de Minas, o *Minas Gerais*, e os jornais *O Manhuassu*, *O Independente*, *O Rebate*, *O Pharol*, *O Jornal* – RJ, *A Lavoura*, *A Semana* – RJ, *Gazeta de Notícias* – RJ, assim como processos criminais instaurados contra o coronel Serafim Tibúrcio, o coronel Frederico Dolabela, o coronel Nicolau da Costa Matos e o vigário Odorico Dolabela. Recorremos também a trabalhos de historiadores locais e à literatura acadêmica sobre a história de Minas Gerais no período, para analisar as conexões do tema em questão com os acontecimentos políticos da época.

Optou-se por trabalhar com a análise do Município de Manhuaçu, não só por ter sido o local onde ocorreu a experiência política que ficou conhecida como “República Manhuassu,” mas também por ter sido naquele período uma das sedes regionais que faziam fronteira entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A região sofria naquele momento com conflitos decorrentes do litígio nas fronteiras estaduais, as quais ainda não se encontravam bem definidas.

Outro fator que contribuiu para a escolha deste município para realizar essa análise, foi o fato de Manhuaçu ter ocupado uma extensão territorial naquele período de dezoito mil, cento e dois quilômetros quadrados, que acabou dando origem a 51 municípios mineiros, contando com Manhuaçu, atualmente estabelecidos na região que ocupava o Município. O estudo dessa região, bem como sua fragmentação, fornecerá grandes contribuições para se compreender a história da formação política dos atuais municípios que se emanciparam dele.

Ao recuperarmos para a história o acontecimento que ficou conhecido como “República Manhuassu” teremos condições de investigar não só as bases dessa experiência política, como também observar se esse acontecimento foi resultado das crises que se estabeleceram no país durante a mudança de regime político e o período da institucionalização da República no Brasil.

O recorte temporal estabelecido para esse estudo de 1877 a 1896 procurou não só analisar o momento da emancipação desse município, mas também o aparecimento do coronel Serafim Tibúrcio nessa região e as conexões com os acontecimentos políticos da época.

Cabe aqui observarmos que a experiência da “República Manhuassu” não é mencionada em livros didáticos, e ainda é desconhecida por boa parte da historiografia que estuda os primeiros tempos da implantação da República no Brasil. A primeira edição desse livro, que ficou intitulada como: “A “República do Silêncio” foi esgotada em menos de um mês, tendo sido capa do jornal *Estado de Minas e Correio Braziliense* nos dias 20 de setembro de 2009. O título *República do Silêncio*(3) tem como principal objetivo mostrar a importância do silêncio desse acontecimento histórico, pois, nas palavras de Foucault “é através do estudo do silêncio podemos ter condições de desvendar as regras de aparecimento e desaparecimento dos discursos.”

A segunda edição será lançada em outubro deste ano e tem novas fontes incorporadas ao livro que revelarão novas situações, muito interessantes sobre o passado histórico do leste de Minas.

Notas

1. Cabe aqui informarmos que estaremos apresentando no decorrer da escrita desse artigo o nome do município em análise de duas formas diferentes: 1º) Manhuassu grafado com “ss” usaremos, em decorrência dos documentos daquele período analisado, sobretudo para referimo-nos à “República Manhuassu” (1877 – 1896), e ao jornal “O Manhuassu.” 2º) Manhuaçu, grafado com “ç,” de acordo com a grafia atual.

2. MINAS GERAIS. Acontecimentos do Manhuassu, 21/6/1896

3. SANTOS, Flávio Mateus dos. A “República do Silêncio”: Manifestações do poder local no leste de Minas Gerais. 1877 – 1896. Caratinga – MG: FUNEC, 2009, 1ª edição.

JOSÉ BENTO, NO BONDE DA VIDA

*Carmen Schneider Guimarães**

A história é verdadeira: a saga de um menino tímido e observador.

Toma-se o livro nas mãos e ali na capa, vê-se o bonde subindo a tradicional Rua da Bahia. Aberto o livro, *Passageiro do tempo*, constatamos sem maiores reflexões que a autoria é de um jornalista-escritor. A primeira página estampa um recorte de jornal com notícia política: “Uma reportagem que o DIP não fez”, datada de dezembro de 1944. O começo da história, entretanto, surpreende o autobiógrafo já aos 85 anos, quando diz: “A máquina começava a se desmantelar”. A máquina era ele próprio, com disritmia cardíaca.

Ficamos a nós perguntar: O escritor será mesmo o José Bento Teixeira de Salles, o cronista de hoje que não gosta de atestar opiniões sobre o trivial da vida, e pede ajuda ao personagem fictício, o Belísário, no golpe de esconde-esconde muito empregado por grandes autores, aqueles que usavam até pseudônimos para despistar sua identificação perante o público leitor? Será mesmo o eterno apaixonado pelas raízes luzienses e pela esposa “Maria Amélia, minha vida”? Certo que é o próprio.

* Escritora, Presidente Emérita da Academia Feminina Mineira de Letras.

O belo volume foi composto na fonte Perpetua com CTP, impresso na Gráfica Formato, faz pouco tempo, em junho de 2010. São três os principais tópicos de referência ao autor, colocados por ele mesmo, na “orelha” do livro. Cita Santa Luzia, onde nasceu em 1922, as posições que assumiu no Diretório Acadêmico, quando estudante na Faculdade de Direito de Minas Gerais, os cargos políticos e administrativos que o levaram especialmente a admirar o grande homem público, Milton Campos, Governador do Estado, quando foi seu Oficial de Gabinete, e a respeito de quem já escreveu a biografia. E finalmente, devido à sua timidez, a contragosto, identifica-se como membro da Academia Mineira de Letras. Fábio Lucas, colega acadêmico, um dos maiores nomes da crítica nacional, faz o Prefácio do livro. Ali está a análise contextual e a leitura psicológica do autor; a interpretação sem equívocos do intento confessional do biógrafo, que às vezes, demonstra vontade de reverter a prosa para a terceira pessoa, por modéstia. O lirismo, nos entresseios das lembranças, apenas enunciam, não denunciam o coração poeta.

Na abertura do trabalho, a prova: José Bento foi buscar estímulo e reforço em Santo Agostinho, um autobiográfico de robustas “confissões”: “A sede(é) da alma está na memória”, diz o filósofo. O autor faz disso um atestado de que não é a sede (ê) de vaidade que o impele às confidências (como as de Lamartine). Se o santo pode...

José Bento realiza o que autobiografias purificadas comandam: simplicidade no narrar, olhar atento ao derredor em vez de vertido determinadamente para o seu “eu”. Sabemos que autobiografias expõem, por vezes, exatamente essa característica: a exaltação do “sujeito pessoal”, o que o *ego sum* determina. Mas em *Passageiro do tempo*, a direção do veículo condutor da travessia temporal é outra, e JB confessa a respeito de suas memórias: “Gostaria de chamá-las “Minhas memórias dos outros”, pois minha intenção não é a de projetar a minha modesta pessoa, mas as experiências de vida e as personalidades que enriqueceram a paisagem humana do meu convívio memorialístico”, e este título já foi usado com felicidade por outro. E diz ainda o escritor, querendo justificar a narrativa do que viveu até hoje, aos 88 anos de vida: “A verdade é que no correr do tempo, sinto as horas, os dias, os anos se escoando na grande provação

da incerteza”. Descobre-se o homem, com pena, temeroso de que nada se salve daquilo tudo que viveu, e ainda se desculpa, acrescentando: “E percebo então que tudo é nada, diante da infinidade”. Sabe-se que o autor usa de espontaneidade em suas recordações, muitas jocosas, outras, até certo ponto, mordazes. Fala sobre isto o prefaciador, Fábio Lucas, selecionado o texto na contracapa do livro: “José Bento é dotado de enorme senso de humor e de elevado poder satírico, cuja virulência atinge adversários e companheiros; como também alveja o próprio memorialista”. Jocosamente o autobiógrafo faz uma divisão curiosa de seu trabalho: divide-o, como a uma partida de futebol, em *Primeiro Tempo*, *Segundo Tempo* e mais a *Prorrogação*.

O traço uniforme das revelações de José Bento é bipartido: amor ao berço natalino e ao apadrinhamento de um outro berço, adotado, a capital mineira. Neste universo passeia o homem a maior parte da trajetória daquele viajante, filho de casal desigualmente personalizado pelo autor. O pai, de temperamento arrebatado, e a mãe, terna e compreensiva. Imagina ele, que sua timidez resulte de ter sido criado como caçula, “na barra da saia da mãe”. Mas acentua que o convívio de seus pais era exemplar, e que eles eram “sofridamente amigos e solidários”. A família compunha-se ainda de outros quatro filhos. E houve muito sofrimento em torno deles e por eles. Um de seus irmãos, “Fritz, o mais velho, transbordando autenticidade e inteligência, acabou punido por lances cruéis da vida familiar, com o suicídio da filha. Era “liricomarxista, materialista sonhador, dialético espiritualista”. João Cláudio sofreu com a calúnia dos desocupados. Afirma o escritor que Antônio foi, talvez, o mais infeliz de todos e Cristiano, santo e puro, de saúde precária, viveu esperando o momento de sua morte. Finalmente, vendo-se privilegiado, pergunta o narrador: “Por que, meu Deus, fui escolhido para ser feliz?”

Embora não se tornasse político, declara José Bento: “Fui criado em clima de intensa atividade política”. Teve sim uma experiência, que segundo relata, comprovou as fraudes costumeiras: “Nas eleições estaduais, fui candidato a deputado estadual e na seção em que minha mãe votou, não tive nem um voto sequer”.

José Bento guardou pela vida afora os cadernos, as anotações quase diárias de uma vida linear até certo ponto, tirante os projéteis de suas idéias revolucionárias em tempos de contestações, e aqueles outros projéteis que vieram a estourar anos mais tarde: um revoltoso quase liberal. E se coloca no “meio termo, entre poetas, com quem conviveu intensamente, e políticos”, como Milton Campos, que foi seu tipo inesquecível. Define-se com certa relutância: “Eu não soube ser liberal, nem marxista. Talvez apenas um simples, mas convicto apologista da liberdade...” Em sua narrativa, mesmo sem que ele queira, o filósofo desponta, e ressurgue aqui e ali, nas palavras e nas entrelinhas do texto. É um observador sagaz e apaixonado pelo clique de sua máquina fotográfica virtual e pelo uso de um talento incomum da operadora radiográfica dos fatos e das criaturas. José Bento esclarece tudo, desde a transferência da família para Belo Horizonte: o nome das ruas, a posição das casas, os vizinhos, os colégios, os amigos; o crescimento urbano e cultural da cidade, e especialmente o modo como o bairro de Lourdes, o seu bairro, se desenvolveu; onde antes havia um enorme charco, o córrego do Leitão; sua casa e a dos colegas, todos citados nominalmente; as primeiras aulas que ministrou com apenas 17 anos no Colégio Santo Agostinho. No plano inicial, resplandece Santa Luzia, que o escritor chega a descrever com minúcias: a casa do avô materno, de requintado padrão, assoalho em parquet, as demais casas, a igreja, os sinos com os toques especiais, as ruas e as esquinas, praças e jardins bem tratados, o Córrego da Calçada, onde a menina se vangloriava da limpidez das águas.

O memorialista esquivou-se de dar para si próprio uma definição esclarecedora de personalidade. Não quis exarar conceitos a seu respeito, em uma denunciadora frase ou verso. Deixou que Drummond, na Preliminar, externasse mágoas por ambos: “Quando eu nasci um anjo torto,/ desses que vivem nas sombras/ Disse: Vai, Carlos/ ser gauche na vida”. José Bento não encontrou um dizer pessoal, embora aponte caminhos para a descoberta de seus guardados vivenciais. Vige meio escondido na análise alheia para não ser tachado de divulgador de si próprio. Diz apenas que não é muito corajoso para brigas, ou melhor, que detesta contendas. Sabe-se que, em vez daquele anjo do poeta, uma

sentença divina o saudou ao nascer: “Vai, José, eu o abençoo, para seres feliz na vida”.

Além de suas paixões já citadas – a cidade de Santa Luzia e a esposa Maria Amélia – também o Clube Atlético Mineiro e a Gruta Metrópole entram para um rol especial de suas memórias... Era grande aficionado da “sétima arte”, o que lhe proporcionou guardar em um caderno os nomes dos filmes e dos atores principais, diretores e produtores das películas assistidas.

José Bento faz a dedicatória do livro à esposa, às três filhas: Mamela, Lisa e Beatriz, aos netos e bisnetos e aos mais próximos de seu grande coração; é lembrada a “aurora da vida”, com Casimiro de Abreu.

O prefaciador nomeia os principais atributos do luziense narrador: “Culto, José Bento Teixeira de Salles, além de revelar seu pendor à sátira explosiva, também traduz seu lado sentimental, principalmente na ternura com que trata e exalta os amigos”. E cita um trecho de suas memórias quando o autor se encontrava na Catedral de Notre Dame, em Paris, assistindo a uma audição da Cantata de Bach: “Um aperto parece sufocar minha garganta. Choro. Um choro silencioso de discretas lágrimas, como convém a um capiau mineiro”.

O livro de José Bento Teixeira de Salles não apenas conduz um “ilustre passageiro”, mas se vê enriquecido com poemas e fotos de “ilustrado viajante”. Merece ser lido pela singularidade e pureza do texto, sedimentado na vida adolescente de Belo Horizonte e na maturidade histórica de Santa Luzia.



A FORMAÇÃO OU A ENFORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO DIREITO

*Felipe Martins Pinto**

Salta aos olhos o corriqueiro e nefasto hábito, presente em bancos universitários e na prática forense, de menosprezar a necessidade de compreensão dos institutos jurídicos que, não raro, são definidos a partir de clichês.

A reprodução de clichês por acadêmicos e profissionais do Direito, pronunciados com grande impostação, entusiasmo e com a autoridade da fiel reprodução da fórmula petrificada, fruto de uma primorosa capacidade de memorização *ipsis litteris* das palavras mecanicamente pronunciadas pelos “mestres do conhecimento”, fomenta uma elucubração sobre o aprendizado e a aplicação do Direito.

A tendência mecanicista do Direito está sedimentada em uma estrutura de avaliação com o foco na informação como único, senão o principal, instrumento necessário para a construção do saber em total desprezo à experiência e ao sentimento individuais e consubstanciada em rígidos gabaritos oficiais, cuja validade advém da correlação com os argumentos contidos em manuais que compartimentam as chaves para as portas da estabilidade financeira e profissional, mas também para a

* Professor Adjunto de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito da UFMG, Mestre e Doutor em Ciências Penais pela UFMG.

afirmação mercadológica das instituições de ensino, as quais, via de regra, visam à obtenção de números úteis, como propaganda para atrair novos ingressos.

O interrogatório de Eichmann realizado entre os dias 29 de maio de 1960 e 17 de janeiro de 1961 é uma excelente referência para a crítica de um ensino alicerçado em fórmulas prontas e compulsivamente repetidas em textos, aulas e avaliações e demonstra a correspondência entre uma estrutura repressora de ensino e a gestão opressora do Estado.

Eichmann, ministro das relações exteriores do governo nazista, abusou dos clichês nas declarações judiciais em seu depoimento e deixou evidente a incapacidade de explicar com as suas próprias palavras os jargões largamente utilizados em resposta às indagações do juiz.

Era engraçado quando, durante a inquirição sobre os documentos Sassen, feita em alemão pelo juiz presidente, ele usou a frase *kontra geben* (pagar na mesma moeda), para indicar que havia resistido aos esforços de Sassen para melhorar suas histórias; o juiz Landau, desconhecendo os mistérios dos jogos de cartas (de onde provém a expressão), não entendeu, e Eichmann não conseguiu achar nenhuma outra maneira de se expressar.⁴⁵

A postura de Eichmann permite uma breve elucubração sobre a gestão do ensino na Alemanha no período Nazista que, certamente, não primou pelo fomento à liberdade de pensamento e pelo respeito à autonomia de cada discente na construção dos saberes.

Inúmeros clichês enaltecem diversos institutos jurídicos, mas o aprofundamento no estudo do Direito e a sua contextualização com as circunstâncias históricas, jurídicas, políticas, sociais, econômicas, reveste-se de grande importância e atualidade diante do modelo de Estado adotado pela Constituição de 1988, centrado na dignidade da humana, na liberdade individual e no exercício democrático do poder estatal.

No entanto, a realidade testemunha egressos de faculdades de Direito submetidos a métodos didáticos conservadores, ultrapassados,

⁴⁵ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 61.

centrados na simples transmissão de informações segundo a ótica do professor e que muitas vezes geram um conhecimento divorciado da realidade dos discentes os quais, desmotivados pela incapacidade de alcançarem respostas para os conflitos que permeiam o seu cotidiano, entregam-se à engrenagem de produção de um saber descontextualizado, incoerente e distorcido.

Acresça-se, ainda, o fato de que a minguada pesquisa que se desenvolve nas instituições de ensino do Direito, em regra, não ultrapassa a necessidade de elaboração de uma monografia de final de curso, executada de forma açodada por alguém que não foi devidamente apresentado à atividade de pesquisa nos anos que antecederam essa etapa final de formação. E, para a monografia de final de curso e para quaisquer outros trabalhos de pesquisa, a qualidade dependerá da capacidade de reduzir a escrito aquilo que já foi respaldado por notórios pensadores, doutrinadores e julgadores.

Interessante perceber que Miguel de Cervantes, no primeiro quarto do século XVII, no prólogo da obra *Dom Quixote*, de forma irônica reproduz um diálogo supostamente mantido com um amigo em que revela o temor do fracasso de seu livro diante da ausência de citações e menções a filósofos, profetas, apóstolos e toda sorte de eruditos autores que demonstrassem a sua capacidade intelectual:

[...] com uma legenda seca como as palhas, falta de invenção, minguada de estilo, pobre de conceitos, e alheia a toda a erudição e doutrina, sem notas às margens, nem comentários no fim do livro, como vejo que estão por aí muitos outros livros (ainda que sejam fabulosos e profanos) tão cheios de sentenças de Aristóteles, de Platão, e de toda a caterva de filósofos que levam a admiração ao ânimo dos leitores e fazem que estes julguem os autores dos tais livros como homens lidos, eruditos e eloquentes?

⁴⁶ CERVANTES, Miguel de. *Don Quixote*. Livro Primeiro. Porto Alegre: L&PM, 2005. p. 10.

Em momento posterior do diálogo, quando Cervantes, com irônico deboche, sentencia a necessidade de que o texto aguarde a superveniência de uma “pessoa competente que o adorne de todas estas cousas que lhe faltam”, atesta a sua incapacidade de remediar as omissões tão relevantes para os literatos, e conclui: “Porque sou muito preguiçoso e custa-me muito a andar procurando autores que me digam aquilo que eu muito bem me sei dizer sem eles.”⁴⁷

A atualidade da crítica de Cervantes não é fruto exclusivo de sua avançada genialidade, mas também repousa na manutenção da prática secular de que o pensamento científico, especialmente no Direito, prescinde da companhia de renomados profissionais que, previamente, já tenham pensado a questão.

Forçoso concluir que grande parte da massa de egressos dos cursos de Direito não ultrapassa a condição de memorizadores que tentam repetir fórmulas prontas, respostas pré-concebidas, conceitos petrificados, verdadeiros bonecos de ventríloquo, que, ao movimentarem a boca, pronunciam apenas palavras de terceiros. E, nos casos em que os cinco anos do processo de memorização são insuficientes para o ingresso nas carreiras jurídicas, o egresso recorre ao reforço de macetes em cursos preparatórios para concursos.

E, dessa forma, o operador do Direito forma-se, ou é formado, ou ainda melhor, é conformado, desde as carteiras universitárias às falaciosas ideias de neutralidade e imparcialidade do Direito e, conseqüentemente, o poder jurídico-político passa a se autolegitimar, ainda que não o faça de uma maneira explícita, ignorando conteúdos externos e, muitas vezes, mascarando a verdadeira feição da realidade.

Uma última observação se faz necessária, pois o texto é curto em argumentos para embasar críticas tão complexas como aquelas que são lançadas e, sem almejar limitar as diversas conclusões convergentes e

⁴⁷ *op cit.* p. 11.

discrepantes com o objetivo do autor que serão promovidas, insta ressaltar que o propósito do texto é tão somente defender a necessidade de que a formação do discente contemple uma abertura para recepcionar os aspectos individuais de sua personalidade, de suas experiências e de seus objetivos de vida, sem impor-lhe o dever de reprodução de um conhecimento forjado sob a ótica de terceira pessoa.



O LIVRO E O TEMPO

*Petrônio Souza Gonçalves**

Primeiro, o homem aprendeu a ler. A ler as estações do ano, as fases da lua, o tempo da colheita, da pesca, da seca, da chuva. O tempo da estiagem e o tempo da fartura. Migrava de um lado para o outro em busca de abrigo e de alimento. Em bandos, foi se organizando, dentro de uma consciência nômade de vida, de existência. A sua casa era o tempo, tendo como telhado o firmamento.

Depois de muitas observações o homem passou a traduzi-las em conhecimento. De sua relação direta com a natureza, aprendeu a plantar, tendo na agricultura a possibilidade de se fixar. Era o início das comunidades, o princípio da história. Em uma sequência natural, o homem começou a escrever, a registrar suas experiências, traduzi-las em símbolos e sinais. Cada povo com sua linguagem, cada cultura com sua forma de registrar e contar a sua verdade.

Nasciam os primeiros calendários, os primeiros alfabetos, a primeira consciência de guardar e repassar o ensinamento, de escrever e traduzir as histórias. De lábios a ouvidos, foram passando de mão a mão, tendo pedras, tábuas, couros, papiros como transporte de conteúdos e ensinamentos.

Durante séculos, assim foi sendo compartilhado o conhecimento, de um para outro, em uma ação limitada e restrita, o que possibilitou a dominação de muitos por muito poucos. Quem detinha o conhecimento, detinha o poder, quem sabia ler, escrevia o futuro e determinava o destino de povos inteiros. A Igreja sabia bem disso, os castelos também.

* Jornalista e escritor.

Com a criação do livro em série a partir dos linotipos móveis de Gutenberg, a condensação de experiências e ensinamentos passou a ser compartilhada amplamente, como se fosse um patrimônio de todos e não privilégio de poucos.

A tradução da bíblia e sua divulgação em grande escala por Martinho Lutero partiu o absolutismo da Igreja, dando sinais de um novo tempo com a multiplicação do conhecimento entre a humanidade. Os registros de experiências passaram a pertencer ao todo, à espécie humana. Passou a ser repetido e compartilhado, possibilitando ao homem dar um salto na história, calcando as bases da revolução industrial.

É após a criação do livro, do condensamento do pensar e do descobrir, que o homem se tornou um ser tecnológico. Transmitindo conhecimento e novas descobertas e observações de gerações a gerações, inaugurou uma nova fase na cadeia evolutiva humana, saindo do primarismo das ações repetidas, passando ao inusitado de novos e pioneiros experimentos. O homem deixou de aprender no tempo e passou a aprender no espaço. Nunca a espécie humana evoluiu tanto como na era do pós-livro. Agente de transformação, ora cultuado, ora perseguido, o livro é a representação de um tempo, um símbolo.

Agora, muito tem-se falado na sobrevivência do livro tal como o conhecemos hoje depois do advento dos novos meios de comunicação. Seria sua extinção parte da própria evolução? Não podemos esquecer que *texto* vem de *textura*, e é na impressão que ele tem sua versão final, sua forma definitiva. Ler é sobretudo sentir o universo lúdico escondido por detrás das palavras, tão abstrato quanto a imaterialidade que cada uma guarda, que cada uma traz em si.

Os jovens, educados sobre a luz translúcida das telas do computador, acham opaca a impressão em branco e preto das páginas dos livros, dando um claro sinal da leitura que lhes apetece.

Enquanto divagamos sobre o futuro do livro e da imprensa em tempos de virtualização do mundo e das relações humanas, no frio abrigo da tela do computador brinca, despreocupado, o texto que nunca foi imaginado.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Yves G. F. Alves*

*"...todos queriam, mas nenhum
Se queria resolver a pôr em campo..."*

Tiradentes

A frustrada conspiração de 1788/1789, em Minas Gerais, ocorreu num momento em que segmentos representativos da sociedade mineira mostravam-se receptivos a especular sobre as vantagens e a oportunidade da colônia brasileira emancipar-se de Portugal. Estimulava o exemplo recente da libertação das colônias inglesas da América.

Bacharéis, clérigos, negociantes e fazendeiros faziam parte do caldo de descontentes, temperado com variadas intenções, entre as quais a de alguns oportunistas interessados em livrar-se do pagamento de vultosas dívidas pessoais à Coroa Portuguesa.

Nenhum dos contestadores do regime colonial mostrava-se vocacionado para os riscos da militância revolucionária. Aguardavam a ocasião de realizar o que a prudência não lhes permitia ousar: "... todos queriam, mas nenhum se queria resolver a pôr em campo...", lamentaria, mais tarde, o Tiradentes (1).

* Publicitário, Professor de História, grande incentivador do turismo, da cultura, das artes, do patrimônio e das letras da cidade de Tiradentes. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Nasceu em Macaé no Estado do Rio de Janeiro em 1929 e faleceu em 1996 na cidade de Tiradentes onde está enterrado.

A oportunidade para aglutinar os potenciais revolucionários surgiu, em meados de 1788, depois que um jovem doutor, o mineiro José Álvares Maciel, retornou da Europa e passou a confabular com o Tiradentes no Rio de Janeiro, onde o Alferes morava há quase ano e meio, licenciado de sua tropa em Minas Gerais (2). Encontro dos anseios patrióticos de brasileiros que estudavam em universidades de Portugal e da França com o ativismo de um obstinado revolucionário.

Álvares Maciel terá sido o portador da notícia sobre uma entrevista, na França, do estudante carioca Joaquim da Maia com o embaixador americano Thomas Jefferson, quando foi pedida a ajuda dos Estados Unidos para uma eventual luta pela libertação do Brasil, fato ocorrido na última semana de março de 1787 (3). Nesse mesmo mês, no Rio de Janeiro, o Tiradentes havia requerido licença para ir à Portugal (3A). Não poderia, portanto, ter participado da reunião em solo francês, conforme versão fantasiosa.

Antes da chegada de Álvares Maciel, o Tiradentes já cogitava da possibilidade de uma insurreição. Seus ímpetos de agitador político “começaram a se manifestar no governo de Luís da Cunha Meneses e prosseguiram com vigor no ano de 1788, princípio do governo de Barbacena, no qual combinaram o dito Tiradentes e o Dr. José Álvares Maciel”, esclareceria José de Resende Costa (filho), ao voltar do exílio a que fora condenado como inconfidente (4).

Sabe-se pouco sobre o que Álvares Maciel e o Tiradentes conversaram no Rio de Janeiro (5). Maciel referiu-se ao fato de que “pelas nações estrangeiras por onde tinha andado, ouvira falar com admiração de não terem seguido o exemplo da América Inglesa”. Foi o bastante, conta o Tiradentes, para “lembrar-se da independência que este país podia ter, entrou a desejá-la e, ultimamente, a cuidar no modo por que poderia isso efetuar-se ...” (6).

O encontro com Álvares Maciel criou a oportunidade de que o Tiradentes precisava para dar continuidade e credibilidade à sua pregação revolucionária. O simples aceno de que estudantes brasileiros estariam atuando na Europa passaria a ser utilizado pelo Tiradentes para estimular os futuros conjurados. Como ele fez com Domingos de Abreu

Vieira, a quem revelaria que “as coisas estavam mais adiantadas do que cuidava, porque havia correspondência com uma potência estrangeira que lhe nomeou e ele respondente (Abreu Vieira) se não lembra qual seja e que os filhos da Capitania de Minas Gerais que tinham viajado pelos países estrangeiros tinham adiantado muito neste negócio (a conjuração), principalmente o último que viera, cujo nome não lhe disse mais ficou ele Respondente entendendo ser José Álvares Maciel ...” (7).

VILA RICA E A COMARCA DO RIO DAS MORTES

A decadência da Capitania de Minas Gerais, com a queda crescente da produção aurífera, teve os seus efeitos atenuados no extenso território das Vilas de São João del-Rei e de São José (atual Tiradentes). As atividades agro-pastoris e comerciais tornaram a região conhecida como “o celeiro de Minas” (8). Juntas, as duas Vilas formavam a Comarca do Rio das Mortes, “mais bem situada e farta de alimentos”, diria um dos conjurados ao justificar a escolha de São João del-Rei para local da nova capital de Minas Gerais (9).

Em Vila Rica situava-se o poder colonial a ser abatido. Mas era na Comarca do Rio das Mortes onde concentrava-se nascente burguesia de fazendeiros e homens de negócio, os que tinham maiores interesses pessoais nos resultados imediatos da pretendida independência. Ou porque ansiavam por se livrarem das limitações que o governo colonial impunha às suas legítimas ambições ou porque estavam endividados com a Fazenda Real. Pensando nestes últimos, o Governador Visconde de Barbacena fundamentaria a sua avaliação sobre as causas do movimento revolucionário: “As pessoas de alguma importância ou maior representação nesta Capitania são quase todas devedoras de tudo quanto possuem a S. Majestade; e só uma revolução destas lhes pode ajustar as contas (no conceito delas), além da vaidade e liberdade que é também a mania de quase todas” (10).

O primeiro episódio a assinalar o clima conspiratório em Minas Gerais aconteceu na Comarca do Rio das Mortes, na Vila de São José

(atual Tiradentes), durante uma festa na casa do Vigário, no dia do batizado de um dos filhos de Alvarenga Peixoto, que teve Tomás Antônio Gonzaga por padrinho e o vigário Padre Carlos Toledo como oficiante, em 8 de outubro de 1788 (11).

Bravatas teriam sido proferidas na noite festiva, em tiradas do Padre Carlos Toledo “que havia de ser Bispo”, de Alvarenga Peixoto que “bebia à saúde de D. Bárbara que havia de ser Rainha” e de Luiz Vaz de Toledo Piza, irmão do vigário, que “com o fagote ou o terçado que trazia à cinta havia de cortar a cabeça do General” (12).

O vazamento do que sucedeu naquela noite atribuiu-se aos ouvidos atentos dos músicos que tocaram durante a festa (13). Arrolado entre outras várias testemunhas para dar a sua versão do fato, Luiz Vaz relacionou as principais pessoas presentes na noite do batizado em casa de seu irmão. Desmentiu as frases comprometedoras e justificou: “Não era possível as dissessem, visto que ainda não se premeditava, como referido fica, em tal desordem” (14). As testemunhas ouvidas na Devassa não fizeram alusão a nenhuma manifestação de Tomás Antônio Gonzaga, o que corresponde a atitude de prudente distanciamento que ele sempre observou em relação à conspiração.

Não terá sido uma reunião de conspiradores. Mais provavelmente, o primeiro indício do processo revolucionário em gestação, inspirador da senha para deflagrar a rebelião: “tal dia é o batizado”. O fato é que o envolvimento da gente da Comarca do Rio das Mortes na conjuração foi expressivo: dos quatorze conjurados condenados à pena máxima, entre os quais três padres, nove sentenciados procediam dessa Comarca, todos eles proprietários de fazendas.

O episódio da festa do batizado permaneceu no imaginário popular por muito tempo, em variações recriadas pelo povo. Quando Saint-Hilaire, viajante francês, passou por Minas, quase trinta anos depois da execução do Tiradentes, ainda registrou a explicação simplória sobre o motivo da repressão dos conjurados: num banquete “as cabeças se exaltaram e bebeu-se à libertação da América. O acontecimento foi comunicado ao Governador, o Visconde de Barbacena, debaixo das circunstâncias mais comprometedoras” (15).

Até o dia do batizado em São José, o movimento sedicioso não dera sinais de sua existência em Vila Rica, aonde o Tiradentes chegara vindo do Rio de Janeiro há apenas um mês. Ele não participou da festa em casa do Padre Toledo mas, posteriormente, a sua presença é assinalada em São João del Rei, onde esteve convocando gente para a conspiração (16).

OS ATIVISTAS

Quando, no Rio de Janeiro, o Tiradentes mostrou a Álvares Maciel os seus projetos de melhoramentos para a cidade, ele já os associava à possibilidade de gerarem recursos para uma revolução: “... que tudo lhe havia de dar dinheiro considerável de renda, e que sendo rico, lhe ficava fácil mover o levante ...” (17).

O Alferes parecia entender que o sucesso da sua jornada revolucionária dependia de apoio econômico e militar para abater o despotismo político. Tanto assim que, ao chegar a Vila Rica, sua grande proeza foi a conquista do Comandante da única força militar da Capitania.

A adesão do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante do Regimento de Cavalaria Regular, terá sido facilitada pelo seu cunhado Álvares Maciel. O Tiradentes conseguiu convencê-lo de que no Rio de Janeiro só aguardavam o seu consentimento para uma operação simultânea: “... os povos da Capitania do Rio de Janeiro se achavam muito desgostosos e que estavam em termos de fazer um levante e que se não o faziam era por duvidarem do partido que tomariam os povos de Minas; que se soubessem que era favorável aos seus intentos sem dúvida o executavam ...” (18).

A participação do Comandante Freire de Andrade daria consistência ao projeto de sublevação. Em sua casa passariam a ser realizadas todas as reuniões decisórias em que tomaram parte apenas os seis ativistas – dois militares (ele e o Tiradentes), dois fazendeiros (o Padre Carlos Toledo e Alvarenga Peixoto), um negociante (o Padre Rolim) e um jovem doutor com formação científica, Álvares Maciel.

O chamado “cenáculo literário de Vila Rica – do qual faziam parte Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa – era constituído por homens de reconhecido valor intelectual e prestígio social, os únicos que poderiam formular as bases de um novo Estado. A contribuição deles, contudo, limitou-se a especulações que nada tinham a ver com os rumos da rebelião. Deles se pode dizer o mesmo que o Visconde de Barbacena opinou a respeito do Cônego Vieira com a perspectiva de doze anos decorridos dos acontecimentos: “Nunca soube que ele interviesse ou promovesse com fatos especiais e deliberados para a rebelião, nem concorresse nas conferências e deliberações dos conjurados, nem tivesse conhecimento certo e circunstanciado da conjuração” (19).

A CONEXÃO COM O RIO DE JANEIRO

O engajamento do Rio de Janeiro constituiu-se em sólida expectativa para os conspiradores. Era o argumento insistentemente utilizado pelo Tiradentes para convencer os mais hesitantes. Um deles, o líder da conjuração na Comarca do Rio das Mortes, Padre Carlos Toledo, revelaria que “o alferes Joaquim José da Silva Xavier tinha ido do Rio de Janeiro encarregado de convocar a gente de Minas para se unirem na sublevação que pretendiam fazer; mas que isto não foi aceito porque os de Minas queriam ter a glória de que principiasse por cá a conspiração” (20).

Confiante na aliança com o Rio de Janeiro e na possibilidade de ajuda estrangeira, o Comandante Freire de Andrade construiu o seu projeto de sublevação. Propôs que “... visto ele Respondente (Tiradentes) ter assegurado que no Rio de Janeiro havia um grande partido que favorecia a sublevação e motim, e a seguia, viesse ele Respondente (Tiradentes) ao Rio de Janeiro e conduzisse para Minas aquelas pessoas que o seguiam e procurasse persuadir a outras; porque indo esta gente para a Capitania de Minas já como em motim, ele dito Tenente Coronel (Freire de Andrade), como Chefe da Tropa, havia de vir ao caminho e rebatê-los, e opor-se-lhes, e em lugar de o fazer se uniria à dita gente ...” (21).

Habilmente, o Tiradentes dissuadiu o seu Comandante de fazer o levante a partir do Rio de Janeiro: “... não poderia ser assim”, argumentou o Alferes, “porquanto se ele saísse com gente ao Rio de Janeiro para favorecerem e ajudarem o partido da sedição e levante, antes deste se efetuar na Capitania de Minas, poderia vir maior partido do povo da dita Capitania (Minas) e oporem-se à gente que ele Respondente (Tiradentes) levasse, e ficar sem efeito este socorro, com cujo voto concordou o Coronel Inácio José de Alvarenga ...” (22).

Embora tenha apoiado o Tiradentes – “... primeiro que tudo se devia fazer o levante em Minas Gerais e depois procurarem-se os socorros do Rio de Janeiro” (23), Alvarenga Peixoto manifestou-se cético quanto aos “... socorros das Cortes estrangeiras para a sublevação do Rio de Janeiro (24), sendo contestado por Álvares Maciel, que garantiu tratar-se de “matéria sem dúvida” (25). O Tiradentes também apressou-se em assegurar que “... a notícia do Rio de Janeiro era verdadeira e que ele a tinha ouvido geralmente aos negociantes, ainda que em muito segredo” (26).

A CONSPIRAÇÃO FRACASSA ANTES DE SER DENUNCIADA

Nas reuniões ocorridas na última semana de 1788 e primeiros dias do ano seguinte, ficou acordado que o motim se faria em Vila Rica, “dizendo o dito Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade que ele, para a dita conjuração, poria pronta a tropa e que esta corria por sua conta” (27).

A partir de janeiro os conspiradores deveriam aguardar o anúncio da “derrama” para deflagrarem a rebelião. Mas, em fevereiro, o Comandante Freire de Andrade e pediu aos seus companheiros que não falassem mais sobre o assunto, ao mesmo tempo em que se retira de Vila Rica, permanecendo em sua fazenda, licenciado do Regimento e à espera de autorização para viajar até Portugal (28). Arrependeu-se e, depois de preso, alegaria algumas “objeções, como falta de munições, falta de dinheiros, e que as outras Capitânicas meteriam tropas, nem havia forças para poder a Capitania subsistir sobre si” (29).

O afastamento de Freire de Andrade poderia ser interpretado como um estratagema para despistar as autoridades portuguesas. A reclusão na fazenda seria um disfarce enquanto aguardava as providências do Tiradentes no Rio de Janeiro. Contudo, antes mesmo de chegar a Minas a notícia da prisão do Alferes, ele já havia denunciado, há mais de um mês, os cabeças da conspiração, dela naturalmente se excluindo assim como ao seu cunhado Álvares Maciel (30).

A defecção de Freire de Andrade significava o desmantelamento da trama conspiratória, razão suficiente para se entender por que o Tiradentes se licenciou da sua tropa e voltou para o Rio de Janeiro, a pretexto de acompanhar os seus projetos para a cidade (31).

A denúncia de Silvério dos Reis (32) é uma evidência de que o movimento sedicioso se esgotara em Vila Rica. A delação só aconteceu porque ele entendeu não ter mais como se beneficiar da promessa dos conjurados de perdoar as suas dívidas com a Fazenda Real. Ao perceber que estava do lado errado, não teve escrúpulo em mudar de parceiro, isto é, “tomou o mais seguro partido”, como avaliou a sua atitude o Ministro de Ultramar, Martinho de Mello e Castro (33).

Como a viagem do Tiradentes ocorreu cinco dias antes da denúncia de Silvério dos Reis, não foi a delação nem a consequente suspensão da derrama (34), ocorrida a seguir, a causa do fracasso da pretendida rebelião.

Só dois meses depois da denúncia é que seriam efetuadas as primeiras prisões, duas semanas após a do Tiradentes no Rio de Janeiro. Nesse meio tempo, os conspiradores de Vila Rica não davam mais sinal de vida aos olhos do Governador: “Considero-os dissuadidos (ou muito disfarçados) porque uns afastam-se; outros obsequiam-me; e outros tomam cautelas e reservas que poderiam servir-lhes de desculpa para o futuro” (35), informaria o Visconde de Barbacena ao Vice-Rei, em 11 de maio, dias antes de chegar a Minas a notícia da prisão do Tiradentes no Rio de Janeiro.

A DISPERSÃO

O esvaziamento da conjuração deve ter acontecido a partir do momento em que se generalizou entre os conspiradores o sentimento de insegurança quanto ao aguardado apoio do Rio de Janeiro e da ajuda estrangeira. É o que o Tiradentes deixou transparecer ao explicar, a Alvarenga Peixoto, a razão de sua viagem ao Rio: “... ia ver em que altura estavam esses socorros de França para se fazer a República do Rio de Janeiro primeiro; depois a de Minas, com o exemplo da do Rio de Janeiro era muito mais fácil ...” (36).

Desapontado com a deserção de Freire de Andrade e a timidez dos outros interessados na sublevação, o Alferes poupou apenas o Padre Toledo e o Padre Oliveira Rolim: “... os povos de Minas eram uns bacamartes, faltos de espírito e de dinheiro; e que tendo falado a muita gente, todos queriam mas nenhum se queria resolver a pôr em campo; só os que se achavam com mais calor foram o Vigário da Vila de São José, Carlos Correia de Toledo e o Padre José da Silva e Oliveira Rolim, e feito no Rio de Janeiro todos haviam de querer” (37).

A caminho do Rio, logo depois de avistar-se com Alvarenga Peixoto, o Tiradentes encontra o fazendeiro João Dias da Mota a quem confirmou o que dissera a Alvarenga: “tinha achado muito pusilânimes os filhos de Minas” (38). Mas não demonstrou arrefecimento em seu entusiasmo pela causa revolucionária. Ao contrário, foi ainda mais longe em seu ímpeto persuasório ao garantir que está “para haver um levante nesta Capitania, como nas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, Mato Grosso, etc. E já temos a nosso favor França e Inglaterra, que há de mandar naus” (38).

No mês seguinte ao da partida do Tiradentes para o Rio de Janeiro um balanço da situação dos ativistas mostra que o Padre Rolim havia se retirado para o Tejuco, “despersuadido dos projetados intentos” (40) e no aguardo de novos acontecimentos; Alvarenga Peixoto continuaria em São João del-Rei, em prudente expectativa, e o Comandante Freire de Andrade, em 2 de abril, faria a sua primeira denúncia ao Governador, seguida de duas outras (41). Álvares Maciel confessaria, na Devassa, que “... todos

estes fatos (da conspiração) contou, na maior parte, ao Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Barbacena” (41-A).

Na Comarca do Rio das Mortes, o Padre Carlos Toledo persistiu no propósito de efetivar os planos revolucionários, fiando-se na mobilização de rebeldes que o Tiradentes estaria fazendo no Rio de Janeiro. Com esta convicção procurou aliciar um dos potentados da região, Inácio Pamplona, no final de março e primeiros dias de abril, dizendo-lhe que havia “no Rio um alferes fazendo séquito” (42). Logo depois, Pamplona recebe um comprador de gado em sua fazenda que lhe conta ter ouvido na Vila de São José, “que o levante era dos poderosos” e, sendo assim, lhe perguntou “se estava metido nisso” (43). Pamplona não só não se meteu como denunciou o Padre Carlos Toledo.

Dois meses depois de deixar Vila Rica, o Tiradentes é preso no Rio de Janeiro, no dia dez de maio. Ao saberem da sua prisão, os conjurados da Vila de São José pretenderam articular uma reação armada. Mandaram um emissário procurar Freire de Andrade para propor-lhe resistir à inevitável repressão (44). A tentativa frustrou-se: o emissário nem sequer conseguiu chegar ao destinatário, que já denunciara os seus companheiros.

Em Vila Rica, não havia ativistas a serem presos. Freire de Andrade pusera-se a salvo e ao seu cunhado Álvares Maciel, temporariamente, com a denúncia que fizera.

Equivocadamente, o Governador considerou Tomás Antônio Gonzaga como um dos cabeças do movimento e enviou-o preso para o Rio de Janeiro. No dia seguinte, 24 de maio, seguiram-se as prisões do Padre Carlos Toledo, em São José, e Alvarenga Peixoto em São João del-Rei. Assim, na Comarca do Rio das Mortes, onde a Inconfidência emitira os seus primeiros sinais, encerrava-se o último capítulo da trama revolucionária com um lacônico comentário de Luiz Vaz ao saber da prisão de seu irmão, o Padre Carlos Toledo: “Por conta da frouxidão do Tenente-Coronel Francisco de Paula está tudo perdido (46).

A CONJURAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Bastaram algumas poucas semanas no Rio, em contatos inexpressivos, para que o Tiradentes concluísse pela impossibilidade de contar com os cariocas. Em comentário tão amargo quanto aquele que fizera em relação aos mineiros, desabafou: “Os cariocas e americanos eram fracos, vis, patifes e pulsilânicos, porém eram fracos de espírito; que se houvesse alguns como ele, alferes, que talvez seria outra a coisa; que pela derrama que estava para se pôr em Minas, pensava haver levante no povo ...” (47)

A Silvério dos Reis, que fora incumbido de espioná-lo no Rio, o Tiradentes confidenciou estar “arrepentido de cá vir porque não achava as coisas em figura; porque todos eram uns bananas com medo do Vice-Rei, e que voltava logo para Minas para ver se lá se efetuava ...” (48). Estranha intenção essa, a de voltar para Minas, quando ele já sabia da suspensão da derrama ocorrida há mais de um mês desse dia em que conversou com Silvério dos Reis e a quem ainda fez um comentário sobre o seu Comandante: “... era um banana e que se não fosse a sua frouxidão já tudo podia estar feito” (49).

Em todo o processo da Devassa, o “séquito” de cariocas jamais seria identificado. Muito menos a propalada ajuda estrangeira. A possibilidade de auxílio e aliança do Rio de Janeiro levou o Ministro de Ultramar, Martinho de Mello e Castro, a concluir que “não consta, muito particularmente do que se tirou naquela capital (Rio de Janeiro) que ali houvesse alguns que entrassem na dita conspiração ou se declarasse parcial dela, nem se desse ouvidos às sediciosas declarações do Alferes Joaquim José da Silva” (50).

Para Martinho de Mello e Castro, a pretensão “de se extinguir nessa Capitania o domínio de Portugal, formando-se de toda ela uma República à imitação do que praticavam as colônias inglesas” “não passou de “vãs e sediciosas disposições com que os ditos conjurados reciprocamente se lisonjeavam e ao mesmo tempo enganavam uns aos outros ...” (51).

O Tiradentes assumiu sozinho toda a responsabilidade pela iniciativa da conjuração – “confessa ter sido que ideou tudo” (52). E mais de uma

vez declarou que “se a algumas pessoas ele falava em partido que tinha nesta cidade (Rio de Janeiro) e em socorros estrangeiros que se esperavam era ideia para persuadir a algumas pessoas ...” (53).

Aceitar como verdadeira a declaração de Alferes – e não há razões para dela se duvidar – é admitir que ele pregou um grande logro a todos os seus companheiros, durante todo o tempo da conspiração. Recurso audacioso, compreensível num agitador imbuído da missão de empolgar aqueles que queriam mas que não se decidiam a se pôr em campo.

O Tiradentes dera como certo o que era apenas uma remota possibilidade. A perspectiva de ajuda estrangeira fora vagamente confirmada por Álvares Maciel. Quanto ao apoio do Rio de Janeiro, o Tiradentes deve ter se louvado na insatisfação generalizada que existia entre os negociantes, com os quais conviveu durante o ano e meio em que morou na cidade, antes de retornar à Minas, sem que deles tivesse obtido garantia alguma de engajamento na sua aventura.

Os negociantes, expressão do poder econômico na Capitania do Rio de Janeiro, podem tê-lo influenciado. Temerário, contudo, admitir que o tivessem manipulado. Possibilidade inexistente em Minas, onde já entrou determinado a executar seu plano revolucionário.

CRONOLOGIA SUMÁRIA

1788

- Julho No Rio de Janeiro, o Tiradentes mantém encontros com José Álvares Maciel.
- Agosto O Tiradentes chega a Vila Rica na última semana, depois de fazer aliciamento pelo caminho.
- Outubro (8) Festa do batizado em S. José (atual Tiradentes)
- Nov/Dez Na Comarca do Rio das Mortes o Tiradentes faz aliciamento.
- Dezembro Em Vila Rica, na última semana do mês, começam as reuniões dos ativistas.

1789

- Janeiro Continuam as reuniões dos ativistas, no início do mês.
- Fevereiro Silvério dos Reis é cooptado na Comarca do Rio das Mortes.
Defecção do Comandante Freire de Andrade.
O Tiradentes pede licença para ir ao Rio.
O Padre Rolim retira-se para o Tejuco.
- Março (10) O Tiradentes inicia viagem para o Rio e encontra-se com Alvarenga Peixoto, que passará todo o mês em Vila Rica.
(15) Denúncia oral de Silvério dos Reis.
- Março (23) As Comarcas da Capitania começam a receber a comunicação da suspensão da “derrama” (Adim VIII-313).
(29) Na Vila de São José, o Padre Carlos Toledo tenta aliciar Inácio Correia Pamplona.
- Abril (2) Primeira denúncia de Freire de Andrade.
(11) Com esta data é entregue, no dia 19, a carta denúncia de Silvério dos Reis.
(15) Denúncia escrita de Basílio de Brito do Lago.
(19) Silvério dos Reis é enviado ao Rio para espionar o Tiradentes.
(20) Inácio Pamplona denuncia o Padre Toledo.
- Maió Na primeira semana, encontro de Silvério dos Reis com o Tiradentes, no Rio de Janeiro.
(10) Tiradentes é preso.
(16) Nova denúncia de Freire de Andrade.
(19) O conjurado Francisco Antônio de Oliveira Lopes denuncia Silvério dos Reis como cabeça da conjuração.
(22) Os conspiradores da Vila de São José enviam emissário à procura de Freire de Andrade.
(23/24) Em Vila Rica é preso Tomás Antônio Gonzaga. Em São José e em São João del-Rei são presos o Padre Carlos Toledo e Alvarenga Peixoto.

LITERATURA

*Marco Aurélio Baggio**

Escreve-se pela glória, pela liberdade de criação, visando a prestígio e até lucro pecuniário.

Quando sentimos a comichão de escrever, temos que dar vazão escrevendo.

O literato procura exprimir seu talento para pessoas que não o têm.

André Gide ensina que é com bons sentimentos que se faz literatura ruim.

O homem busca na literatura indenizar-se das imperfeições de sua condição precária de vida.

Ao jovem escritor preconiza-se escrever sem tentar seguir Machado, Herculano, Rosa, Pessoa, Lispector ou Quintana. Todo escritor começa tudo de novo. Não há precedentes. E, no entanto, sofre-se a angústia de influência de predecessor autor forte. Bons autores ensinam que os principiantes devem seguir as suas impressões e desenvolver suas intuições, sobretudo as primeiras, que são as melhores.

A literatura possui a função lúdica de entreter e amenizar o leitor do contato com o cotidiano amargo, duro, áspero, hostil e desgastante.

Dispensar a literatura é tão possível e tão salutar quanto dispensar a própria humanidade.

* Presidente da Arcádia de Minas Gerais, Membro da Academia Brasileira de Médicos Escritores, ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

A gente pensa uma coisa, apanha-a no ar, escreve outra e o leitor entende o que lhe parece bem. É nessa sequência de desleitura que se instala a literatura.

Oscar Wilde, aquele que quase sempre tinha razão, ensina que a literatura antecipa e indica a complexificação das coisas da vida. Molda-a para os seus desígnios.

E, no entanto, a coisa continua pairando, sobranceira.

A literatura brasileira, desde o romantismo, se emancipou da portuguesa.

A literatura ensina o brasileiro a querer ser.

Ler escolhido, só coisa boa. Deve-se descartar coisa ruim, pois a vida é breve. No Brasil, são editados a cada ano, cinquenta mil livros novos. Quantos você consegue ler?

É preciso folhear meia biblioteca para fazer um livro.

Literatos são artifices capazes de fazer, de uma coleção de livros velhos, um livro novo.

O mundo, e a nossa vida nele, é feito para acabar num belo livro.

O livro traz a vantagem de a gente estar só com ele e, ao mesmo tempo, acompanhado de um mundo de personagens quase perfeitas.

A companhia dos livros, às vezes, dispensa com vantagens a dos homens.

Escreve-se bem pelo prazer, por diletantismo.

O escritor, a obra, nos mostra o que o autor possui de diferente, de peculiar, só seu.

O acaso e a escuta são fecundos para o romancista. Literatura é instrução, é cultura, é escrita com intenção de sabedoria.

Arte literária almeja alcançar o valor estético.

A arte literária é representação, é síntese, é idealização, avisava José Veríssimo a Lima Barreto.

Há um desencontro entre o real vivido e o ideal propalado a ser vivido. O desencontro traduz-se na própria linguagem empregada.

A literatura utiliza a língua e a linguagem para dessossificar os órgãos da inteligência. Faz isso descristalizando os atavios das frases feitas, dos pensamentos já pensados, em desuso.

A literatura é compelida a desvelar as coisas e as relações entre elas e os homens tais como saíram dos prelos da natureza. Literatura borda e enfeita com adereços: circunvoluções, desvios, adjetivos, advérbios, alusões, para adornar a ideia central, capital.

A literatura tem por finalidade política quebrar e desmistificar as frases repetidas incessantemente pelos homens, tornadas, por isso, convicções e verdades (que já não o são). Clichês, motes, bordões repetidos até a náusea inscrevem-se no psiquismo das gentes como se fossem verdades absolutas. Tais *mêmes* convidam seus portadores a não refletir, a não criticar e a não pensar. Em contraponto, a literatura canônica tem por função expandir a consciência das pessoas.

Literatura nos obriga a pensar para além de nosso repositório de epítetos e de locuções prontas, repetidas em pura imitação.

Os diferentes gêneros literários podem ser classificados como sendo épico, lírico, trágico, comédia, sátira, história, biografia, prosa narrativa, ensaio e romance.

A literatura preenche um dos ideais humanos, qual seja, possibilita a fuga amena, lúdica para uma outra realidade bem configurada, precisa, sem surpresas e com o mínimo de precariedades.

A mania de interpretar o mundo simbolicamente surgiu na Idade Médica.

Humanistas tinham interesse no saber, curiosidade crítica sobre as coisas do mundo, intolerância para com a superstição e elevado respeito pelo homem. Dentre eles, citam-se Erasmo, Montaigne, Milton.

Em todo texto literário há um conflito entre emoção, sensibilidade *versus* argúcia e inteligência. É deste embate, desta báscula, que surge o condimento literário da ironia: diz-se uma coisa podendo ou querendo significar outras...

A palavra impressa vem perdendo primazia para a imagem eletrônica, *pop*, oferecida graciosamente, dispensando a reflexão, a crítica e o pensamento pessoal.

Literatura faz a pessoa pensar e situar-se mais e melhor.

As artes das belas-letas são aquelas que instilam sublimidade e inspiram bons e adequados pensamentos.

A arte literária é a estética de belas imagens e formidáveis metáforas. É, sobretudo, criação ou recriação representativa da realidade das coisas, das relações entre elas, o homem e o mundo.

Literatura é um tipo de conhecimento (e de verdade) expresso por metáforas. Estas são signos que representam a realidade, assemelham-se ao real, já que é impossível o contato intelectual com a **realidade real** das coisas, uma vez que estas permanecem impérvias.

Literatura é a expressão dos conteúdos da ficção ou da imaginação, por meio de palavras polivalentes, ou metáforas, que tangenciam a representação da realidade das coisas e das relações destas com e no mundo.



Discurso Acadêmico

MINEIRISMO CULTURAL E A MINEIRICE POLÍTICA*

*Afonso Arinos de Melo Franco***

Senhor Presidente. Senhores Acadêmicos.

São João del-Rei é uma das indicações de que o espírito mineiro se define historicamente pela junção da política com a cultura, ou seja, nele, a busca pelo poder não se separa da atração pelo mundo das ideias e pelo esmero de sua expressão formal. Esta é a marcha de nosso processo histórico, que nunca se desviou, desde a Inconfidência, que constitui a primeira expressão da consciência coletiva em Minas Gerais.

Esta convergência entre formação cultural e ação política provocou uma espécie de curiosidade sobre a maneira de ser dos mineiros, que assume diversos matizes, desde o afetuosamente interpretativo, até o caçoista, o crítico e o cáustico demolidor. O feitio mineiro é discutível,

* Discurso de recebimento na posse do acadêmico Tancredo Neves proferido no dia 24 de fevereiro de 1983.

** Jurista, professor, político, historiador, crítico, ensaísta e memorialista, nasceu em Belo Horizonte, em 27 de novembro de 1905, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 27 de agosto de 1990.

pode ser apreciado ou denegrido, pouco importa. Mas não é indeciso nem misterioso. Decorre, repito, da confluência entre o desejo do poder e o gosto das letras, na formação das elites mineiras.

Proponho a análise do conjunto partindo de uma categoria geral, que chamarei a mineiridade, e da individualização dos elementos componentes dessa categoria, aos quais chamarei mineirismo e mineirice. Dizem os filósofos que o conhecimento racional parte do raciocínio categórico, ou seja, da ordenação dos conceitos básicos, seguida de sua determinação específica. Dessa forma, a apreensão da realidade múltipla é levada à unidade global, ou generalidade, por meio da ordenação e da determinação de seus elementos. (Aqui um parêntese: saibam os leitores ou ouvintes que se rirem deste inesperado aranzel, que o orador também não o leva muito a sério). Mas, volto ao ponto de partida; o conceito da mineiridade se subdivide em mineirismo cultural e mineirice política. Aí tendes a minha proposta de interpretação do espírito mineiro.

Nós, mineiros, temos provocado a curiosidade benévola e o desgosto irritadiço, desde os primeiros tempos da Capitania das Minas Gerais.

Martinho de Melo e Castro, o Ministro português, chamou a atenção do Governador da Capitania, Visconde de Barbacena, sobre a delicada tarefa que era governar os mineiros. O erro do Visconde talvez tenha sido confundir mineirismo com mineirice, ou seja, supor que os devaneios intelectuais dos poetas inconfidentes (mineirismo) eram perigosas manobras políticas (mineirice). O Visconde de Barbacena cometeu esse erro trágico.

Depois da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva usou expressões contundentes para com os mineiros. O sábio Patriarca também carregava na nota da mineirice, sem atentar no mineirismo. Não vou discutir aqui o assunto para não melindrar o meu querido Zezinho Bonifácio, um dos nossos craques da mineirice.

O sábio francês Saint-Hilaire destaca, principalmente, os aspectos do mineirismo. O que ele diz, por exemplo, sobre a conversa que entreteve com o Ermitão do Caraça, é prova da cultura deste último. E o Caraça foi uma das últimas chocadeiras da mineiridade. No Primeiro Reinado e na Regência, o mineirismo cultural e político encontra a sua expressão

estelar e simbólica em Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ninguém mais do que ele, em toda a História de Minas, equilibrou de maneira tão possante a amplidão da cultura com a paixão do poder.

Sucessivamente, no Império e na República, o mineirismo cultural é proclamado por homens como Francisco Otaviano, Pedra Moacir, Alceu Amoroso Lima ou Sílvio Vasconcelos, enquanto a mineirice política é denunciada por Pinheiro Machado, Washington Luís, Rubem Braga, Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Carlos Castello Branco, Sebastião Nery e vários outros.

Não há muito, em minha casa, no Rio, um jovem gaúcho, repórter de televisão, querendo arrancar declarações peremptórias de Francelino Pereira e de mim mesmo, e não conseguindo que nós disséssemos o que ele queria ouvir, explodiu: "Governador, Professor, me desculpem, mas eu não aguento conversa de mineiro!" Conversar, para o gaúcho, era ir na conversa dele.

O fato é que o mineirismo cultural e a mineirice política confluem para a síntese histórica da mineiridade, e isto se aplica mesmo àqueles mineiros que não vivem nem no mundo da cultura, nem no da política, mas cuja formação seja acentuadamente mineira. Certo é que existem grandes diferenças de dosagem, no conjunto das personalidades consideradas.

Em alguns mineiros, sempre houve mais mineirismo do que mineirice. Em outros dá-se o contrário. Raro é que mineirismo e mineirice se equilibrem, como acontece nos casos de Antônio Carlos, Afonso Pena Júnior, Afrânio de Melo Franco, Juscelino Kubitschek, Gustavo Capanema ou José Monteiro de Castro. Em Teófilo Ottoni, Cesário Alvim, João pinheiro, Virgílio de Melo Franco, Milton Campos, Edgard da Mata Machado, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos e Pedro Nava o mineirismo prevalece largamente, quase não há mineirice a não ser para o gasto. Em Nava, Drummond, Alphonsus de Guimaraens Filho, Austen Amaro dá-se, mesmo, o caso raríssimo de falta completa de mineirice. Em Juscelino Kubitschek, José Maria de Alkmin, Magalhães Pinto, José Aparecido é a mineirice que predomina. Caso estranho é o de Guilherme Machado: ele finge que só tem mineirice, mas não é verdade;

Guilherme tem sólida caderneta de poupança de mineirismo. Uma de suas mineirices é esconder-lhe o saldo.

De vós, não falarei neste ponto, Senhor Acadêmico Tancredo Neves.

Estais demasiado próximo do Palácio da Liberdade, que espero volte a ser, depois de restaurado, tanto Palácio quanto da Liberdade. Estais muito perto deste templo de cautelosas esperanças e abafados temores, para que o orador, seja por mineirismo seja por mineirice, se aventure a entrar nas insídias de tão delicado tema.

A minha geração foi pródiga em mineirismo cultural, dentro da mineiridade histórica. Nela incluo, sob esse aspecto, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Milton Campos, Euríalo Canabrava, Guimarães Rosa, João Alphonsus, João Gomes Teixeira, Abgar Renault, Pedro Nava, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, Dario de Almeida Magalhães, Paulo Pinheiro Chagas. Eis uma galeria imponente, a que falta, talvez, um ou outro retrato. Bem gostaria que fosse o meu próprio. Nela, as tentativas de mineirice política de Milton, Abgar, Dario, Cyro, Pinheiro Chagas, Afonso não convenceram. Recolhamo-nos à nossa histórica insignificância. Deixemos livre o campo da mineirice vitoriosa para Arthur Bernardes, Raul Soares, Bueno Brandão, Antônio Carlos, Mello Vianna, os quais tanto vi na infância ou juventude, ou Juscelino, Alkmin, Magalhães Pinto, José Bonifácio Filho, da minha geração, ou este endiabrado José Aparecido, da geração mais nova.

O ponto sobre o qual desejo insistir, no fecho desta análise, é aquele inicialmente referido, ou seja, o enlace da cultura com a política, do mineirismo com a mineirice, para chegar à síntese da mineiridade.

Senhor Acadêmico Tancredo Neves, pelas vossas origens familiares, pela vossa formação pessoal, pela vossa experiência política, representais exemplarmente a mineiridade, o espírito da terra e do povo de Minas Gerais.

Somos nós dois, senhor Acadêmico, velhos e antigos mineiros.

Velhos pela idade, antigos pelo sangue e pela naturalidade da obediência àqueles padrões históricos que evoluem na forma, sem se alterar na substância. Como modesto estudioso da História de Minas,

em suas diversas manifestações, políticas, econômicas, literárias e artísticas, creio poder assegurar que sois, hoje, para os mineiros, um homem cujo passado, cujo presente e cujo futuro inspiram confiança e credibilidade à maioria do povo montanhês. E, na medida em que a credibilidade nos mineiros é importante para os brasileiros de outros Estados, nestes tristes dias de decepcionado espanto, levareis aos meios federais a útil mensagem de nossas advertências. A credibilidade e a confiança são as fontes da esperança. A hora que vivemos, neste Brasil confuso, temeroso e descrente, é austera e grave, prenhe de angústia, incertezas e receios. É, sem dúvida, uma hora de desesperança, mas não, ainda, de desespero.

Na política, o desespero das massas é o instrumento para a ação do radicalismo ideológico. Mas a observação desprevenida do presente ensina que todo tipo de radicalismo ideológico se mostra incapaz de promover uma ação política eficaz. Neste terreno de observação, a década dos oitenta já pode identificar os indubitáveis sinais do impasse da ação ideológica radical, em todo o mundo, impasse que marcou o século XX, desde a vitória soviética em 1917, passando pela vitória fascista em 1922, pela vitória nazista de 1933, até o fim da hecatombe em 1945. Hoje, assistimos, no Oriente Próximo, entre muçulmanos e israelitas, ao fragor dessa confrontação ideológica, revestida de uma aura religiosa como as outras todas, a religião marxista, a religião pseudo-romana, a religião germânica. Além dela, a festa do sangue se restringe aos choques da guerrilha centro-americana, aos estertores das brigadas vermelhas, aos assassinios cruzados do Líbano, no pipocar de esparsos explosivos aqui e ali. As hecatombes de Staline e Hitler não são mais possíveis. O tremendo sacrifício de povos inteiros, o massacre de milhões, vai se rarefazendo, se particularizando em crueldades individuais. Não carece mais discutir doutamente nas Universidades o fim da ideologia radical como instrumento político de transformação de grandes sociedades. Não se discute o que a vida prova.

No âmbito brasileiro, esta lição da realidade do mundo vem ao encontro de tudo o que Minas representa, segundo tentei canhestramente indicar. Nunca houve, na República, concordância maior, entre a escuta

do Brasil e a voz de Minas, do que neste ano em que subis à representação oficial daquela voz, Senhor Acadêmico Tancredo Neves.

Em entrevista concedida à revista *Veja*, já eleito Governador, vós apresentais uma interpretação muito aguda e plausível, não cultural mas política, do feitiço mineiro, ao afirmar: "*Não existe mineiro radical. Nós vivemos onde termina a riqueza do Sul e começa a pobreza do Norte*". Outras afirmativas se contêm naquela espécie de plataforma coloquial de governo, como esta, por exemplo, que é uma definição extremamente feliz do verdadeiro realismo político: "*Projetos faraônicos, respaldados em empréstimos externos, estão totalmente banidos da concepção de governos realistas*". Isto é uma verdade. Ainda que baseada em fatores puramente materiais a impetuosa escalada do desenvolvimento, a cujo desabamento assistimos, era, em grande parte, irreal, pois em política, nem sempre a realidade é material. Nunca houve maior acumulação material de elementos de êxito do, que na irreal aventura do nazismo. A realidade de uma política é finalística: repousa na exequibilidade da intenção e não nos meios de persegui-la.

Com efeito a acumulação de elementos materiais, como se vê nas siderúrgicas e usinas nucleares inacabadas, nas ferrovias interrompidas, nos desmatamentos inconclusos eram sonhos irrealis, infelizmente tornados pesadelos. Não discutimos o patriotismo das intenções governamentais oníricas; mas faltou-lhes o realismo que se situa fora da realidade material, que se situa em dois valores imateriais de fecundo realismo: a presença da liberdade e a ausência da arrogância.

Outro ponto desejo enfatizar, Acadêmico Tancredo Neves, na vossa mineira página. Afirmais a certa altura:

"Pensamos encerrar a vida pública empregando a experiência política na moldagem de instituições sólidas, de uma nova Constituição que nos ajude a superar esta crise profunda que atravessamos".

Creio ser escusado insistir em até que ponto estamos de acordo neste tópico. Toda a minha ação de velho professor se concentra, desde

algum tempo, em concorrer para que a opinião nacional se certifique dessa necessidade. Os processos divergem, mas o objetivo é o mesmo. Nossa posição convergente de mineiros velhos e antigos é uma expressão lídima da mineiridade: não há poder democrático sem estrutura jurídica. Parece cada vez mais evidente que o caminho da recuperação brasileira é o da composição e nunca o da confrontação, o livremente consensual e não o autoritariamente impositivo; o jurídico e não o tecnocrático.

Este caminho seria, como ensinam mestres da política, a marcha da concórdia para o consenso. Por concórdia deve entender-se o que diz a palavra, ou seja, encontro de corações, disposição multilateralmente ativa, para se aceitar as divergências. Só este estado de espírito pode facilitar o funcionamento das inteligências, do senso.

Aí é que vem a segunda fase, ou seja, criada a atmosfera de aceitação das divergências deve-se atingir à confluência dos pensamentos, das mentes, objetivo final do consenso, que é o empenho em atenuar contrastes e confrontações, retirando do entrechoque entre as forças, uma resultante que, sem satisfazer a todos, possa atender a cada um, de modo a abranger, na medida do possível, ao interesse geral.

As decisões fechadas em círculos tecnocráticos, sem participação nem conhecimento da sociedade, sem uma moldura jurídica estável, tornam-se cada vez mais difíceis no Brasil, porque mais sujeitas a erros, e os erros mais sujeitos à crítica, à resistência, ao combate.

A concórdia como instrumento e o consenso como fim constituem a marcha de nosso tempo. Por enquanto, isto parece caminho difícil, talvez irreal, mas já vimos que valor pode ter o irrealismo realista. Ainda aqui, Senhor Acadêmico Tancredo Neves, vossa posição é bem mineira. Discretamente, sem alardes, marcais o rumo contrário ao radicalismo reinante, tanto nas vossas hostes quanto nas nossas, isto é, nas dos vossos adversários.

* * *

Nascido em São João del-Rei, ali fizestes o curso primário no Grupo Escolar João dos Santos e o secundário no Ginásio Santo Antônio.

Meu pai, que cumpriu também seu período ginásial em São João, no ainda hoje lembrado Colégio Padre Machado, fazia referências saudosas à excelência do ensino ministrado aos adolescentes na velha cidade, à qual nos ligam, também, ramos familiares.

Creio possuir, ainda, uma fotografia daqueles distantes dias, em que o menino sertanejo de Paracatu aparece no grupo de companheiros, discípulos do Padre Machado.

O curso superior o fizestes na Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Cyro dos Anjos, vosso colega de turma, transmitiu-me a lembrança do rapaz afável, discreto, talvez um pouco arredo, e, coisa curiosa, aparentemente desligado da política. Cyro e eu debatemos o assunto e concluímos que isso era só aparência. Talvez a atitude mais política fosse essa mesma, do desligamento. A política estudantil é, não raras vezes, desligada da política *tout court*. Envolver-se em uma significa distanciar-se da outra.

A prova é que, apenas formado em direito, a política vos atraiu. É, mesmo, interessante, observar como a vossa vida particular e o vosso destino político se ajustaram, desde logo, como se uma constituísse a preparação e a motivação do outro. Vejamos a escalada política de quem não fazia política na Faculdade. Fostes Vereador e Presidente da Câmara Municipal da vossa cidade. Daí passastes a Constituinte Estadual e relator da Constituição Mineira de 1947. Fostes líder do vosso partido, Secretário da Fazenda, Deputado Federal, Ministro da Justiça, Primeiro Ministro da República no regime parlamentar, Senador da República e, hoje, Governador eleito de Minas Gerais. Aí está a carreira política de quem não fez política estudantil. Quem fez recentemente uma espécie de política estudantil foram outros, que não se saíram muito bem...

* * *

Em carta a mim dirigida, Otto Lara Resende, que nela se esmera em deixar bem claro que é muito mais moço do que nós ambos, lembra os tempos em que vossos pais, o comerciante Francisco Neves e sua boníssima esposa Dona Sinhá, viviam, com numerosa prole, em frente ao Colégio do Professor Lara Resende, pai do certificadamente jovem Otto.

Daí é que vossa família se transferiu para o conhecido *sobrado dos Neves*, no largo do Rosário, uma das mais belas mansões particulares de Minas Gerais. Permiti que relembre aqui, com minha pouca reconhecida modéstia, o não tão belo – longe disso – mas também secular sobrado do meu trisavô Pinto da Fonseca, no largo de S. Francisco, que ainda conheci em menino, em sua pureza setecentista, hoje, infelizmente, descaracterizado pelos que promovem o progresso com sacrifício da cultura.

Tom Maia, em seu belo livro de desenhos sobre S. João e Tiradentes, que tive a alegria de prefaciar, dedica uma das estampas ao solar dos Neves, enquanto o maior historiador de S. João del-Rei, o saudoso Augusto Viegas, nos conta a vida da belíssima Igreja do Rosário, desde a instituição da irmandade, em 1708, templo atual, de meados dos setecentos.

Que a audiência me permita nova digressão, desta vez sobre Augusto Viegas. Ele foi a primeira e deslumbradora impressão de eloquência que recebi na vida. Andava pelos treze anos quando meu pai, Ministro da Viação em 1919, levou-me consigo em uma excursão pela Estrada de Ferro Oeste de Minas. Desde Belo Horizonte, eu vinha entusiasmado com as composições especiais, os carros com varanda na frente da máquina e as poltronas de palhinha. O Presidente Bernardes, de *pinenez*, conversou a sério comigo, coisas estupendas. Chegamos de noite a S. João e Viegas embasbacou-me com um discurso na estação. Confesso que fiquei acanhado com a incolor resposta paterna, que eu, por admirativo amor, esperava se despejasse coruscante de trovões raios. Em vez disso, pareceu-me fala peca e mofina. Eu ansiava para que ele esmagasse o contendor com uma tormenta de fogo, era meu secreto anseio, não de orgulho, mas de amor.

Não entendi por que meu pai, bom orador que sempre foi, preferia deixar as glórias da cena ao moço advogado local e, seguindo a lição de Camões, “*falou humilde, baixo e rudo ...*” Mistérios para então, que hoje desabrocham como flores.

* * *

Senhor Acadêmico Tancredo Neves, é com tantos títulos e responsabilidades que batestes às portas da nossa Academia, a nobre e ilustre *Casa de Alphonsus de Guimaraens*, grande pelas glórias, embora, como disse Milton Campos, “*modesta como é do gosto dos mineiros*”. A nossa tradição nos engrandece a todos, tradição, hoje, entregue à dedicação ciumenta, suspicaz e recriminatória do nosso querido Presidente Vivaldi Moreira, escritor ilustre, cujo nome deixei propositadamente para exemplo conspícuo e final do mais requintado mineirismo e da mais persuasiva mineirice.

A modéstia genuína que manifestais em vosso primoroso discurso é a mesma que sentem os vossos companheiros. Somos todos pequenos diante da obra comum da Academia.

Desejaria exprimir sincera e profunda gratidão pelo que dissestes de minha gente e do companheiro que vos recebe, em nome da Casa, mas também com o seu mais vero sentir. Próximos nunca fomos; chegamos, mesmo, como adversários, a trocar vivas palavras, mas sempre tivemos a nos unir a invisível ponte da mineiridade, invisível, mas de confiança, para trânsito constante das gerações.

Desejaria salientar, também, o quanto me interessaram vossas lembranças sobre Alberto Deodato, que conheci em 1927, quando aqui cheguei como Promotor de Justiça, e a ele me liguei por amizade estreita que nunca se turvou, até o seu fim.

Eu já conhecia Deodato de nome, por Ribeiro Couto, meu fraternal amigo, que foi seu companheiro de quarto no bairro da Lapa, no Rio, por volta de 1920.

Couto e Deodato viveram a Lapa daquele tempo, a Lapa desaparecida, porto de desembarque dos navegantes da noite.

Vosso discurso conta páginas memoráveis sobre o espírito de Minas, tanto no âmbito cultural quanto no político. Sois um filho e uma expressão desse espírito, dessa tradição da nossa gente, que não é negação do futuro, mas, muito ao contrário, em muitas ocasiões, como agora, a afirmação exuberante e – digamo-lo sem jactância, sem falsa modéstia – uma das mais seguras esperanças desse futuro. Sem a colaboração de Minas unida, muito mais dura, penosa e difícil será a marcha da recuperação brasileira.

Senhor Acadêmico Tancredo Neves, tendo tido a honra de suceder, nesta Casa, a Juscelino Kubitschek, cabe-me a nova honra de receber-vos. Sede benvindo.

Como fecho desta insignificante fala repito a quadrinha popular recolhida no livro de meu saudoso amigo Miran de Barros Latif:

*Minha gente, vou-me embora,
Mineiro está me chamando.
Mineiro tem esse jeito,
Chama a gente e vai andando ...*



PRESENÇA DA MASTOLOGIA NA HISTÓRIA DA ARTE*

História da mastologia em Minas Gerais

*Jairo Carvalhais Câmara***

O tratamento da mama era exercido pelos ginecologistas e cirurgiões gerais, sendo hoje uma especialidade com a **Sociedade Brasileira de Mastologia** a partir de 1984, com o Título de Especialista (TEMA), dividindo sua história em antiga e moderna.

Na história antiga da mastologia e do tratamento do câncer em Minas Gerais, vamos encontrar contribuições de ilustres mineiros de diversas formações profissionais e da vida pública, mercedores das nossas homenagens, entre os quais, o Acadêmico Eduardo Borges da Costa e o Acadêmico Luiz Adelmo Lodi. Pela dispensa de honorários por uma cirurgia de mama em uma irmã do Presidente Arthur da Silva Bernardes, realizada a chamado na cidade de Viçosa em 1919, e apesar dos problemas de extração do “Petchblend”, minério de urânio entre a Bélgica e os Estados Unidos da América do Norte, por um ato de gratidão do Presidente aos médicos, que conseguiram construir um hospital especializado inclusive com radioterapia, o primeiro da América, sob a forma de Fundação, o Instituto de Radium em Belo Horizonte, com seu

* Aula ministrada na Universidade Livre no dia 7 de outubro de 2010.

**Médico, membro da Academia Mineira de Medicina.

Regimento Interno aprovado no dia 18 de fevereiro de 1922 e inaugurado dia 7 de setembro de 1922. Recebeu visita em 1926 da física francesa Madame Curie e sua filha Irene, sendo hoje, o Hospital Borges da Costa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

A observação, em diversos Congressos Médicos, da utilização de obras de arte em projeções científicas, sem a devida justificativa abordando a interface entre a obra e nem sempre a patologia ali representada, levou-me não só a ter um interesse particular no assunto, como também a colecionar em fotos a presença da mama na arte, a partir do momento em que verifiquei em uma escultura de Michelangelo, a imagem típica de uma paciente portadora de avançado câncer de mama.

A interpretação morfológica de um objeto artístico precisa da sensibilidade crítica de cada um e que para nós, médicos, tem sempre a direção do “olho clínico”.

Possivelmente nem todos concordarão com o que mostrarei, podendo inclusive questionar ou melhorar algum detalhe despercebido, mas, pelo menos, espero oferecer uma verdadeira fuga para entretenimento cultural, em momentos tão difíceis para a nossa profissão, que não estão permitindo um exame clínico mais acurado devido às restrições dos convênios, como também pela excessiva confiança das pacientes nos exames de rotina, antigamente chamados de “exames complementares”.

Todo o corpo humano é uma obra de arte criada por Deus à sua semelhança. Em especial, a mama é uma das partes mais admiradas e exploradas, não só pela sua beleza estética, mas também, pela suas múltiplas funções nutridoras e sexuais. Desde a mais remota antiguidade, a imagem da mulher é utilizada pelo mundo artístico, modelando o seu corpo com as diversas variações das Escolas de Arte, que sempre acompanham os gostos característicos das épocas históricas em que foram executadas.

Atualmente, as artistas da mídia estão influenciando nas mulheres brasileiras o aumento do volume de suas mamas, mesmo em desacordo com os seus biótipos, com inserção de grandes massas de silicone de resultado estético válido, porém em algumas vezes, duvidoso. Quando chegarem à idade de riscos do climatério, certamente ocorrerão sérias

dificuldades na propedêutica e tratamento de uma provável doença mamária.

As nossas pesquisas em livros didáticos, históricos e revistas, como também visitas a museus por ocasião de algumas viagens felizmente realizadas, demonstraram ser mundial a utilização do corpo feminino com valorização da mama em desenhos, estudos anatômicos, esculturas, pinturas, modelagens e alegorias.

Apesar de o ensino médico estar sendo rapidamente informatizado, ainda os bons livros básicos clínicos ou cirúrgicos dependem da arte anônima dos seus ilustradores. Podemos mesmo considerar que todo livro didático ilustrado com desenhos ou pinturas é uma pura e verdadeira obra de arte, hoje progressivamente substituídos pela moderna arte eletrônica dos computadores. Sendo impossível enumerá-los, e não entrando na área técnica médica, apresentarei alguns exemplos clássicos e de valor inestimável para comprovar participações voluntárias ou não dos artistas, a presença da mastologia na história da arte:

“A Noite”, 1525, Michelangelo Buonarroti, (1475 – 1564), (8, 12, 14), Florença, Itália, é a escultura inspiradora deste trabalho sobre a presença da mastologia na história da arte. É um pormenor do túmulo de Giuliano di Medici, Basílica de San Lorenzo. Representa uma mulher de meia-idade, cuja fadiga, cansaço de viver, exprime-se no corpo flácido, deformado pela maternidade, com a fisionomia em atitude de depressão. Suas mamas estão separadas e com deformidades de aspecto cirroso (endurecido). O mamilo esquerdo, com acentuada retração, está desviado para a axila. Está acompanhada de diversos símbolos, como a máscara que personifica o sonho e os pesadelos; a coruja, ave sinistra que pressagia as desgraças; e a lua, símbolo noturno. Como o artista era conhecido por não se preocupar com decorações e embelezamentos, deixando o motivo surgir com todo realismo, podemos considerar que nesta escultura é evidente o aspecto clínico de um avançado câncer de mama.

Na ocasião, comentei os detalhes da escultura “A Noite” com o Dr. Délzio de Moura Bicalho, mastologista da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, que concordou com minha

interpretação, solicitando inclusive, autorização para utilizar aquela figura em suas palestras de Mastologia na Faculdade. Sugeriu ainda que eu continuasse a documentar detalhes que realmente mostrassem a preocupação dos artistas em utilizar nas suas criações a beleza e a estética na anatomia e fisiologia da mama, como também as deformidades causadas por patologias existentes em seus modelos.

“Mama de Mulher Jovem”, J. L. Testut, – Ilustrações de Devi, G. e Dupret S., França, 1893, (18) ilustração para anatomia da mama, onde os artistas em estilo bico de pena, focalizam a face ventral do tórax, com ligeira torção do corpo. A mama virginal é cônica, em perfeita harmonia com o tórax, aréola e mamilo de boa conformação, simétrico com a contralateral, e que permite dividir a mama em quadrantes, de grande importância clínica. A mama direita é separada da esquerda pelo seio intermamário. O aspecto geral do modelo sugere serenidade, um dos quesitos indispensáveis ao bom exame. Os poetas, escritores e artistas têm na mama fonte inesgotável de suas inspirações. No verso de Castro Alves “no seio da mulher há um tanto de aroma ... nos seus beijos de fogo há tanta vida,” e com Machado de Assis, “um silêncio de morte entrou no seio das selvas.” Também, como afirmava Dercy Gonçalves, “Os seios são as coisas mais lindas que a mulher tem”.

“Il martiro di S. Agata” (Santa Águeda), Quadro de Fra Sebastiano del Piombo, Firenze, Galleria Pitti (13) – Museu da Tortura, Faculdade de Medicina, Cidade do México. Esta turquesa ainda existe e tivemos a oportunidade de vê-la em um Museu de Tortura Medieval de Capri, itinerante, na Cidade do México, mas, infelizmente não sendo permitido desenhar ou fotografar. Jovem italiana de Catânia, Cicflia, bela e rica recusou casamento com o Cônsul Quinciano por se considerar esposa de Cristo. Pelo amor transformado em ódio, Quinciano mandou “arrancar-lhe os seios”. No momento do martírio, ela teria perguntado: “Tirano cruel, não te envergonhas de mutilar na mulher o que tua mãe te ofereceu?”. O Dr. Henrique Salvador, mastologista, refere-se à recomposição das mamas de Santa Águeda, algum tempo depois, por um

anjo, e Dom Servílio afirma que teria sido o próprio São Pedro, na primeira cirurgia de reconstrução pós mastectomia. Infelizmente a Santa foi supliciada na fogueira.

“Santa Águeda” (1), Imagem com as mamas sangrantes. Seu dia é 5 de fevereiro, sendo muito cultuada no sul da Itália como defensora das erupções do vulcão Etna, e que ocorreu pela primeira vez 250 anos após o seu martírio. No Brasil existe um Santuário de Santa Águeda, em Pesqueira, Pernambuco, sendo considerada padroeira da Mastologia. Sua imagem pode ser apresentada amarrada no tronco da fogueira com mamas sangüinolentas, ou amputadas e postas junto a seus pés.

“Vênus de Willendorf” (10) a mais antiga escultura conhecida de figura humana, data do período aurignaciano médio (cerca de 22.000 anos a. C.) onde podemos ver deformidades e uma assimetria da mama por múltiplas lactações, acentuada obesidade possivelmente devido a doença endocrinológica, ou dieta de engorda para gostos sexuais daquela época.

“A Deusa Ísis”, figura em bronze. Civilização Egípcia. Antigo Império, 2.800 a 2.300 anos a. C. Galeria Walters, Baltimore, USA, (10) Com a mama desnuda é esculpida no ato de lactação, tendo ao colo seu filho Hórus, ou ressuscitando com um sopro seu irmão-esposo Osíris ou ainda, praticando um rito funéreo. Em todos os círculos esotéricos, ela é considerada como a Iniciadora, aquela que detém os segredos da vida, da morte e da ressurreição. Simboliza a deusa do lar, por sua fidelidade e devotamento. Nas religiões fundadas nos mistérios dos primeiros séculos da era cristã, encarna o princípio feminino, fonte mágica de toda a fecundidade e de toda transformação, inclusive com o sopro da vida na boca do paciente agônico.

“Apsarâsa”, Templo de Parsavanathe em Khajurâho, Índia, século X. (6). Figurante da parede externa do templo, de formas opulentas, despreocupadamente pinta os olhos. Coberta de jóias, representa a própria

felicidade e beleza. Observamos evidente hipertrofia das mamas, presente em outras esculturas, o que seria um modismo daquela época, ou um estilo dos artistas. Atualmente, como já afirmei, contrariando o biótipo racial e a idade, é largamente usado o silicone na mama.

“Amazona”, Gr. *mazós* (mama), “Amazon”, estátua grega da Escola de Policeto, séc. V, (19) mulheres que habitavam o Cáucaso e margens do mar Negro, mas à medida que os gregos expandiam suas conquistas, foram se transferindo para regiões remotas da Ásia Menor. Retiravam ou queimavam a mama direita, para facilitar o uso a cavalo do arco, lança e escudo em seus combates. Diz a lenda que o explorador Francisco de Orellana, em viagem no futuro rio Amazonas, no Brasil, teria encontrado mulheres guerreiras e que possuíam “muiraquitãs”, pedras verdes colhidas no fundo do rio para presentear seus noivos.

“Afrodite de Rodes”, Museu de Rodes, arte grega nos fins do século III a.C. (10). A Arte Helenística reflete a preocupação de combinar o efeito plástico na superfície da obra, que realça a graça frágil e delicada do gesto da deusa. Representa uma jovem adolescente, com as mamas em desenvolvimento e todo o corpo em plena fase estrogênica.

“O Inverno” de Auguste Rodin (1840 – 1917) no Museu dos Impressionistas, Museu d’Orsay, Paris (21), 1890. No inverno da vida, em mármore branco, a anciã, modelo, mostra suas mamas atroficas e vazias, pela ausência do colágeno e tecido adiposo. Também, a flacidez geral do organismo debilitado da senilidade, que hoje, sabemos, pode ser retardada pelo tratamento de reposição hormonal. Pela ausência de dobras abdominais, sugere ser o modelo uma nulípara.

“Mulher de Joelhos”, Jalisco, Museu Nacional de Antropologia, México, (17). Moldada em argila, com o corpo pintado de vermelho e desenhos geométricos em negro nas mamas, indicando uma pintura corporal de enfeite social ou ritual. Com a mão, a mulher faz expressão da mama direita, que acentua visível retração do mamilo, de grande

significado clínico. Pode ser notado, pela fisionomia e pelo gesto, um exame doloroso.

“O Saleiro Real”, Benvenuto Cellini, Museu Kunsthistorisches de Viena, 1539, (6). Representa o oceano em Netuno e a Terra numa jovem Ninfa, com o leite ejetado por pressão da sua mama direita, numa alusão da imagem do leite com o sal.

“Vênus de Milo” – Praxíteles, séc. II a. C. Museu do Louvre, Paris (11). Descoberta em 1820, considerada o protótipo da beleza feminina grega. A figura está em ligeiro desequilíbrio, e quase apoiada em um suporte imaginário que a faz encurvar e torcer ligeiramente o busto perfeito, e o corpo desnudo que emerge esbelto das pregas de sua túnica deslizante.

“Mulher com Bastão”, Albrecht Dürer, 1501, Museu de Arte do Canadá (20). Também estudo de uma escultura onde a rotação do corpo é representada pelo uso de um verdadeiro bastão, notando-se a linha pontilhada, que passando pela região médio-esternal (seio inter-mamário), desce até a face medial do joelho, ficando as mamas em equilíbrio simétrico no tórax.

“Fonte de Netuno”, detalhe de fonte em uma Praça de Bolonha, Itália, (11), bronze; representa uma mulher em plena função de lactação e perfeito funcionamento dos ductos lactíferos, um dos fatores de prevenção do câncer de mama.

“La Nature”, Tríbolo, símbolo da fecundidade, 1529, Palácio Fontainebleau, Paris, França (8). Inspirada em Diana d’Efléia, com a escultura em mármore, onde a mulher está com mamas suplementares, havendo uma na linha medial do tórax, fora da linha mamária embriológica médio-clavicular, por uma extravagância do artista ou o encontro de um caso raro. Para evidenciar as mamas, mantém os braços elevados, uma das posições muito utilizadas no exame clínico da mama.

“Mulher com Várias Mamas e Asas”, colocada em um parque de Genebra, Suíça (21). Escultura de uma mulher com mamas torácicas normais e diversas mamas suplementares abdominais, mas respeitando a linha mamária própria de todos os mamíferos e relativamente frequente na mulher. A presença de asas e pés em garra sugere ser divindade mitológica, provavelmente uma Harpia.

“El Angel de la Independencia sobre el Paseo de la Reforma” – Monumento na Cidade do México (13), comemorativo da vitória sobre o domínio da Espanha, logrando a soberania em 1821. O anjo feminino e de asas abertas eleva a Coroa de Louros em gesto vitorioso. Neste monumento, também, o artista utilizou as mamas juvenis como símbolo da liberdade do oprimido povo mexicano.

“Mulher Tapuia”, Albert Eckhout, 1641, Museu Nacional da Dinamarca, (3) após ser dado de presente ao Príncipe de Nassau. Neste quadro, o modelo é uma índia brasileira com a característica pintura vermelha. Pelo volumoso abdome, pesadas mamas e pigmentações das aréolas, trata-se certamente de uma gestante, voltando com suas mercadorias para um provável almoço. Nos detalhes, percebe-se ser canibal, trazendo um braço e uma perna com o pé, ambos retirados de um despojo de guerra tribal. Ainda se pode notar o cão lambendo alguma sobra da carga sanguinolenta.

“A Noite Acompanhada dos Gênios do Amor e do Estudo”, Pedro Américo, 1864, Museu Nacional do Rio de Janeiro (3). Considerada uma pintura monumental, apresenta a figura feminina da Noite, ofuscando o luar, unindo a beleza do brilho das suas mamas com o das estrelas espalhadas pelas suas mãos, e no dizer do saudoso médico de Montes Claros, Acadêmico João Valle Maurício, quando algum convidado saía mais cedo de uma festa, “a noite ainda é uma criança e ainda não levantaram a saia da madrugada”.

“El reposo de Diana después del baño” – François Bouches (1703 – 1770) (2), Museu do Louvre, Paris, França. A divindade, assimilada a partir do séc. V a. C. a Ártemis, deusa grega, caçadora virgem, severa, vingativa e *indomável*, aparece na mitologia como o oposto de Afrodite. Seu corpo de perfeitas proporções, de acordo com certa obesidade, é triunfante em sua nudez de juventude e virgindade, com mamas firmes e sensuais.

“A Liberdade Guiando o Povo”, de Eugene Delacroix, 1830. Museu do Louvre, Paris, (11). Imagem da força jovem, com a porta-estandarte símbolo da liberdade, a sua pujança de fase estrogênica, demonstrada com orgulhosa exibição nas firmes mamas, e com extraordinário poder de persuasão na liderança de uma revolução civil. Devido ao fundo político, esse quadro foi questionado em seu valor artístico. Delacroix se autorretrata no jovem de cartola.

“Alegoria à Constituição de 1822”, de Domingos Antônio Cerqueira, 1822, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (14). Pintura que merece melhor estudo, é uma alegoria festiva com a deusa Vesta e suas vestais, comemorando a Constituição Portuguesa exigida pela Revolução do Porto em 1820, ainda a ser elaborada e aceita provisoriamente em 7 de março de 1821 pelo Rei Dom João VI, e ordenando que todas as províncias brasileiras elegessem seus deputados para a Assembleia Constituinte que se reuniria em Lisboa para elaborar a nova Carta. Entretanto, somente em 25 de abril de 1822, após difícil luta da comitiva de 7 deputados brasileiros contra apertes e vaias dos deputados portugueses, os deputados liderados pelo Padre Diogo Antônio Feijó, que reagiu afirmando na tribuna: “Não há mandatários do Brasil, e proponho o reconhecimento da independência das antigas Capitânicas, até a publicação de Lei Institucional”. Sob pesado silêncio do plenário, abandonaram a Corte e se refugiaram no navio inglês *Marlborough*. Estava iniciada nossa independência.

“Madonna del Garófano”, Leonardo da Vinci, 1478, (1452-1519), Museu de Munique, Alemanha (9). Leonardo pintou apenas duas madonas, sempre com a mínima exposição das mamas por se tratar da mãe de Deus, ou pelo pudor de seus modelos ou ainda por sua própria sexualidade. Entretanto para estudos anatômicos de futuras obras, deixou vários desenhos onde demonstra um perfeito conhecimento da anatomia da mulher. Em geral, os pintores e escultores raramente expunham a visão das mamas de Virgem Maria.

“A Dama Que Mostra o Seio” Museu do Prado, 1563, Tintoretto, Jacob Robust, (1518 – 1576), Academia de Veneza, Itália. (10) A dama da corte e cortesã, com ricas vestes e que num gesto exibicionista expõe sua bela mama, um dos instrumentos do seu trabalho.

“A Duquesa de Villar e Gabriela d’Estrée”, Clouet, 1594. Museu do Louvre, Paris. (10). Villar, em banho junto com sua irmã, com um gesto suave, ordenha o mamilo da mama direita e pela saída de um líquido (colostro) visível na pintura original, anuncia o futuro nascimento do filho de Gabriela, amante do Rei Henrique IV. Esta, discretamente, exhibe um anel, provável presente ou compromisso do rei. Ao fundo, uma senhora costura o que seria o enxoval do futuro príncipe.

“A Caridade Romana”, Museu Stibbert, Florença, Itália, Bernardino Luini, (1481 – 1532) discípulo de Leonardo da Vinci. (9) Obra alegórica dos princípios do século XVI, de encantadora ingenuidade em sua serena fisionomia. Aqui o pai encarcerado é alimentado ao seio pela própria filha.

“Dunalva” (21) {retrato autorizado}. Senhora submetida a mastectomia bilateral, nunca perdeu seu sentido de feminilidade comprovado pelo uso de joias, com seu simpático sorriso, continuando a ser uma pessoa saudável após mais de 30 anos de tratamento e seguimento. Tem participação em campanhas de tratamento do câncer de mama, inclusive com visitas domiciliares. Verdadeira guerreira digna de um

quadro de arte, é uma prova viva de que *a vida é amável* em seus valores, desde o estético, nos diagnósticos precoces com tratamentos conservadores, mas principalmente que não sejam supervalorizados nos tratamentos radicais mutiladores, quando seja a única opção.

Referências

- 1 – Artesanato Pérola – Mafra, Santa Catarina, 2003.
- 2 – Ciudad de los Palacios – Editur S. A., México, D. F., 1995.
- 3 – Civita, Vitor – *Arte do Brasil* – Volumes 1 e 2 – Abril Cultural e Industrial S/A, São Paulo, Brasil, 1979.
- 4 – Civita, Vitor – *Grandes Personagens da Nossa História* – Volume 2 – Abril Cultural S/A, São Paulo, 1969
- 5 – Conti, Dom Servílio – *O Santo do Dia* – Petrópolis, RJ, Brasil, Editora Vozes, 8ª Edição, 2001.
- 6 – Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Bloch Editores S/A, Rio de Janeiro, Brasil, 1972.
- 7 – Ferreira A. B. H. – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* – Editora Nova Ferreira, RJ, 1971.
- 8 – Fountainebleau, *Guide de Visite* – Lefèbvre A., Conservateur en Chef du Patrimoine, Paris, França, 1997.
- 9 – Goldscheider, Ludwig – *Leonard da Vinci*, Édition Phaidon Press Ltd., Londres, Distribuição da Librairie Centrale de Beaux-Arts, Paris, 1954.
- 10 – *História da Arte*, Salvat Editora do Brasil Ltda., Rio de Janeiro, Brasil e Salvat Editores S. A., Barcelona, Espanha, 1978.
- 11 – Magi, Giovanna – *Todo Paris* (Guia), Paris, França – Casa Editrice Bonechi, Firenze, Difusão Ovet-Paris, 1990.

- 12 – Michalany, Douglas – *Universo e Humanidade*. São Paulo, Brasil Editora “A Grande Enciclopédia da Vida” Ltda, 2ª Edição.
- 13 – Post Art de México. S. A. de C. V., Gualadajara, Jal.
- 14 – Ramon, Juan Triadó Tur, *Miguel Angelo – Gênios da Arte* – Susaeta Ediciones S. A., Espanha. Publicado no Brasil por Girassol Brasil Edições Ltda., Tamboré, São Paulo, 2007.
- 15 – Samoyault, Jean-Pierre – (Guia), Versailles, França, Musée National du Fontainebleau, Éditions D` Art AP, Mahé, 1990.
- 16 – Sgarbossa, Mário e Giovannini, *Um Santo Para Cada Dia*, Editorial Paulos, S. Paulo, 1996.
- 17 – Tagle, Gomez Silva – (Guia) Museo Nacional de Antropología, México, DF GV Editores, 11ª Edición, 1993.
- 18 – Testut, J. Leon, Ilustradores; Devi.G. e Dupret. S. *Tratado de Anatomía Humana*, 9ª Edición, Barcelona, Espanha, Editora Salvat, 1985-1987.
- 19 – Tesouro da Juventude, Volume III, W. M. Jackson, Inc. Editores. Gráfica Editora Brasileira Ltda, São Paulo, 1958.
- 20 – Thompson, Shirley L., Lacasse, Suzanne. – Ottawa, Canadá, Musée du Beaux-Arts du Canadá (Guide), 1988.
- 21 – Fotografias de amadores em Museus.



BASTA ABRIR A JANELA

(Uma homenagem a Quintino Bocaiúva)

*Edméa Carvalho**

*Se esta rua, se esta rua fosse minha
Eu mandava, eu mandava ladrilhar
Com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante
Para o meu, para o meu amor passar...*

Pobre de minha rua, é de cimento e pedra. Sozinha, cristalizada num eterno hoje, não tem problema, nem pedrinhas de brilhante. Aliás, os problemas são meus, pois ela desconhece o tempo. Iluminada pela luz do sol, serve aos passantes. Com o luar da noite acolhe os namorados e, discreta, nem vê as carícias e os beijos que eles trocam.

A antiga e simpática rua Quintino Bocaiúva!

Meu pensamento, que não tem profundidades abissais, fica divagando por sua causa

– Quem lhe teria dado esse nome tirando-a do anonimato? Desconheço o autor da ideia.

Este nome, contudo, é rico de significado. Quintino Bocaiúva destaca-se dentre os vultos que deixaram marca na vida pública brasileira

* Fundadora e a Presidente da Academia Santarritense de Letras, Ciências e Artes de Santa Rita do Sapucaí – MG, criada em 1985, a autora, hoje com 94 anos de idade, está em plena atividade intelectual.

no período republicano quando, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, encerraram abruptamente o reinado de D. Pedro II e instalaram o regime republicano em nosso país.

“A República do Brasil foi proclamada, não como um brado de reação e vingança contra os homens que representavam o regime monárquico, mas como verdadeiro brado de fraternidade para todos os cidadãos brasileiros, estendendo como um pálio, o lábaro da liberdade para acolher todos os filhos deste grande país”. São palavras de Quintino Bocaiúva, ativo propagandista do novo regime, implantado a 15 de novembro de 1889 e pelos próprios contemporâneos considerado como um dos baluartes e mesmo como uma das reservas morais daquela época. Grande nome tem a minha rua. Invejável nome como homenageado na “petite histoire” local, mesmo que tenha sido há muito tempo, e que hoje seja também conhecida ainda como Rua da Cadeia.

Quintino Bocaiúva nasceu no Rio de Janeiro a 4 de dezembro de 1836. Foram seus pais Quintino Ferreira de Souza e Maria Candelária Moreno de Souza.

Cedo ainda, acompanhando a voga nacionalista entre os estudantes da época, adota o nome indígena de Bocaiúva, tirado da palmeira também conhecida como bacaúba ou macaúba. Por este motivo foi censurado pelo seu tio Pedro Moreno d’Alagão que lhe pagava os estudos em São Paulo.

Segundo ele, Quintino poderia, depois de maior mesmo, acrescentar o nome Bocaiúva ao que já tinha, “e não desligá-lo da maneira que fez”.

Muitas vezes fico admirada quando, na pequenez do meu discernimento, escuto certos indivíduos estufarem o peito e dizerem cheios de certeza: – “Não sou político, detesto a política.” – Como se fosse possível... Aprendi com o dramaturgo, romancista e poeta, o pensador alemão Berthold Brecht (1898 – 1956) que considerava a respeito da participação política, que o homem não pode renunciar à ação, sem ser inútil. Repetindo palavras de Quintino Bocaiúva anotamos: “Nem é digno de ser um homem livre o que abdica voluntariamente da sua razão, do seu critério, do seu voto, do seu patriotismo”.

Como modelo de homem íntegro a serviço de sua pátria vamos encontrar Quintino Bocaiúva, jornalista fundador e dirigente do Partido Republicano Brasileiro e de grande atuação política na conspiração republicana. Tanto é que foi no seu escritório, junto com outros companheiros, como o Major Sólton Ribeiro e Benjamin Constant, que se discutiu sobre a fixação do dia para o pronunciamento.

* * *

Proclamada a República, Quintino participava ativamente do Governo Provisório, assumindo a Pasta das Relações Exteriores e, inteiramente, a Pasta da Agricultura.

Mais tarde, em maio de 1890, Deodoro da Fonseca confere a Quintino Bocaiúva e demais ministros as honras de General de Brigada do Exército Nacional por serviços prestados.

Nessa nova era, a da República, um regime que permite a ampliação da cidadania, a participação popular, a democracia, Quintino Bocaiúva foi eleito Senador pelo estado do Rio de Janeiro por cinco vezes e eleito presidente do Rio de Janeiro.

Finalmente, por um manifesto da Assembleia Estadual, foi apresentada a candidatura de Quintino Bocaiúva a presidente da República, coroando sua constante atuação, a qual ele recusou por motivos de saúde.

Entre as individualidades notáveis da cena política de seu tempo e ligadas de algum modo a Quintino Bocaiúva, vamos encontrar José Maria da Silva Paranhos, Senador pela província de Mato Grosso, e Barão do Rio Branco.

Desta figura ímpar Quintino recebeu a incumbência de ir, como embaixador extraordinário, a Buenos Aires, assistir à posse do presidente Roque Saenz Peña, seu particular amigo.

Diga-se de passagem que Quintino Bocaiúva correspondia-se com Rui Barbosa, seu ilustre admirador e “seu irmão pelo espírito”. Foi pelas mãos de Quintino que Machado de Assis ingressou em 1850, na redação do *Diário do Rio de Janeiro*.

Mais tarde lembrando-se do fato, deixaria do amigo um dos melhores retratos, quer pela capacidade de síntese e precisão, quer pela sensibilidade de bruxo: “Bocaiúva era gentil figura de rapaz, delgado, tez macia, fino bigode e olhos serenos”.

Além de jornalista, o Patriarca da República fez parte da Maçonaria Brasileira, foi poeta e autor teatral. Como me estenderia se pretendesse me deter indefinidamente neste ilustre homem e na época em que ele viveu! Época privilegiada, em que grandes transformações se apresentavam no limiar da última década do século, não somente na política, na literatura.

* * *

Deixando a vida pública Quintino Bocaiúva se retirou para sua fazenda Santa Helena, em Pindamonhangaba, São Paulo.

Em carta a Lúcio de Mendonça ele dizia: – “Tudo quanto eu podia fazer pela República já fiz, e o que me resta fazer na República é o que eu quero que me deixem, isto é, plantar batatas e colhê-las”.

Vamos também deixá-lo em paz.

A 11 de julho de 1912 morreu e, segundo seu desejo, foi sepultado “sem honras civis ou religiosas de nenhuma espécie”.

* * *

Chego à janela de minha casa e, como se pudesse atravessar gentes e terras, abençoo a trêmula cabeça de alguém que foi digno e merece ser lembrado até os nossos dias.



BLACK BIRD

*Ismar Dias de Matos**

Naquela manhã, pouca coisa além da janela desigual que dava para o pátio da pensãozinha. Para os fundos, ficava o Mercado Municipal, com o habitual cheiro de estrume dos animais de carga que traziam a feira do sábado. E também o cheiro era proveniente do capim tirado do bucho das magras vacas abatidas invariavelmente às sextas-feiras. Poder-se-ia dizer que era uma paisagem quase triste, mas ninguém pensava em definir as coisas assim. Definir é colocar fim, é cercar. E cercar é colocar arame farpado no pensamento. Toda cerca, quando muito, deveria ser provisória, hoje aqui, amanhã alhures. Cercas são objetos violentos.

Assim pensava o marido encostado à janela. Narbal se chamava. E estava despido. Quase. Pálido. Desgrenhado. Ensimismado, de costas para a mulher, contemplava o pátio descolorido. Tossiu uma, duas, três vezes. Um chiado longo no peito. Será que a asma estaria com uma crise nova? Jurema, a esposa, acordou-se de leve. Ele acompanhou o seu lento despertar, cada gesto cotidianamente repetido. O olhar dela, naquela manhã, carregava tanta coisa. Ele podia entender isso. Sempre entendera. Seu olhar demonstrava algo semelhante a um triste amor, quem sabe, ou uma indefinição ainda maior.

Levantando-se, Jurema abraçou Narbal em silêncio, os dois num silêncio imenso, que mesmo os insignificantes pardais entenderam. O relógio ficou esquecido num canto. O sol começava a aquecer o ambiente.

* Padre e professor universitário, reside em Belo Horizonte.

– Sonhei com urubu esta noite, disse Jurema.

– ...

– Tinha, também, frango morto, partido ao meio.

Tão longe estava Narbal Álvares, longe, nas asas dos vagabundos pardais, que nada ouviu da mulher.

Ela se lembrava da festa da noite anterior. Sim, eles foram ao leilão de Santo Antônio dos Pobres, no Rio Grande. O leiloeiro loquaz oferecera frangos e vinhos e assados tantos, mas cadê o dinheiro nos bolsos? Um saquinho de pipocas para Jurema no momento de virem s'embora foi toda a festa que fizeram. Ela comeu a pipoca devagarzinho, bem devagarzinho, aproveitando o sal, lambendo os dedos, feito o destino dentro da gente, brincando de eternidade.

Em casa, um copo d'água fria... Ai, que sono!

Narbal recolhera no ar úmido do quarto as palavras distantes da mulher. E ficou a pensar no corvo do *poeta louco americano*, como dizia a música de Belchior.

– Urubu é uma palavra três vezes triste, concluiu. A mulher pensou durante o tempo em que os pardais comiam os restos de farofa que a cozinheira lhes jogara.

– Quem te falou isso?

Narbal Álvares Rodrigues não ouvia perguntas, fazia muito tempo, acostumado que estava a ruminar ideias como o boi retira sabedoria das palhas de milho à sombra das castanheiras.

– Repare como a letra “u” se repete em tudo que é triste.

– ...

– ... luto, túmulo... ataúde, póstumo, tumba, cruz... Também a chuva é triste, principalmente em março, quando traz um sentimento profundo de dor. A tristeza daquele domingo (era um domingo úmido de junho) era quase inevitável. Nem mais um restinho de vodca, os cigarros contados, os amigos, quase todos viajando... Uma onda de amor entrou com a lufada fria do vento do pátio. Junto, vinha também o chilrear dos pardais de Minas.

Narbal abraçou Jurema e quase sorriram. Jurema e a manhã se irmanaram numa abertura para o sol.

– A solução para o câncer está no urubu, disse um deles.

Uma pausa para o silêncio.

– Isso é charada?

– Não, deu no Fantástico.

Se chovesse, os pardais iriam s'embora. Só *black-bird* se instalara para sempre na memória ímpar de Narbal, feito a tatuagem do amor de Jurema em sua alma cigana. Sair dali? “Nunca mais”.



CARTA SEM DESTINO

*Milton Reis**

Nem sei mais se te quero e se me queres,
é inevitável que termine assim:
Tu és igual a todas as mulheres,
todos os homens são iguais a mim.

Príncipes louros, sem que mesmo esperes,
povoarão teus castelos de marfim;
princesas brancas como os mal-me-querer,
hão de dar-me a impressão do amor sem fim.

Deste romancê nada resta, em suma:
esperança, ilusão, saudade alguma,
sigamos, cada qual, rumos dispersos;

E fique, apenas, da página volvida,
o poeta que passou por tua vida
e a mulher que inspirou estes meus versos.

* Advogado, parlamentar, empresário, poeta, nasceu em Pouso Alegre. Ocupa a cadeira nº 8.

CONTRISTAÇÃO

*Gérson Cunha**

Escrever um soneto me aprouvera,
E que fosse com graça e singeleza;
De uma esperança, cor do azul-turquesa:
Um *trobar* meu, de lidima atmosfera.

Mas, hoje, não me ilude a primavera,
Nem o velho primado da beleza.
Em seu lugar, é trauma, é incerteza;
Não os róseos acenos da quimera!

É que neste sobejo de novembro,
Por Onofre de Freitas eu me énluto;
E ele, o mestre e guru, aqui relembro.

– Onofre! muito embora em tua Viagem,
Vê, daí, se o soneto está enxuto...
Como for, é em tua homenagem!

(Nov/22/2010)

* Escritor, com livros publicados nas áreas de romance, memórias, ensaio, crônica, crítica e poesia.

TROVAS

*Milton Reis**

Saudade

Saudade, nome sagrado,
no santuário da gente:
é a presença do passado
sobre a ausência do presente.

Amor de mãe

o amor de mãe paira acima
de qualquer comparação;
pois para mãe não há rima,
a não ser no coração.

Hotel especial.

Nos hotéis da minha vida
encontrei um sem igual:
Que além de ser "Avenida",
tem um menu especial.

* Advogado, parlamentar, empresário, poeta, nasceu em Pouso Alegre. Ocupa a cadeira nº 8.

UM VOO

*Yeda Prates Bernis**

Uma coisinha miúda
cintilante em cor e vida
(pensamento colorido
ou gota de luz caída?)
traz do azul o sol e estrelas
nas vestes de muitas penas.
Paira no ar com leveza,
beija-flores às centenas
e o espaço em torno se envolve
de incomparável nobreza

Dedico este beija-flor do poema ao Prof. Oíliam José,
pelos seus esplêndidos 90 anos.

* Poetisa. Ocupa a cadeira nº 6 da Academia Mineira de Letras.

ELE CHEGOU

*Aloisio T. Garcia**

Bem falado
admirado;
Traz a palavra certa
E a memória que cria,
Algo, que não se lia!

Cria do nada
E consegue empolgar...
Que palavra danada!
É uma grande tacada...

Convence; vence!
Empolga, convence!

Palavra doce ou palavra amarga,
Fala de alguém ou fala de ninguém
Fala de si, fala de outro.

Mas fala sentindo e vai indo...
Sentindo alegria, tristeza ou saudade
Sua crônica não tem idade!

* Graduado em História pela UFMG. Secretário Geral da Academia Mineira de Letras. Ocupa a cadeira nº 36.

E a idade não é caridade. Só tem velocidade!
Ela nos leva, como flores se abrindo,
Com todas as cores... Que falam de dores.

Dores da idade. E em alta velocidade.
Idade que chega, sem caridade!
Rugas na face, rugas no lar!
É o rabugento, que da estrela polar
Escreve pro vento, que é mal elemento!

Mas não me lamento de aqui ter chegado
E te deixado, sem deixar sofrimento...

Foi só um momento
Sem um só lamento
Foi só prazer, de viver
E de ler... E só escrever...
Pro vento levar!

NORMAS PARA OS COLABORADORES

1 – A *Revista da Academia Mineira de Letras* recebe colaborações, reservando-se a análise quanto à conveniência da publicação, sem data determinada.

2 – As colaborações serão enviadas ao Conselho Editorial, por correio eletrônico – atendimento@academiamineiradeletras.org.br, ou em cd para o endereço: Academia Mineira de Letras — Rua da Bahia, 1466 (Lourdes) – 30160-011 Belo Horizonte MG. Telefax: (31) 3222-5764.

3 – Os artigos deverão vir digitados na fonte *Times New Roman*, corpo 12, em folha A4.

4 – Notas de rodapé deverão constar no final do artigo, numeradas de acordo com a referência no texto.

5 – As referências bibliográficas trarão todas as informações, observando-se os critérios abaixo; títulos e nomes não são abreviados.

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Obra Poética I*. Belo Horizonte: Editora B, 2006. 444 p.

BOSCHI, Caio; MORENO, Carmen; FIGUEIREDO, Luciano. *Inventário da Coleção Casa dos Contos*. Belo Horizonte: Editora PUC, 2006. 560 p.

IGLESIAS, Francisco. “Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930)”. In *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.

(Observar esta ordem: sobrenome do autor em letras maiúsculas; título em itálico; tratando-se de capítulo ou parte de obra, entre aspas, ficando em itálico o título geral; cidade (dois pontos), editora, data, número de páginas (se indicado).

6 – Dados pessoais:

- a. nome completo; pseudônimo, se houver;
- b. endereço completo (logradouro, número, bairro, CEP, cidade, estado, telefone);
- c. títulos universitários, quando houver: graduação, área, faculdade, local, tese;
- d. atividade atual, natureza e local;
- e. obras ou trabalhos publicados: título, cidade, editora ou órgão, data.

O autor de artigo receberá três exemplares do número da *Revista* em que for publicado.

Outras informações poderão ser solicitadas pelo telefone (31) 3222-5764.

CADEIRA/ACADÊMICO

- 1 - Danilo Gomes
- 2 - Oswaldo Soares da Cunha
- 3 - Angelo Oswaldo de Araújo Santos
- 4 - Vaga
- 5 - Vaga
- 6 - Yeda Prates Bernis
- 7 - Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza
- 8 - Milton Reis
- 9 - Márcio Garcia Vilela
- 10 - Fábio Doyle
- 11 - D. Walmor Oliveira de Azevedo
- 12 - Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho
- 13 - Paulo Tarso Flecha de Lima
- 14 - Antenor Pimenta
- 15 - Bonifácio José Tamm de Andrada
- 16 - Ronaldo Costa Couto
- 17 - Aluísio Pimenta
- 18 - José Henrique Santos
- 19 - Padre José Carlos Brandi Aleixo
- 20 - Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz
- 21 - Elizabeth Rennó
- 22 - Fábio Lucas
- 23 - Manoel Hygino dos Santos
- 24 - Eduardo Almeida Reis
- 25 - Francelino Pereira
- 26 - Bartolomeu Campos Queiróz
- 27 - Vaga
- 28 - José Bento Teixeira de Salles
- 29 - Vaga
- 30 - Oiliam José
- 31 - Rui Mourão
- 32 - Almir de Oliveira
- 33 - José Crux Rodrigues Vieira
- 34 - Orlando Vaz Filho
- 35 - Carlos Mário da Silva Velloso
- 36 - Aloísio Texeira Garcia
- 37 - Olavo Romano
- 38 - Pedro Rogério Couto Moreira
- 39 - Patrus Ananias de Souza
- 40 - Maria José de Queiroz